



CARTOGRAFIAS À MARGEM:

Entre a informalidade e a ruína industrial, intervenção em territórios invisíveis da cidade contemporânea.

Márcia Isabel Borges da Silva Saldanha
(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado elaborado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, na área de especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Maria Dulce Loução

Júri:
Presidente: Professor Doutor João Nuno de Carvalho Pernão
Vogal: Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Fevereiro, 2023

CARTOGRAFIAS À MARGEM:

Entre a informalidade e a ruína industrial, intervenção em territórios invisíveis da cidade contemporânea.

Márcia Isabel Borges da Silva Saldanha
(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado elaborado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, na área de especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:
Professora Doutora Maria Dulce Loução

Júri:
Presidente: Professor Doutor João Nuno de Carvalho Pernão
Vogal: Professora Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz
Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Fevereiro, 2023

Resumo

No contexto metropolitano de Lisboa, entre a oscilação da maré cheia e da maré vazia, existe uma periferia com características singulares: os territórios ribeirinhos pós-industriais da margem sul, entre os quais se situa Alburrica (Barreiro). A complexidade deste lugar, que abrange sistemas ecológicos altamente dinâmicos, património industrial em ruína e habitações informais de pescadores, convoca um conjunto de temáticas diversas. Termos como precariedade e convivialidade, limite e transgressão, individual e comum, representam uma hipótese de interpretação deste território - um léxico reflexivo que precede e informa a definição de uma proposta arquitetónica para o território de Alburrica.

O carácter intersticial, contingente e instável deste lugar espelha o lado-reverso da globalização, bem como a velocidade de transformações que ocorrem no ambiente urbano contemporâneo a nível político, social, económico, financeiro, ambiental, e consequentemente, espacial. Pela sua condição periférica e frequentemente invisível, Alburrica mobiliza um campo de possibilidades quanto ao reforço do conhecimento pré-existente, ao debate sobre a prática arquitetónica e à criação de renovados sentidos, espaços de existência e habitabilidades.

Palavras-Chave

Reserva Natural | Territórios Invisíveis | Lugar Informal | Ruína
Industrial | Margem

Abstract

In Lisbon Metropolitan context, between the oscillations of high tide and low tide, there is a periphery with unique characteristics: the post-industrial riverside territories of the south bank, among which, Alburrica (Barreiro) is located. The complexity of this place, which encompasses highly dynamic ecological systems, ruins of industrial heritage and informal fishermen's dwellings, conjures up a diverse set of themes. Terms such as precariousness and conviviality, limit and transgression, individual and common, represents an interpretative hypothesis of this territory - a reflexive lexicon that precedes and informs the definition of an architectural proposal for the territory of Alburrica.

The interstitial, contingent and unstable characteristics of this place mirror the reverse side of globalization, as well as the speed of transformations that occur in the contemporary urban environment at the political, social, economic, financial, environmental and, consequently, spatial levels. Due to its peripheral and often invisible condition, Alburrica mobilizes a field of possibilities regarding the reinforcement of pre-existing knowledge, the debate on architectural practice and the creation of renewed significance, spaces of existence and habitabilities.

Keywords

Nature Reserve | Invisible Territories | Informal Place | Industrial Ruin |
Margin

Agradecimentos

À minha família, a minha fundação e o meu tecto.

Ao Sebastião, a ajuda e presença incontornável.

Aos meus colegas e amigos, as partilhas e apoio constante.

À professora Dulce Loução, sempre disponível neste processo, e que me acompanhou desde o início do curso, muito obrigada por tudo.

A todos os trabalhadores estudantes, que conhecem intimamente o significado do verbo resistir.

Índice

I Resumo

II Abstract

III Índice

IV Índice de Figuras

1. Introdução	01
1.1. Objectivos	06
1.2. Metodologia	07
2. Territórios invisíveis na cidade contemporânea	10
2.1. Lugar limite. margem, fronteira e periferia	12
2.2. Lugar informal. primeiro, norma e desvio	18
2.3. Lugar comum: res communes, comum urbano	26
2.4. Lugar vago: ruína, desejo e instabilidade	34
3. Alburrica, conjunto patrimonial	40
3.1. Evolução do território no tempo e no espaço	50
3.2. Moinhos de Maré: património moageiro	62
3.3. Moinhos de Maré em Alburrica	66
3.4. Quinta Braamcamp: património industrial	68
4. Projecto de Reabilitação	82
4.1. Reabilitação da paisagem	86
4.2. Reabilitação arquitetónica	90
4.2.1. Núcleo cultural e de lazer Braamcamp	94
4.2.2. Núcleo de pesca artesanal Moinho Grande	98
5. Considerações finais	102
6. Bibliografia	104
Anexo A - Levantamentos	
Anexo B - Projeto	

Lista de Imagens

01 Foto de capa, Barreiro e Alburrica, imagem da autora, 2022

Territórios invisíveis na cidade contemporânea

02 Vista panorâmica de Alburrica. Autor desconhecido, s/d . Disponível em <https://www.facebook.com/OlharOBarreiro/>

03 As asas do desejo, Wim Wenders, 1987

04 Fronteira entre Galiza e Portugal, José de Castro López, 1863

Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fronteira_entre_Galiza_e_Portugal_na_folha_n.%C2%BA_1_da_s%C3%A9rie_de_mapas_de_Jos%C3%A9_de_Castro_L%C3%B3pez_sobre_A_Raia_\(1863\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fronteira_entre_Galiza_e_Portugal_na_folha_n.%C2%BA_1_da_s%C3%A9rie_de_mapas_de_Jos%C3%A9_de_Castro_L%C3%B3pez_sobre_A_Raia_(1863).jpg)

05 Pastoral, Alexander Gronsky, 2012. Disponível em <https://www.alexandergronsky.com>

06 Bombaim, final séc. XX, Autor desconhecido, s/d. Disponível em <https://thebeautifulpeopleblog.wordpress.com/>

07 Turning Barrel, Coney Island, Nova York, meados séc. XX. Arthur Leipzig, 1952. Disponível em <http://soulcatcherstudio.com/arthur-leipzig/>

08 The Red Road towers in North Glasgow, Escócia, John Young, 2015. Disponível em <https://www.architectsjournal.co.uk/news/red-road-flats-demolition-spectacle-scrapped/8661431.article>

09 Kingdom Centre, Arábia Saudita, 2002. Autor desconhecido, s/d. Disponível em <https://www.mepmiddleeast.com/article-44501-saudi-aramco-to-establish-joint-venture-firm-with-jacobs-engineering>

10 Arquitetura móvel, Guiné. Autor desconhecido, s/d. Fonte Collection Musee de l'Homme

11 Arquitetura aquática, Autor desconhecido, s/d. Fonte National Geographic Society

12 Imagem do documentário “Continuar a viver – Os Índios da meia praia”, de António Cunha Telles, 1976

13 Imagem do documentário “Continuar a viver – Os Índios da meia praia”, de António Cunha Telles, 1976

14 Imagens do documentário “Houses for all” de Gereon Wenzel, 2012

15 Imagens do documentário “Houses for all” de Gereon Wenzel, 2012

16 Pastoral, Alexander Gronsky, 2012. Disponível em <https://www.alexandergronsky.com>

17 Cova do Vapor, Sebastião Santos, 2015

18 Propriedade medieval inglesa com zonas de pastoreio comum. William R. Shepherd, Historical Atlas, New York, Henry Holt and Company, 1923. Disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/63/Medieval_Open_Field_System.JPG

19 Poluição Barreiro, Eduardo Gageiro, 1972. Disponível em <http://galeriaportuguesa.blogspot.com/2012/01/eduardo-gageiro.html>

Alburrica, conjunto patrimonial

20 Alburrica, vista aérea. Olhar o Barreiro - Fotografia e Arte, 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/OlharOBarreiro/>

21 Mapa da localização de Alburrica no estuário. Desenho da autora, 2022

22 Quinta Braamcamp e caldeiras, vista aérea. Olhar o Barreiro - Fotografia e Arte, s/d. Disponível em <https://www.facebook.com/OlharOBarreiro/>

23 Alburrica, zona aluvial. Olhar o Barreiro - Fotografia e Arte, s/d. Ibidem

24 Alburrica, vista aérea. Olhar o Barreiro - Fotografia e Arte, s/d. Ibidem

25 Evolução do Barreiro. Desenho da autora com base na cartografia histórica do acervo da Biblioteca Nacional de Portugal 2022

- 26 Anteplano de urbanização do Barreiro, planta de trabalho. Arquivo da Câmara Municipal do Barreiro
- 27 Simulação de inundação da Quinta Braamcamp e praias de Alburrica. Desenho de FONSECA, 2012
- 28 Alburrica, Barreiro: situação actual, simulação da subida do nível das águas à cota +2,00m e à cota +4,50m. Desenho de FONSECA, 2012
- 29 Moinho de Maré e sapal de Corroios, vista aérea, António Silva, s/d
- 30 Moinhos de maré no estuário do Tejo. Desenho da autora com base no levantamento de Maria Eugénia de Jesus, 2022
- 31 Constituição de um moinho de maré. Desenho da autora, 2022
- 32 Funcionamento e sequência funcional dos moinhos de maré. Desenho de Xavier Pita. PITA, Xavier (2013)
- 33 Moinho do Cabo, autor desconhecido, s/d. Disponível em Revista Fundação – Moinhos a Sul do Tejo, Ed. Associação Barreiro Património Memória e Futuro, 2016.
- 34 Moinho Pequeno, autor desconhecido, s/d. Disponível em Câmara Municipal do Barreiro
- 35 Moinho Grande. Disponível em Revista Fundação – Moinhos a Sul do Tejo, Ed. Associação Barreiro Património Memória e Futuro, 2016
- 36 Moinho Braamcamp, autor desconhecido, 2010. Disponível em www.associacaobarreiropratrimonio.pt
- 37 Quinta Braamcamp, moinho de maré e edifícios adjacentes, autor desconhecido, 1980. Espaço Memória, Arquivo Municipal do Barreiro
- 38 Planta de localização da quinta Braamcamp em Alburrica. Desenho da autora, 2022
- 39 Planta da reconstituição da fábrica de bolachas do barão do Sobral e respectivo sistema de moagem da Quinta Braamcamp na 1ª metade do séc. XIX, autor desconhecido, s/d. Espaço Memória, Arquivo Municipal do Barreiro
- 40 Quinta Braamcamp em 1920, autor desconhecido, s/d. Espaço Memória, Arquivo Municipal do Barreiro
- 41 Vista da fachada principal (Norte) que faz frente ao moinho e caldeira, Ferreira da Luz, s/d.
- 42 Vista da fachada principal (Norte) com passeio junto à caldeira, Ferreira da Luz, s/d.
- 43 Vista da fachada poente, Ferreira da Luz, s/d.
- 44 Levantamento da Quinta Braamcamp no final do séc. XX. Desenho da autora, 2022
- 45 e 46 Incêndio na Quinta Braamcamp, autor desconhecido, 2011. Disponível em <http://barreiroweb.com>
- 47 Estado atual da quinta. José Encarnação, s/d
- 48 Estado atual do moinho de maré. José Encarnação, s/d
- 49 Vista aérea, autor desconhecido, s/d. Disponível em <http://barreiroweb.com>
- 50 Levantamento do estado atual da Quinta Braamcamp. Desenho da autora.
- 51 Descarga de cortiça na Sociedade Nacional de Cortiça, Arnaldo Madureira, data desconhecida. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa
- 52 Cais da Sociedade Nacional de Cortiça, Arnaldo Madureira, data desconhecida Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa
- 53 Iniciativas do grupo cívico do barreiro “Alternativa Braamcamp” em 2021. Disponível em www.alternativabraamcamp.pt
- 54 Vista poente da quinta Braamcamp a partir do Bico do Mexilhoeiro, Ana Lourenço Pinto, 2020
- 55 Vista poente da quinta Braamcamp a partir do moinho de maré, Ana Lourenço Pinto, 2020
- 56 Interior do Moinho Braamcamp, Ana Lourenço Pinto, 2020

Anexo A . Levantamentos

a.1 Estuário do Tejo - Mapa dos arredores e Porto de Lisboa, Laurie & Whittle, 1812. Fonte Biblioteca Nacional de Portugal

Atividades económicas do estuário

a.2 Indústria, salicultura. Autor desconhecido, s/d. Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

a.3 Pesca: apanhador de bivalves. Mariline Alves, s/d.

a.4 Agricultura, Autor desconhecido, s/d.

a.5 Turismo/lazer. Olhar o Barreiro – Fotografia e Arte Autor desconhecido, s/d.

Habitats do estuário

a.6 Duna. Maria Pernadas, s/d.

a.7 Mata/Floresta mediterrânica, Autor desconhecido, s/d.

a.8 Banco de Vasa. Maria Pernadas, s/d.

a.9 Sapal. Maria Pernadas, s/d.

a.10 Configuração do moinho do Cabo após o terramoto de 1755. Desenho de Maria Eugénia de Jesus, 2006

a.11 Fotografia do moinho do Cabo após o terramoto de 1755, autor desconhecido, s/d. Revista Fundação – Moinhos a Sul do Tejo, Ed. Associação Barreiro Património Memória e Futuro, 2016

a.12 Moinho do Cabo, estado atual em ruína, autor desconhecido, s/d. Disponível em <http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/pt/portal/espaco-memoria/rota-do-trabalho-e-da-industria/proto-industria/moinhos-e-moagens.html>

a.13 Moinho Pequeno em 1940-50. Augusto Cabrita, s/d. Espólio da Câmara Municipal do Barreiro

a.14 Chafariz no largo do Moínho Pequeno, Ibidem. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

a.15 Cais situado junto ao largo do Moínho Pequeno. Ibidem. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

a.16 Largo do Moínho Pequeno, ibdem. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

a.17 Moinho Pequeno: Tipologia inicial e tipologia atual, Desenho de Maria Eugénia de Jesus, 2006

a.18 Vista do alçado principal, António Gonçalves Ventura, anos 90

a.19 Demolição do moinho em 2018, autor desconhecido, s/d.

Disponível em https://associacaobarreiropratrimonio.pt/wp-content/uploads/2018/10/35199054_10155474892152681_4502080102300909568_n.jpg, <https://associacaobarreiropratrimonio.pt/2018/10/12/o-que-esta-em-causa-no-moinho-pequeno/>

a.20 Estado atual do moinho, autor desconhecido, s/d. Câmara Municipal do Barreiro

a.21 Moinho Grande, Brito del Mar, 2014. Disponível em www.olhares.com

a.22 Configuração original do Moinho Grande. Desenho de Maria Eugénia de Jesus, 2006

a.23 Vista aérea do Moinho Grande com a respectiva caldeira e o seu ecossistema natural, Olhar o Barreiro – Foto e Arte, 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/OlharOBarreiro/>

a.24 Levantamento do moinho Grande. Desenho da autora com base no projeto de recuperação de Anteprojetos, 2022. Disponível em <https://www.anteprojectos.com.pt/2020/11/06/recuperacao-de-moinho-de-mare-grande/>

a.24 Vista aérea do Moinho Grande com a apropriação informal dos pescadores, Olhar o Barreiro – Foto e Arte, 2019. Disponível em <https://www.facebook.com/OlharOBarreiro/>

a.25 Vista da fachada principal do Moinho Grande junto ao armazém, João Pauleta, 2019

- a.26** Vista da fachada principal do Moinho Grande a partir do cais de pescadores, autor desconhecido, s/d. Disponível em www.associacaobarreiropratrimonio.pt
- a.27** Pormenor da fachada tardoz, José Encarnação, 2020
- a.28** Demolição do moinho em 2021, autor desconhecido, s/d. Disponível em www.associacaobarreiropratrimonio.pt
- a.29** Demolição do moinho e destruição do ecossistema da caldeira em 2021, autor desconhecido, s/d. Disponível em www.associacaobarreiropratrimonio.pt
- a.30** Estado atual do lugar, já sem a estrutura do Moinho Grande. Diferença entre a caldeira do moinho do Cabo com o seu ecossistema natural, e a caldeira do moinho Grande, com o sapal destruído e bloqueio da passagem da água, autor desconhecido, 2021. Disponível em www.associacaobarreiropratrimonio.pt
- a.31** Moinho Braamcamp no estado atual, Olhar o Barreiro – Foto e Arte, 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/OlharOBarreiro/>
- a.32** Moinho Braamcamp antes do incêndio, José Encarnação, s/d
- a.33** Levantamento do moinho Braamcamp. Desenho da autora, 2022
- a.33** Pormenor construtivo do levantamento do moinho Braamcamp. Desenho da autora, 2022
- a.34** Vista da fachada principal, Juliana Batista, 2016
- a.35** Iniciativas do grupo cívico do barreiro “Alternativa Braamcamp” em 2021. Disponível em www.alternativabraamcamp.pt
- a.36** Vista aérea do bairro do Bico do Mexilhoeiro, Bing maps, 2015
- a.37** Praia dos pescadores, Arnaldo Madureira, data desconhecida. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa
- a.38** Bairro de Pescadores, Arnaldo Madureira, data desconhecida. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa
- Levantamento do bairro do Bico do Mexilhoeiro, desenho da autora, 2022. Fonte documental de 1956 acedida em Arquivo Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra
- a.39** Vista aérea do Bico do Mexilhoeiro, Olhar o Barreiro
- a.40** Reportagem fotográfica do Bico do Mexilhoeiro, Rosa Pomar 2009-13
- a.41** Descarga de cortiça na Sociedade Nacional de Cortiça, Arnaldo Madureira, data desconhecida. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa
- a.42** Cais da Sociedade Nacional de Cortiça. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

1. Introdução

“Reconversão. Gerar um lugar que parecia ser um mero desperdício. É preciso sonhar mais os espaços. Como vamos sonhando estas páginas. São o lugar que criámos com os nossos instrumentos, referências e vontades. Um lugar que evoluirá no tempo e nas palavras.”

Pedro Jordão

Em 1969, Italo Calvino escreve as *Cidades Invisíveis*, um labirinto imagético que, tal como um sistema de mapas, permite ao leitor “descobrir um itinerário, uma solução”. Assim desenhou uma nova cartografia imaginada, assumindo o desejo de encontrar “cidades felizes escondidas nas cidades infelizes”. Para ele, a descoberta destes lugares felizes surge pela procura de invisibilidades, através da deambulação por lugares imaginados.

“O que está no coração de Marco Pólo é descobrir as raízes secretas que conduziram os homens a viver nas cidades, raízes que poderão valer para além das crises. As cidades são um conjunto de muitas coisas: de memória, desejos, signos de uma linguagem; as cidades são lugares de troca como explicam todos os livros de história da economia, mas estas trocas não são somente trocas de mercadorias, são trocas de palavras, desejos, recordações. O meu livro abre-se e fecha-se com imagens de cidades felizes que continuamente ganham forma e desaparecem, escondidas nas cidades infelizes.”¹

O conjunto de incertezas e vulnerabilidades que afetam a cidade contemporânea tornam o habitar e as condições de vida cada vez mais frágeis e desafiantes. Os sucessivos fenómenos urbanos: crises económicas e ambientais, explosão demográfica, migrações massivas, processos de acumulação e desvalorização a nível socioeconómico

¹ SAQUET Marcos e SPOSITO Eliseu, *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* in QUAINI Massimo, *As Cidades Invisíveis de Ítalo Calvino. Uma Lição de Geografia*, pp.123

e territorial, têm vindo a gerar um conjunto de espaços urbanos que se posicionam à margem da cidade visível: vazios, restos, espaços expectantes e em ruína.

Projetar a reabilitação destes espaços significará, numa primeira abordagem, revelar as sucessivas energias, forças, contextos e potências implícitas nestes lugares. Assim, mais do que proceder a divagações poéticas, importa enquadrá-los enquanto elementos potenciadores de campos de reflexão - um observatório privilegiado dos processos globais e instáveis e sob os quais a habitação humana atualmente se organiza.

Tal como Calvino, gostaríamos de pensar que este trabalho se prestou, numa primeira fase e através de uma certa deambulação teórica à busca de novos caminhos. Procurou-se entre as palavras desocultar invisibilidades e imaginar uma nova 'cartografia' de ação sobre a cidade contemporânea, capaz de expandir as possibilidades operativas face à realidade pré-existente, além do domínio do espetável.

“Na literatura, a fronteira entre a visibilidade e a invisibilidade pode indefinir-se na imaginação do leitor como território invisível em constante mutação, como a metáfora do iceberg, objeto que tem a sua fronteira indefinida pelo movimento da água.” (...) Assim como o poeta Dante na sua Divina Comédia, estrutura toda a viagem das personagens e suas visões imaginando o que as personagens vêm ou vão ver, a visibilidade num projeto de arquitetura deve sugerir essas invisibilidades, territórios virtuais que estimulem a imaginação e que ultrapassem sempre a forma e o seu limite visual.”²

Na margem sul do rio Tejo, ergue-se a paisagem de Alburrica. Surge como uma miragem, como um sonho. No limite entre a terra e o rio encontramos o conjunto Alburrica-Mexilhoeiro, o lugar selecionado a pretexto da criação de um projeto de reabilitação. Inserido na Área Metropolitana de Lisboa, em pleno estuário do Tejo, é marcado pela densidade urbana do Barreiro a nascente e pelo sapal estuarino a poente, situando-se na confluência entre os rios Coina e Tejo. Desta paisagem estuarina, fazem parte uma quinta de recreio transformada em indústria corticeira agora abandonada, várias moinhos de maré proto-industriais em ruína, e um conjunto de estruturas informais de pescadores e mexilhoeiros. Se o território se refere a um espaço cuja uma ordem de

² ZÚQUETE Ricardo, *Caixa de Escritos*, pp. 160-161

qualquer tipo seja exercida e notada³, aqui deparamo-nos com um tipo de apropriação oculta, fora da norma ou ainda por descobrir. Um lugar na cidade contendor de condições e habitações próprias.

Quatro palavras.

Na primeira parte da investigação teórica, procurou-se realizar um exercício de compreensão do lugar, que para além de uma mera descrição convencional, incluíse também outros contributos para a sua decifração, através do cruzamento de informação proveniente de diversas escalas e áreas disciplinares. Enquanto construção social, a decisão arquitetónica depende também da capacidade de descodificar as relações de poder que atravessam os domínios materiais e espaciais da habitação humana, presentes nos territórios em que opera.

Natural mas construído, expectante mas habitado, urbano mas rural, a condição **limite** deste lugar ultrapassa o plano físico e geográfico observável. Como margem e fronteira, estabelece-se pela capacidade de estar “entre”, legitimando um conjunto ações e práticas contingentes – além da norma. É precisamente nestes limiares que se vão estabelecendo habitabilidades de carácter **informal**, capazes de comportar campos de experimentação de diferentes formas de vida. Entre ruínas industriais e a riqueza de uma paisagem biodiversa, o conjunto de pescadores e apanhadores de bivalves de Alburrica estabelece novos circuitos e estratégias de sobrevivência na cidade contemporânea através de uma prática própria a condições de precariedade: a partilha de um lugar **comum**.

Sujeito à degradação física, a obsolescência funcional e à especulação imobiliária, o conjunto edificado **vago** de valor patrimonial em Alburrica - a quinta Braamcamp e o conjunto moageiro –, inserido num território classificado como Reserva Ecológica, está longe de ser indesejado ou desocupado. Pelo contrário, além da comunidade piscatória há muito ali presente, a população barreirense tem vindo a utilizar e cuidar deste lugar através de várias iniciativas e movimentos associativos e cívicos de preservação e manutenção. Pela memória piscatória e industrial de várias gerações que ainda prevalece, e pelo facto de oferecer a possibilidade de trabalho (pesca), passeio, lazer e contato

³ JORGE Gorjão, *Para uma ética do território*, pp.5

com a natureza para os habitantes do Barreiro, Alburrica estabelece-se como uma essencial linha de respiração na densidade do meio urbano em que se insere.

A relevância da arquitetura enquanto área disciplinar cuja ação incide sobre a qualificação do espaço habitável da sociedade, depende da sua eficácia em tornar visíveis as diferentes questões humanas presentes nos territórios em que opera. Ou nas palavras de Teresa Madeira da Silva, “os territórios que habitamos não se manifestam na sua totalidade se nos limitarmos a explicar os seus aspectos formais. Nesta perspetiva, o que estamos a fazer é tão-só descrevê-los, em vez de os compreender.”⁴

Deveríamos de ser capazes de “operar uma análise dos lugares que habitamos, não só para identificar modos organização rígidos e hegemónicos, mas também para os reformar.”⁵ Sobre esta perspectiva, consideramos condição essencial à reabilitação arquitectónica encarar o conjunto de sistemas e complexidades, dominações e subjugações, de desafios e incertezas inerentes às pré-existências do território urbano.

4 SILVA Teresa, *Objetivação e Interpretação: Para uma Leitura do Território* em JORGE Gorjão, *Para uma ética do território*, pp. 56

5 CALÓ Susana, *Devir Autónomo e Imprevisto. Por novos espaços de liberdade* em Revista Punkto online https://www.revistapunkto.com/2015/10/punkto-desastre-limites-indisciplina_5.html

1.1. Objetivos

Os capítulos 2 e 3 desta tese visam a reflexão sobre as problemáticas e desafios da realidade contemporânea implícitos nos territórios invisíveis - marginais, indefinidos, vazios, em ruína - sobre os quais a arquitetura se depara -, enquanto ferramenta de qualificação da vida humana no mundo. Acredita-se que esta reflexão prévia, teórica, pluridisciplinar, suscitada pelo território de Alburrica - uma espécie de 'meta-memória descritiva' -, é essencial ao desenvolvimento de uma proposta de reabilitação que promova uma melhor e mais sustentável habitação e organização do lugar de intervenção.

No capítulo 4, apresenta-se uma proposta de reabilitação do território de Alburrica, que teve em consideração as várias escalas e dimensões socioeconómicas e ambientais e visou os seguintes objetivos:

- Promover a articulação entre Alburrica e o núcleo urbano que a rodeia, nomeadamente a cidade do Barreiro, mediando também os diferentes acessos à restante área metropolitana e a relação com a paisagem estuarina em que se insere;

- Consolidar e promover a preservação dos habitats naturais de Alburrica, através da manutenção e regeneração dos sapais e sistemas dunares, e da reorganização dos acessos e percursos pedonais de passeio ribeirinho

- Preservar e reabilitar, tanto do património edificado e cultural ali presente, através da criação de um núcleo de Cultura e Lazer na Quinta e moinho Braamcamp, tal como um núcleo de apoio à pesca artesanal e apanha de bivalves no sítio do moinho de maré Grande.

1.2. Metodologia

A presente investigação foi estruturada em três fases.

A primeira fase “Territórios Invisíveis na cidade contemporânea” organiza-se em torno de quatro conceitos que estruturam uma leitura possível sobre o lugar a reabilitar. Estes conceitos surgem de um primeiro contato com a paisagem de Alburrica, mobilizando uma extensa revisão bibliográfica pluridisciplinar, que visou aprofundar e contextualizar a complexidade de fenómenos e energias que contribuem para a produção deste espaço e para o seu estado atual.

A segunda fase, “Alburrica, conjunto patrimonial” pretende desenvolver um conhecimento mais específico sobre o lugar a intervir. Integra a descrição da sua evolução histórica, urbana, demográfica, social, económica, cultural e ambiental, à escala do território e à escala dos objetos arquitectónicos pré-existentes em Alburrica. Através desta intersecção de escalas e perspetivas temáticas, procura-se revelar o elevado valor patrimonial deste lugar, - na sua multidimensionalidade - de modo a estabelecer uma estratégia de reabilitação consolidada e fundamentada. Pela ausência de elementos levantados e desenhados do património arquitetónico de Alburrica, foi ainda necessário, antes de proceder ao projeto, realizar nesta fase um levantamento das pré-existências a reabilitar.

A terceira fase, “Projeto de reabilitação”, apresenta o projeto de proposto desde a escala territorial à proposta arquitetónica para cada pré-existência, descrevendo ainda as estratégias e decisões programáticas e formais que resultaram do conhecimento produzido nas fases anteriores. São por fim apresentadas nesta fase as peças finais do projeto, desenhadas e pormenorizadas.

Em anexo estão presentes os levantamentos complementares ao projeto, essenciais à base de trabalho e decisões da intervenção proposta. Estão ainda presentes a memória descritiva do projeto, tal como os esboços que acompanharam o processo de trabalho.





02 Vista panorâmica de Alburrica. Olhar o Barreiro - Fotografia e Arte

2. Territórios Invisíveis **na cidade contemporânea**



2.1. Lugar Limite

Margem, fronteira e periferia

“Vi que, se havia um muro de pedra entre eu e meus concidadãos, havia um outro ainda mais difícil de galgar e transpor para que eles pudessem tornar-se tão livres quanto eu. Não me senti aprisionado sequer por um momento e aqueles muros pareceram-me um enorme desperdício de pedra e argamassa. Sentia-me como se apenas eu, entre todos meus concidadãos, tivesse pago o imposto.”

Henry Thoreau, *A Desobediência Civil*

De que maneira organizamos o caos? Como é que o homem se estabelece perante um território vago e infinito? Esta pergunta, simultaneamente simples e complexa, é essencial à compreensão da relação do homem com o espaço. No seu livro ‘Elogio da Fronteira’, Régis Debray responde:

“Traçando uma linha. Separando o dentro e fora. Autorizando o proibido”.¹

De uma forma sucinta, podemos assim encontrar resposta para esta difícil questão com uma única palavra: delimitando. É então estabelecendo limites, desenhando fronteiras, que o homem se localiza, posiciona e organiza num território, seja ele de que natureza for. Se quisermos ir mais longe ainda, a construção da sua identidade, tanto individual quanto coletiva, é indissociável de uma razão de limite: eu-ele, interno-externo, norte-sul.

“(…) a sociedade auto-constrói-se, em termos de conceitos e de matéria tendo o espaço como mediador das ações recíprocas entre os indivíduos. Regidos por regras e normas os indivíduos vêem-se objecto de controlo de um bio-poder, de um controlo sobre a vida que, através de mecanismos, dos quais a

¹ DEBRAY Régis, *Elogio de las Fronteras*, pp. 27

arquitectura faz parte, toma posse dos seus gestos, expressões, do seu tempo, da consciência, enfim, que os dirige, tendo para isso, classificado, repartido, disposto, homogeneizado, dessubjectivado cada um deles que, entre si, lhe dão continuidade.(...)”²

É assim que construímos o mundo, a partir desta ideia hoje tremendamente impopular, de fronteira. Ela materializa-se à escala do quarto, da casa, da rua, da cidade, do país e até onde houver uma medida limite que lhe seja externa e à qual, por oposição, nos possamos comparar, identificar e localizar. O caos é exterior, incerto e infinito, a ordem é interior, concreta e delimitada. Compreender esta qualificação eu-outro e traduzi-la para o espaço, já é em si uma criação arquetónica, sendo que se trata de estabelecer um arranjo espacial qualitativo. Como afirma Bachelard:

“O filósofo, com o interior e o exterior, pensa o ser e o não-ser. A metafísica mais profunda enraíza-se numa geometria implícita, numa geometria que — queiramos ou não — espacializa o pensamento. (...) O aquém e o além repetem surdamente a dialética do interior e do exterior: tudo se desenha, mesmo o infinito. Queremos fixar o ser e, ao fixá-lo, queremos transcender todas as situações para lhe dar uma situação de todas as situações. Confronta-se então o ser do homem com o ser do mundo, como se tocássemos facilmente as primitividades.”³

Espacialmente, é a forma vertical (eterno, cosmos) que materializa a superfície de separação, em oposição à forma horizontal (mortal, caos). Do mesmo modo, elementos arquetónicos como o muro, a parede, a fachada, traduzem uma ordem hierárquica previamente estabelecida gerando novas relações entre individual e o coletivo, a distância e a proximidade. Mas existe outra qualidade no lugar limite, como Bachelard acima sugere, que não se esgota na criação de distinções e ordenação hierárquica do mundo. É que a fronteira, ao exercer a mediação entre o eu e o outro nas suas sucessivas formas e relações de interdependência, cria o lugar entre, um “sítio vago e indeterminado criado pelo resíduo emocional de uma linha de delimitação não natural. (A fronteira) Vive num estado de constante transição e, é habitada pelo

² SALGUEIRO Mafalda, *Sobre a ordem do desvio: práticas do espaço e arquitetura em contexto de hospital psiquiátrico*, pp. 17

³ BACHELARD Gaston, *A poética do espaço*, pp. 335-336

ilícito e pelo interdito”⁴

A sua condição limiar é geradora de transgressões, de disputas e de todo um território de negociações. É tensão e conciliação. Potencia um conjunto de cedências entre o eu e o outro. Como coloca Georges Teyssot, “a porta que fecha é precisamente aquela que pode ser aberta, como o rio é aquilo que torna o atravessamento possível.(...) Qualquer limite ou limiar tem um papel mediador, consente a comunicação e permite a passagem”.⁵

À semelhança de Teyssot e Debray, o sociólogo Boaventura Sousa Santos, realça que a característica mais importante da existência de fronteiras reside nesta ambiguidade, enquanto geradora de lutas e conflitos através dos quais se redefinem novos modelos de sociabilidades:

“A sociabilidade da fronteira é também, em certo sentido, a fronteira da sociabilidade. Daí a sua grande complexidade e precariedade. Está assente em limites, bem como na constante transgressão dos limites. Na fronteira, todos somos, por assim dizer, migrantes indocumentados ou refugiados em busca de asilo. O poder que cada um tem, ou a que está submetido, tende a ser exercido no modo abertura-de-novos-caminhos, mais do que no modo fixação-de-fronteiras. Nas constelações de poder, os diferentes tipos de poder competem entre si para serem ativados num modo de alta-tensão, o que torna as constelações instáveis, imprevisíveis e atreitas a explosões, ora destrutivas, ora criativas. O carácter imediato das relações sociais, a vertigem da a-historicidade e a superficialidade das raízes tornam preciosos os laços que é possível estabelecer na fronteira, preciosos justamente pela sua raridade, precariedade e utilidade vital.”⁶

Compreendemos a impopularidade e o desconforto em torno do conceito de fronteira se olharmos sob o ponto de vista geopolítico, na medida em que se relaciona com a defesa de um determinado território, o que a torna potenciadora de violência e conflitos. Mas cingir a compreensão deste conceito a uma disputa territorial ou à morfologia que este assume nas cidades e no território global, gera frequentemente equívocos que podemos identificar:

- Um deles equívocos está relacionado com a ideia de resignação,

⁴ ANZALDÚA Gloria, *Borderlands: the new mestiza*, pp.3

⁵ TEYSSOT Georges, *Da teoria de arquitectura: doze ensaios*, pp.254

⁶ SANTOS Boaventura, *A crítica da razão indolente: Para um novo senso comum*, pp. 347

de aceitação dos limites como realidade definida e encerrada, que gera uma incapacidade de criação ou negociação. Por isso lembramos que “A política faz-se e pratica-se nos espaços da existência como uma luta pela vida. O direito ao espaço é o direito à participação na invenção de um mundo”⁷.

- Outro tem que ver com a quebra da relação significante-significação quanto ao lugar construído. Um muro não ganha carácter arquitetónico porque simplesmente existe e separa fisicamente, ele deve existir quando de um lado está um significado, e do outro, outro. Dificilmente se consegue impor, sem ser definido consensualmente, um limite, sem que se corra o risco de destruir a habitabilidade ou a qualificação de um lugar. Só quando existe previamente um limiar não físico, se pode reportar à sua existência no plano físico. Sem negociação ou sentido previamente estabelecido, não será aceite e a construção jamais será qualitativa.

Existia já esta percepção quando, em 1864 se formaliza o “Tratado de Limites entre Portugal e Espanha”.



04 Fronteira entre Galiza e Portugal, José de Castro López, 1863

Salienta-se a este propósito a percepção então existente de que a imposição de uma fronteira político-administrativa não era suficientemente sustentável, sendo necessário evitar incompatibilidades

⁷ CALÓ Susana, *Devir Autónimo e Imprevisto. Por novos espaços de liberdade* em Revista Punkto online https://www.revistapunkto.com/2015/10/punkto-desastre-limites-indisciplina_5.html

entre a geografia das diferenças culturais e as fronteiras políticas propostas. Assim, para estabelecer este limite entre nações, foi feito um levantamento da cultura popular de modo a criar uma construção de unidade política imaginada e de pertença, essa sim, irrefutável.

No atual sistema capitalista, o abismo entre ricos e pobres é cada vez mais acentuado, e a sociedade torna-se cada vez mais obcecada com os limites da propriedade privada e toldada pelo medo.⁸ A fragmentação dos territórios metropolitanos reflete-se assim numa “organização territorial marcada por enclaves distintos e sem continuidade com a estrutura sócioespacial que os cerca”⁹

Nas cidades contemporâneas multiplica-se o uso de artifícios segregadores - fronteiras impostas, ausentes de significação - sob o pretexto da (in)segurança. Bairros monoclássistas, condomínios privados e buisness centers fazem parte da paisagem metropolitana e deixam marcas visíveis no território: muros, portões, redes em arame. Ao contrário do que à primeira vista possa parecer, não desenham verdadeiramente fronteiras, mas antes, inacessibilidades ou lugares interditos: o limite imposto. Trata-se de modo de organização urbana por agregação de grupos sócio económicos semelhantes e segregação entre grupos distintos. Este contexto traduz-se na ausência de fronteiras, na inexistência de confronto, no esmorecimento do desejo de descoberta e da diversidade sócioespacial. Acentuam-se fenómenos de marginalização pelo medo do outro. Trata-se construção social fechada, com base na exclusividade e na exclusão, que não acomoda o diferente, intensificando a insegurança e a desigualdade.

Apesar da ideia mais popular hoje ser o ilimitado e o infinito, não devemos deixar de considerar a proposta de Régis Debray de reabilitar o conceito de fronteira. Basta imaginarmos o terrível cenário que seria vivermos sozinhos no mundo, sem o outro, sem um vizinho. Não haveria nada para negociar, acordar ou discordar.¹⁰ Assumir as diferenças é o que nos permite, precisamente, aceitá-las, conviver e criar.

⁸ BAUMAN Zygmunt, *Confiança e Medo na Cidade*, pp. 28

⁹ BAUMAN Zygmunt, *Confiança e Medo na Cidade*, pp. 28

¹⁰ SALGUEIRO Teresa, *Cidade Pósmoderna – Espaço Fragmentado*, pp. 225

“Cada parcela do saber surge das margens do precedente, por um ajuste das lentes sobre as franjas (...) é graças a estes interstícios que o conhecimento progride, nas suas periferias perigosas, juntas tão jugosas como mal reputadas”.¹¹

¹¹ DEBRAY Régis, *Elogio de las fronteras*, pp. 73



2.2. Lugar informal

Primeiro, ordem e desvio

“(...)

Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego

Sentou pra descansar como se fosse um príncipe
(...)”

Chico Buarque, *Construção*

Se compreendermos a formalidade como o exercício de análise, categorização, separação, e regularização, que segue uma determinada ordem ou norma, percebemos que, ao contrário do que muitas vezes podemos imaginar, a informalidade é o sistema primeiro, que precede a formalidade. Só após uma sistematização e regulação do informal –

implementação do *habitus* - é que pode surgir a sua formalização.¹ A gênese do gesto do homem é então informal, e só após a apropriação, a permanência continuada, a negociação e a aceitação generalizada, é que este se formaliza. A arquitetura cria a forma, ao regular, sistematizar e dividir o espaço, - ao fazê-lo habitar -, através de volumes, muros e acessos, permissões e negações. Deste modo, a ideia de limite e fronteira anteriormente debatida está também na gênese da criação da formalidade.

Aceitando esta descrição como verdadeira, todas as formas de construção à margem do planeamento urbano e da arquitetura institucionalizada, que não estão sujeitos a normas, regras e ordens oficiais, podem ser incluídas na concepção de arquitetura informal. Contribuindo para a explicação do fenómeno na atualidade, o investigador Carlos Burgos especifica ainda que se trata de construções feitas por pessoas cujos recursos económicos não lhes permitem aceder a uma habitação formal,² portanto, surgem como “reação ao sistema formal que falhou ao não conseguiu ir ao encontro das necessidades de uma comunidade”.³

Perante a mudança no paradigma económico ao nível global -transição de um regime fordista (de produção e consumo em massa) para um sistema de acumulação flexível e liberal⁴ -, vai-se desenhando cada vez mais uma paisagem urbana marcada pelas dinâmicas da diferenciação espacial e da desigualdade..⁵



06

Mumbai, 1958

07

Turning Barrel, Coney Island. Arthur

Leipzig, 1952

¹ KUCINA Ivan, *Architutures of Informality*, pp. 76

² BURGOS, Carlos, *Urbanización Clandestina: la discusión teórica*.

³ KUCINA Ivan, *Architutures of Informality*, pp. 55

⁴ HARVEY David, *Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*

⁵ O reflexo dos processos económicos desiguais na cidade contemporânea são abordados e descritos por vários autores e investigadores, como Saskia Sassen no texto “The return of primitive accumulation em *The Global 1989: Continuity and Change in World Politics*”, e pela exposição “Uneven Growth”, no MOMA.

Também os fenômenos de densificação populacional em núcleos urbanos, associados a uma acumulação desigual do capital têm vindo a resultar numa fragmentação do território urbano contemporâneo. A geógrafa Teresa Barata Salgueiro descreve o fenômeno como uma “organização espacial caracterizada pela existência de enclaves distintos e sem continuidade com a estrutura social”⁶

As políticas urbanas parecem não conseguir dissolver o muro que faz a divisão do meio metropolitano contemporâneo em margens distintas: de um lado a abundância, do outro a escassez, muitas vezes convivendo lado a lado. Ao intensificar-se esta separação, acentua-se também a dicotomia entre segurança e privilégio, tal como a marginalização da diferença e o medo do *outro*.⁷

A insegurança e estranhamento do *outro* que conduzem a uma guetização social e espacial, deixam marcas visíveis no território. É no âmbito desta privatização do meio urbano gerada em função da constante preocupação com os limites da propriedade que “a cultura urbana perde a sua base social: quando desaparecem os espaços da vida comum, desaparecem também as formas de sociabilidade que reuniam os diferentes componentes da sociedade.”⁸ De um lado, condomínios privados, empreendimentos de luxo, parques tecnológicos, resorts, e do outro periferias, wastlands, espaços residuais, intersticiais, insalubres ou pouco apetecíveis onde se instalam e desenvolvem habitabilidades informais.

08

The Red Road towers in North Glasgow,
Escócia. John Young, 2015



09

Kingdom Centre, Arábia Saudita. 2002



⁶ SALGUEIRO, Teresa em FONSECA João, *Entre muros – medo e insegurança na construção da cidade contemporânea*, pp. 36

⁷ BAUMAN Zygmunt, *Confiança e Medo na Cidade*, pp. 28

⁸ FONSECA João, *Entre muros – medo e insegurança na construção da cidade contemporânea*, pp.40

O recurso a este tipo de habitabilidade parece articular-se com motivos de insegurança, vulnerabilidade, instabilidade e movimentos migratórios (displacement).⁹ Seja por salários insuficientes, marginalização social, desemprego, para fugir às regulamentações do Estado¹⁰ ou para escapar à opressão e controle de outras estruturas.¹¹ Nas diferentes geografias e latitudes, estes lugares partilham uma condição comum: a precariedade e a busca por diferentes modos de vida que garantam algum tipo de sobrevivência.¹²

A visão em torno dos lugares informais associada exclusivamente à pobreza e ilegalidade tem vindo a transformar-se à medida que aumenta a massa crítica e a investigação científica em torno do fenómeno urbano.¹³



10
Arquitetura móvel. Guiné. Collection
Musée de l'Homme

11
Arquitetura aquática. National Geographic
Society

Ao apresentar a exposição “Arquitetura sem arquitetos” em 1969 no MOMA, Rudolfsky lembra-nos precisamente que a arquitetura ancestral, anónima, de distintos tempos e latitudes, assente numa herança do bem comum, diversa e criativa, excluída do discurso e cultura disciplinar arquitetónica e por ele denominada de informal,¹⁴

⁹ SCHILLER Nina e ÇAGLAR Ayşe abordam estes fenómenos associados à noção de displacement em *Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power*.

¹⁰ PORTES Alejandro, CASTELLS Manuel e BENTON Lauren, *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*.

¹¹ WHITSON Risa, *Hidden Struggles: Spaces of Power and Resistance in Informal Work in Urban Argentina*.

¹² ARANHA Sara, *A Terra do Nunca: uma etnografia sobre convivialidades, diversidade e (in)formalidade na cidade do Barreiro*.

¹³ BURGOS Carlos Puente, *Urbanización Clandestina: la discusión teórica*.

¹⁴ Consideramos todos os diferentes tipos de arquitetura anónima apresentados por Rudolfsky – aquática, portátil, religiosa, protoindustrial, etc. - como arquitetura informal por insinuação do autor, sendo que ele próprio distingue este conjunto de arquiteturas do termo formal ao longo do texto. Ex.: “Skipping the first fifty centuries,

continha em si princípios sociais bem mais consolidados que muitas das habitações formais atuais. “Práticas e espaços tidos como ‘pré-modernos’, ‘arcaicos’, ‘populares’ e ‘informais’, nas favelas, periferias e outros territórios populares urbanos, começam a ser reconhecidos pelas suas potências de comunalidade, compartilhamento e cooperação.”¹⁵

“Not only is the need for confining the growth of a community well understood by the anonymous builders, it is matched by their understanding of the limits of architecture itself. They rarely subordinate the general well fair to the pursuit of profit or progress.”¹⁶

No projeto arquitetónico, tal como no planeamento, temos assistido a um crescente interesse em integrar e aplicar alguns dos princípios participativos e comunitários presentes nos lugares informais. A substituição das decisões verticais (top-down), estéticas e formais por um processo projetual mais horizontal (bottom-up) que tem em consideração as aspirações e necessidades das comunidades, trata-se de uma mudança do ponto de vista da metodologia disciplinar e na forma como se aborda a questão da habitação precária.

O caso SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) é disso exemplo em Portugal. Constituído em 1974, este serviço público parte de um princípio inovador: a “participação ativa e organizada dos moradores pobres na resolução dos seus problemas de alojamento e a apropriação de espaços urbanos valiosos pelas camadas populares que aí se radicavam ‘sob forma marginal’ ”.¹⁷

De um processo autocrático, arquitetos e urbanistas passam a introduzir um carácter democrático às práticas de projeto, desenhando habitação com uma forte componente participatória dos futuros habitantes, integrando-os como decisores, tanto a nível estético, funcional como material.

chroniclers present us with a full-dress pageant of “formal” architecture, as arbitrary a way of introducing the art of building (...)” pp. 1 do Prefácio.

¹⁵ FILHO João, *Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana*, pp.373

¹⁶ RUDOFISKY, Bernard (1964). *Architecture without architects, an introduction to nonpedigreed architecture*, pp. 18

¹⁷ PEREIRA Gaspar, *SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário*, pp. 13



12 e 13

Imagens do documentário “Continuar a viver – Os Índios da meia praia”, de António Cunha Telles, 1976

A realidade é que, apesar dos problemas associados à construção informal – fraca qualidade dos materiais construtivos, carência de infraestruturas básicas, localizações insalubres e até inseguras - conseguimos também identificar qualidades. Fundada a partir de processos de negociação com o “outro”, possui outras características indiscutivelmente relevantes como a flexibilidade nos modos de habitar, diversidade, sociabilidade, liberdade e criatividade. Como se tratam de sistemas mais adaptáveis e flexíveis, demonstram uma maior resistência perante fenómenos urbanos disruptivos como as crises económicas e outros mais a que vamos sendo sujeitos. Além disso, a relevância das relações sociais ou “convivialidades” como nota a antropóloga Anna Tsing,¹⁸ relacionada com a “experiência partilhada” de quem vive num

¹⁸ TSING Anna, *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*.

contexto próximo de precariedade e escassez,¹⁹ gera um companheirismo espontâneo²⁰ capaz de reabilitar a base social e comunitária que tem vindo a perder-se no meio urbano formal. É na sua condição de margem e através da transgressão da norma, que se regeneram e criam novos modos de vida.

“On one extreme case where there is total formality, the system tends to be rigid and counterproductive. On the other extreme case, where there is total informality, the system tends to be chaotic and counterproductive as well. The two extreme cases are illustrative of inherent shortfalls within each system. This suggests a blend of the two practices, considering historical, geographical, economic, societal, cultural and technological factors.”²¹



14 e 15

Imagens do documentário “Houses for all”
de Gereon Wenzel, 2012

¹⁹ CABRAL João, *A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições*.

²⁰ TURNER Victor, *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*.

²¹ MUSHUMUBUSI, *Formal and Informal Practices for Affordable Urban Housing* em KUCINA Ivan, *Architutures of Informality*, pp.82



16 Pastoral, Alexander Gronsky, 2012



2.2. Lugar comum

res communae, comum urbano

“Partidos, ordens, igrejas, bairros, escolas, clubes, associações, corporações, sindicatos, grêmios, gerações, isto é, formas de habitar e de emprestar organicidade ao comum. Há comunidades inevitáveis e comunidades improváveis. Há comunidades normalizadas e outras que só o desejo, o puro desejo, o magnífico desejo sempre novo, reúne. Há comunidades de reforço e comunidades de luta. Há comunidades que buscam no passado a explicação e ficam por aí. E há outras que exploram o real com as ferramentas desconcertantes da poesia.”

José Tolentino Mendonça

A palavra comunidade sugere-nos imediatamente algo de bom. Reveste-se de um carácter positivo no sentido que nos transporta para ideias como conforto, partilha, inclusão, segurança. No ambiente selvagem, os animais sociais conhecem bem as suas vantagens: um leão que quebra os laços com a sua alcateia tem muito menos hipótese de sobrevivência. A sua vida e a sua morte dependem da existência coletiva.

Também o homem é um ser plural. Desde que há memória, foi sempre em grupo(s) que se estabeleceu no território e definiu os variados limites que o caracterizam como ser coletivo. Criando ordem e construindo a habitação, produz o espaço enquanto mediador das suas ações e significações. Vemos isso se tomarmos o exemplo arquitetónico da casa. Mais do que paredes, janelas, cadeiras e teto, é lugar de recolhimento, repouso e segurança (significados), e onde se estipula um conjunto de protocolos ao coletivo que a habita, a família.

Ao transformar o meio que o rodeia, a humanidade cria a cidade pela necessidade de cultivar e de se proteger do meio selvagem. (Sobre)

vive modificando o território: implanta corpos edificados, desvia cursos de água, abre clareiras na densidade vegetal, traça e ilumina percursos, e atribui sentido ao lugar construído.

“Em oposição ao caos, essa estruturação da sociedade impõe-se, gerando previsibilidade, definindo expectativas, criando portos ao comum dos indivíduos, define-lhes o espaço adequado às suas ação, individual ou colectiva, mostra a as possibilidades de movimento num determinado espaço de fronteiras, tanto internas como externas.”¹

No campo da sociologia, Joseph Gusfield distingue dois sentidos inerentes à noção de comunidade: um sentido territorial ou geográfico e outro, emocional, associado à qualidade do relacionamento.² Em ambos compreendemos que quanto mais denso é o conjunto de coabitações e sistemas sociais, como acontece no ambiente urbano, mais complexo é o sistema de regras, protocolos e negociações.

Tentando organizar o espectro de sentidos de apropriação do lugar pelo indivíduo social, o império Romano definiu um conjunto de categorias que genericamente caracterizam os tipos de apreensão o território: público (*res publicae*) e privado (*res privateae*), comum (*res communes*) e de ninguém (*res nullius*).³ Além da dualidade público/privado muito presente no discurso urbano e arquitetónico, interessamos abordar o conceito de comum, de que forma se distingue destes outros, e a forma como pode estabelecer uma relação com a produção do lugar urbano e arquitetónico.

O individual é vertical, o coletivo é horizontal.

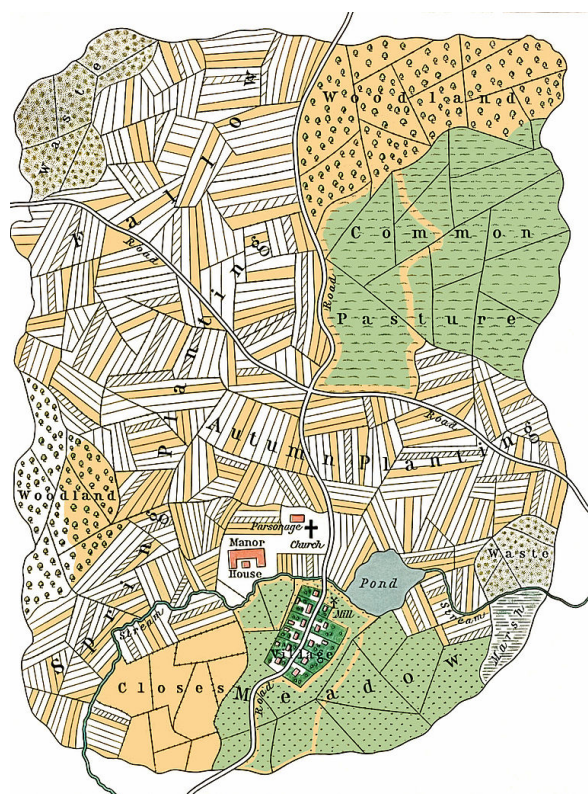
Previamente à economia de mercado liberal, surge na época medieval por toda a Europa, e mais marcadamente no Reino Unido, o conceito de Terra Comum (*Common Land*). Os proprietários definem territórios para que outros cidadãos não proprietários (*commoners*)

¹ SALGUEIRO Mafalda, *Sobre a ordem do desvio: práticas do espaço e arquitetura em contexto de hospital psiquiátrico*, pp. 26

² GUSFIELD Joseph, *Community: a critical response*, pp.13

³ EULER Johannes, *Defining the Commons: The social practice of commoning as core determinant*, pp. 4

possam usufruir destes terrenos privados ou dos seus recursos naturais (pesca, pastoreio, extrair madeira, pedra, terra, etc.), desde que seja para consumo próprio. A aplicação do fazer comum teve um papel social fundamental nesta época: colmatou a carência do estado social, à época inexistente, garantindo uma rede de segurança contra o desemprego, os baixos rendimentos e uma forma de subsistência para as camadas mais envelhecidas e desfavorecidas.



18 Propriedade medieval inglesa com zonas de pastoreio comum. William R. Shepherd, Historical Atlas, New York, Henry Holt and Company, 1923

Posteriormente, com a ascensão do capitalismo, Exner e Kratzwald descrevem o surgimento de um movimento de resistência a este tipo de uso, pela criminalização dos commoners.⁴ O filósofo e historiador Karl Polanyi⁵ acrescenta ainda que foi pela necessidade de aumento da produtividade dos terrenos, necessária à economia de mercado, que a ideia de bem comum se degrada e as relações sociais se

⁴ O investigador político Andreas Exner e a socióloga Brigitte Kratzwald escrevem o livro *Economia Solidária e Comuns*, onde descrevem os pilares históricos e conceptuais da economia sem fins lucrativos.

⁵ Ideia desenvolvida no seu livro *A Grande Transformação, as origens da nossa época*.

tornam dependentes do sistema económico, em vez do contrário.

“Vem então o número, o da democracia, da cidade grande, das administrações, da cibernética. Trata-se de uma multidão móvel, inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos, tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém. Rios cifrados de rua.”⁶

Numa sociedade cada vez mais envolvida na lógica neoliberal e sob o espectro da teoria de valor,⁷ onde tanto o Mercado como o Estado (e conseqüentemente o lugar construído) parecem convergir numa “visão partilhada de progresso tecnológico, domínio corporativo, crescimento económico e consumo expansivo”,⁸ emerge uma crescente preocupação em torno da carência de debate, conhecimento público e até mesmo da aplicação do conceito de *bem comum*.

Como coloca David Bollier no seu livro “Think Like a Commoner”, a ideia pode ser explicada de uma forma muito simples: trata-se de bens ou recursos que “não pertencem a ninguém, mas são partilhados por todos”. Tanto materiais - água, os solos, o ar, as frequências de rádio, como imateriais - linguagens, cultura e conhecimento, os *comuns* (ou *bens comuns*) podem ser assim definidos como tudo o que é de uso coletivo e gerido por uma dada comunidade através do *fazer-comum* (commoning), isto é, um conjunto de práticas de partilha e reciprocidade, num determinado *lugar comum*.

Atualmente, os estados nacionais vêm partilhadas as suas funções (de segurança, saúde, educação) com o mercado financeiro global, através de políticas de desregulação, privatização, livre trânsito de capitais e libertação de barreiras comerciais.⁹ No atual capitalismo contemporâneo, com a ascensão da finança e de políticas públicas neoliberais, agravam-se as desigualdades.¹⁰ Os enclaves urbanos,

⁶ CERTEAU Michel, *A invenção do quotidiano*, pp. 57

⁷ LEFEBVRE Henri, *O Direito à Cidade*.

⁸ BOLLIER David, *Think Like a Commoner: a short introduction to the life of the commons*, pp.5

⁹ PIKETTY Thomas, *Capital in the Twenty-First Century*.

¹⁰ SANTOS Ana, *Financeirização e desigualdades, duas faces de uma mesma realidade*.

enquanto tradução espacial deste contexto, funcionam como cidades dentro de cidades. Estando altamente conectados ao sistema de trocas no mercado global, desconectam-se progressivamente do contexto local, funcionando como elementos promotores da fragmentação, ruptura, desigualdade e segregação. O sociólogo Michel Freitag afirma mesmo que estamos perante uma perda do sentido comunitário e coletivo no que respeita aos processos de produção espacial, precisamente porque “onde não encontra obstáculos, a economia de mercado trata, portanto, o espaço e o lugar construído (industrial, comercial e residencial) como trata todas as outras coisas: ou como recursos cujo rendimento se trata de maximizar, ou como factores cujos custos se trata de minimizar. O espaço em causa e as construções em causa, por definição, não representam intrinsecamente mais nada.”¹¹

O facto é que as consequências da perversão no uso dos commons (por exemplo, a utilização destes bens para fins exclusivamente lucrativos) poderão revelar-se devastadoras, principalmente para camadas mais precárias da população, ao limitar o seu acesso apenas a alguns. A própria prática arquitetónica reveste-se de vulnerabilidade, vendo a sua ação disciplinar limitada às leis económicas, sejam de cariz estatal ou privado. Será por isso legítimo questionar se a “aproximação semântica entre a liberdade de uso e a busca de ganho próprio é precisamente a operação que está a condenar os terrenos comuns à sua ruína”.¹²

Interrogamo-nos também se a expropriação do lugar comum na contemporaneidade não terá alguma relação com a progressiva substituição do termo coletivo por conectivo. A radicalidade das atuais transformações fazem com que a organização territorial resulte de uma justaposição entre os traçados físicos (vias rápidas, aeroportos, centros comerciais, zonas de lazer, habitações móveis) e traçados virtuais (conectividade transacional, fluxo de serviços, investimento, finança internacional, bolsa de valores, telecomunicações) que definem o sistema de relações do sujeito e o lugar contemporâneos. Se por um lado o mundo está cada vez mais interligado, pela internet, por avião, por imagens satélite, por tweets, autoestradas, redes e links em sobreposição,

¹¹ FREITAG Michel, *Arquitetura e Sociedade*, pp.43

¹² COSTA João, *A possibilidade de um projeto de resistência em arquitetura*, pp.17

por outro, o espaço dedicado às formas de organização coletivas parece colapsar. É precisamente por isso que Régis Debray vem lembrar que uma conexão atrativa não equivale a cumplicidade, e que transformar o mundo numa rede não significa que podemos habitar essa rede como um mundo. Tal como uma comunidade sem exterior que a reconheça não tem lugar de ser.¹³

É perante este contexto que o pensamento e debate em torno do termo *comum* tem vindo a ganhar uma nova relevância. Com princípios baseados na autonomia, democracia direta, horizontalidade e autogestão, organização em rede, rejeição à tutela do Estado e ocupação de espaços públicos,¹⁴ a ideia de comum afirma cada vez mais um lugar de destaque na sociedade contemporânea, enquanto recusa de subordinação de todos os espectros da vida social e natural à lógica da mercadoria e da propriedade. “A noção de comum aproxima-se de um campo de práticas mais autónomas e coletivas de produção e reprodução social.”¹⁵

Na esfera do planeamento urbano, é associada a novas formas de fazer e regenerar a cidade: o *comum urbano*.¹⁶ Harvey utiliza o termo para se referir não apenas aos bens e recursos normalmente relacionados ao meio urbano, mas também à dimensão imaterial que nos é transmitida pela experiência urbana coletiva, nesta capacidade de provocar encontros e estabelecer relações de comunidade, tomando a própria cidade como recurso comum.

Porque o lugar é um espaço praticado, Henry Lefebvre e Michel de Certeau associam o conceito de comum urbano à experiência urbana coletiva do quotidiano. Também o arquiteto João Filho faz esta associação quando o define pela “vida quotidiana através de práticas de fazer-comum baseados no uso, apropriação e autogestão da cidade como obra coletiva”.¹⁷ Estes autores sugerem que o quotidiano não se trata apenas uma entre outras qualidades do ambiente urbano, mas antes que o seu estudo e conhecimento constituem uma das mais importantes

¹³ DEBRAY Régis, *Elogio de las Fronteras*.

¹⁴ FILHO João, *Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana*

¹⁵ Ibid, pp. 372

¹⁶ HARVEY David, *The creation of the urban commons*.

¹⁷ FILHO João, *Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana*, pp. 400

contribuições para o conhecimento da produção do espaço.

Michel de Certeau no seu livro “A prática do quotidiano”, faz um levantamento deste tipo de práticas, no sentido de reconduzir a experiência científica à origem: ao conhecimento do homem comum. Afirma ainda que é através do quotidiano que a realidade é reinventada e se produzem novos espaços, quando reconhece que é nos gestos intersticiais do dia a dia que “o caminhante atualiza algumas das possibilidades e proibições existentes na ordem espacial”.¹⁸ Transmite-nos também que as práticas de transgressão quotidianas originam atos criativos, abrindo caminho a novas formas de apropriação.

Se observarmos uma criança no seu dia a dia, reparamos que ela negocea, infringe, transgride. Fá-lo instintivamente, sabendo que, apesar da ilegalidade e consequência dos seus atos, amplia a sua dimensão e inscreve-se no mundo.

“Uma criança rabisca e suja o livro escolar; mesmo que receba um castigo por esse crime, a criança ganha um espaço, assinala aí a sua existência de autor.”¹⁹

Na mesma linha de pensamento de Certeau, o sociólogo Henry Lefebvre lembra-nos que o espaço quotidiano é um elemento dinâmico que participa na criação e transformação das relações sociais. Ele exprime, representa e fixa os grupos sociais que o estruturam no conflito e na negociação entre diversas realidades.

“A cada dominação, a cada dispositivo se produzem subjectivações capazes de lhes resistir, linhas de fractura, que se insurgem contra o poder.”²⁰

Se assumirmos que a prática do comum surge através do quotidiano – da experiência diária e da banal passagem do tempo –, concluímos que ‘o urbano’ constitui o espaço de mediação onde múltiplas experiências e dimensões do comum podem encontrar-se, articular-se e produzir novos comuns. Enquanto ponto de encontro de forças e lógicas diversas, é através de um conjunto de características

¹⁸ CERTEAU Michel, *A invenção do quotidiano*, pp. 177

¹⁹ Ibid, pp. 93

²⁰ SALGUEIRO Mafalda, *Sobre a ordem do desvio: práticas do espaço e arquitetura em contexto de hospital psiquiátrico*, pp. 17

singulares do espaço urbano enunciadas por Lefebvre - mediação, centralidade e diferença – que se consegue reconhecer a aplicação do termo comum urbano, distinguindo-o de outros domínios do comum.

Reabilitar a cidade contemporânea poderá significar devolver-lhe tudo o que tinha de mais positivo: o encontro, a diversidade e a imprevisibilidade.²¹ Significará certamente mais que uma simples substituição ou reaproveitamento de matéria envelhecida e o estabelecimento de um novo uso. Contrariamente a “uma simples unidade homogénea”, se conseguirmos reconstruir a “unidade de composição e de proporções, implicando diferenças e hierarquias.”²² substituir forças de dominação por gestos de apropriação, renovar a ligação do lugar a lógicas do comum, individualmente e coletivamente como propõe Elinor Ostrom,²³ abrimos um renovado campo de discussão, potencialmente mais construtivo para futuras habitabilidades.

²¹ MERRIFIELD Andrew, *Henri Lefebvre: A Critical Introduction*.

²² SALGUEIRO Mafalda, *Sobre a ordem do desvio: práticas do espaço e arquitetura em contexto de hospital psiquiátrico*, pp. 46

²³ OSTROM Elinor, *Tragedy of the commons*



2.4. Lugar vago

Ruína, desejo e instabilidade

“Os espaços abandonados das cidades são locais que motivam intrigantes indagações intelectuais. (...) Comparam-nos às regiões não exploradas que os cartógrafos deixavam em branco nos mapas históricos. (...) Ruínas e terrenos vagos são lugares que se evitam. O senso comum imagina-os vazios e sem vida e envolvem-nos em metáforas da morte. Trata-se de locais que as sociedades sobre acumulam de passado (memórias do que foram) e de futuro (sonhos que podem vir a ser), mas que suprimem do presente.”

Eduardo Brito-Henriques, Introdução ou a Memória de um projeto

A cidade não é uma paisagem estanque. O ambiente urbano consolidado que conhecíamos já não existe. No último século a economia do mundo foi evoluindo, e com ela, a lógica do espaço construído. A cidade medieval delimitada e consolidada foi substituída pela extensa cidade industrial. Nesta a urbanização moderna desenhou periferias, compartimentou a atividade humana por zonas, substituiu a rua pela estrada criando uma escala de circulação mais propícia à lógica

industrial emergente e à circulação do capital. Os bairros populares foram votados ao abandono e o proletariado foi sendo transferido para a periferia da cidade¹ O geógrafo Jean Labasse (1966) designa estes ciclos industriais e a descentralização da experiência urbana como produtores de “vazios sociais”.

“- And where are the people, father, whose hands built your city?

- In the depths were they belong.

- What if one day those in the depths rise up against you?”²

A ferrovia, simultaneamente um herança e um suporte tecnológico que marca fortemente os territórios urbanos. Ao mesmo tempo que nos liberta de confinamentos territoriais, vai desenhando fraturas súbitas e geografias de desapego, e como descreve Michel de Certeau:

“(…) numa linha reta, corta o espaço transforma na velocidade da sua fuga, as serenas identidades do terreno”³

Já na segunda metade do século XX, a acumulação flexível e liberal de um novo capitalismo emerge, traduzindo-se numa lógica extração máxima de valor e rentabilidade de cada pedaço de solo urbano. Emergem “valores como o individualismo (e não a individualidade), a segurança (quando não a paranóia securitária) ou as exigências de mobilidade individual começam a sobrepor-se aos valores urbanos do espaço público e colectivo.”⁴

Os anos 70 marcam uma forte mudança nos campos económico, político e cultural. A crescente autonomia da atividade económica, cada vez menos sujeita ao controle das instituições políticas e sociais, ocorre em paralelo com a liberalização da vida privada, através do consumo de massas.⁵ Este quadro de transformações incide sobre a condição dos indivíduos, no sentido em que “se sentem mais consumidores que

¹ JORGE Gorjão, *O Reverso da Paisagem*, pp. 18

² *Metropolis*, Fritz Lang 1927

³ CERTEAU Michel, *A invenção do quotidiano*, pp. 194

⁴ URBANO, Luis (2007). *Duplicidade e a flânerie contemporânea*, pp. 13

⁵ TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Tradução de Elia Ferreira, Ed. Vozes, Petrópolis, 1994

cidadãos”⁶. Incide também sobre a cidade, crescentemente considerada enquanto produto de consumo, centro financeiro e de serviços onde o valor de troca prevalece sobre o valor de uso. Algo particularmente evidente no âmbito dos processos de reabilitação e rentabilização dos centros históricos, onde a iniciativa privada se sobrepõe à iniciativa pública.⁷ Neste contexto a casa deixa de constituir um direito fundamental, transformando-se num bem consumível e num instrumento de acumulação de capital.

A cidade global⁸ enquanto centro de comando mundial e de acumulação populacional, económica, de informação, tecnologia e poder, reflete-se do ponto de vista espacial num território extenso, disperso e fragmentado. Para visualizar a escala de transformação dos novos núcleos metropolitanos, basta-nos verificar que apenas em três anos, entre 2011 e 2013, a China produziu mais cimento que os Estados Unidos durante todo o século XX.⁹ Mas este novo espaço extensamente edificado precisa de uma forte rede de tráfego que conecte os distantes núcleos operacionais, pelo que proliferam os espaços de passagem e transição em substituição dos espaços de permanência e convívio.

Também as problemáticas associadas ao indivíduo contemporâneo se alteram: à dicotomia explorados/exploradores herdada da época industrial, sucede a dicotomia incluídos/excluídos, ou conectados/desconectados no contexto das novas redes globais de comunicação e de produção de valor. Se nas redes sociais apareço, existo. Não é por isso estranho que o dispositivo simbólico desta nova arquitetura seja o vidro: apesar da sua aparente transparência é criada uma distância, colocando o habitante na posição de espectador, daquele que observa. “Podes ver mas não podes tocar.”¹⁰

Estes avanços transfiguram a realidade numa rapidez de tal ordem que expõem o sujeito pós histórico - aquele que vive na cidade heterogénea (Deleuze) -, a uma experiência cada vez mais periférica, dispersa e isolada (Solà-Morales), expondo-o constantemente à

⁶ Ibid, pp. 93

⁷ AGAREZ, Ricardo (2018). *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918/2018*, pp. 495

⁸ SASSEN Saskia, *The Global City: Introducing a Concept*

⁹ Bill Gates, 2012

¹⁰ CERTEAU Michel, *A invenção do quotidiano*, pp. 195

imprevisibilidade e ao desconhecido. A falta de compreensão da nova realidade faz com que viva em constante estranhamento. Também o “súbito desaparecimento de locais populares e pontos de referência trouxe desconforto e desespero às pessoas, agora engolidas pela vastidão áspera das metrópoles”¹¹

“Quando nem o Estado, nem o mercado, nem a cultura, nem uma qualquer transcendência ideológica representam já o centro, aquilo com que se confronta ou o ideal normativo da sociedade capaz de incorporar uma finalidade à priori, a própria sociedade já não logra apreender-se senão no seu funcionamento imediato, e mais singularmente então, nas falhas e nas quebras, nas interrupções desse funcionamento”¹²

A cidade sem limites definidos, sem fora e dentro – sem o *outro* - gera uma constante experiência de estranhamento, condição contemporânea abordada por vários autores no final do século XX, como é o caso de Anthony Vidler, Michel de Certeau e Odo Marquard. Na ausência de uma relação entre as formas do espaço urbano e as estruturas da sociedade, habita-se constantemente na condição de margem. Ao sujeito estranho na sua própria casa resta lançar-se contra os seus limites, reencontrar-se nos procedimentos intersticiais, nos lugares desprivilegiados que surgem entre as malhas institucionais. Reencontrar-se na procura de um qualquer outro.

O fim dos conceitos tradicionais de lugar, permanência e continuidade,¹³ assinala esta nova realidade pluridimensional e ultraflexível da qual “resulta uma grande quantidade de espaços indecisos, desprovidos de função”.¹⁴ Sem limites claramente definidos, a densidade súbita comporta ocupações contingentes e maioritariamente desordenadas: espaços residuais, ruínas industriais, vazios urbanos, não lugares e lugares resto. São o conjunto de espaços contemporâneos a que chamamos lugar vago que “não pertence nem ao domínio da sombra, nem ao domínio da luz. Está situado nas suas margens (...)”¹⁵

¹¹ ROSSI, Aldo. *L'architettura della città*, p.143, em LOPES, Diogo Seixas.

¹² FREITAG Michel, *Arquitetura e Sociedade*, pp. 61

¹³ SOLÀ-MORALES Ignasi, *Territórios*, pp.186

¹⁴ Ibid, pp.

¹⁵ Ibid, pp.

Associado a movimento, oscilação, flutuação instabilidade, o termo *vago* pode ser também descrito como livre, vacante e disponível. Entre o carácter instável ou indefinido dado pela ausência de atividade e o sentido de liberdade, reside a ambiguidade e o poder atrativo destes lugares na cidade contemporânea.¹⁶ O seu significado não se encerra na negatividade normalmente associada ao termo. Pode-se encarar antes “como ausência mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível”¹⁷ Na sua indefinição estão sujeitos tanto às forças dominantes (da especulação, da finança e economia global), como a ocupações contingentes e informais.

Seja pela memória de destruição das grandes guerras ou pelo cultura económica vigente, o vazio e a ruína na cultura ocidental parecem assumir uma dimensão simbólica fortemente marcada pelo desconforto. Um sentimento associado a fenómenos de suspensão e desperdício relativamente ao que não está a ser usado ou rentabilizado.

“Fear of a void, the void of the mind. Emptiness: an inconceivable perspective.”¹⁸

A percepção do meio urbano enquanto ponto-focal de um conjunto de tarefas e funções do dia-a-dia: trabalhar, habitar, passear, parece colidir com a ideia de vazio, psicologicamente percebido como lugar esquecido ou inseguro, um erro no sistema.

Atravessando as fronteiras do nosso campo disciplinar, notamos que em áreas relacionadas com a biologia e a conservação da natureza, o vazio ou a ausência da ação humana é, no entanto, um conceito positivo, potenciador da vida natural e da sua preservação. Também no domínio da ecologia, é defendida a proteção e manutenção de espaços incontaminados. O arquiteto paisagista Gilles Clement vê os resíduos e restos na paisagem abandonada como promotores de autorregeneração e refúgios para a diversidade, não no sentido da paisagem romantizada, mas como catalisadores de fenómenos de heterogeneidade e criação.

¹⁶ Ibid, pp.187

¹⁷ Ibid, pp.187

¹⁸ CLEMENT Gilles, colóquio *Slowing down the city*.

Olhando os vazios urbanos enquanto rupturas no tecido urbano, o instinto é colocar imediatamente a questão: como dar-lhes uso? A arquitetura enquanto disciplina da construção do espaço habitado é chamada a intervir criando forma, expondo a ordem ou transformando-a, traduzindo uma razão reconhecível no corpo edificado. A sua prática parece traduzir-se numa operação de “transformar o inculto em cultivado, o baldio em produtivo, o vazio em edificado”.¹⁹ Aqui reside uma problemática disciplinar sobre a qual nos devemos deter no exercício de reabilitação: a operação precisa e ponderada entre o que se decide intervir e o que se opta por não construir.

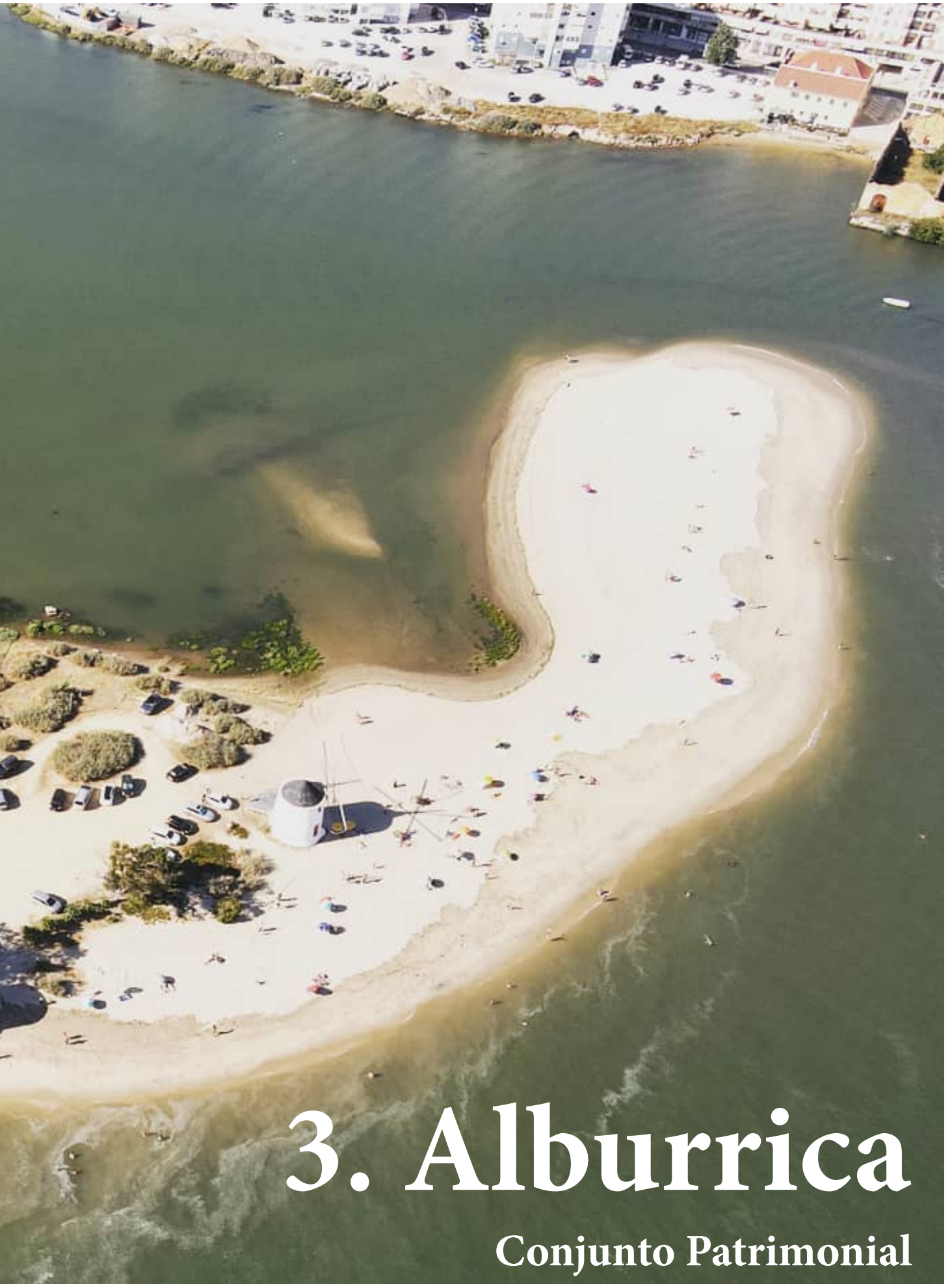
Se ver um lugar implica observar o que está visível, compreendê-lo exige perspectiva e tempo. Perspetiva sobre as escalas e os processos que se ocultam nas superfícies, tempo para construir uma nova consciência interpretativa sobre os mesmos, que permita incluir pontos de vista diferentes, revelar dimensões menos óbvias, descobrir e nobilitar (in) visibilidades. Reabilitar poderá passar precisamente por ponderar o potencial destrutivo da velocidade, suspendendo momentaneamente o gesto e contrariando o instinto quase imediato de preencher os espaços vazios. Deter o olhar sobre os lugares indeterminados, sobre os os territórios desconhecidos e marginalizados, poderá constituir um caminho para a imaginação de novas urbanidades e formas de sociabilização - um vislumbre do que ainda está por vir.

“(...)No tempo em que [os lugares vagos] se apresentam como o único reduto incontaminado para exercer a liberdade individual ou dos pequenos grupos. Contra-espacos. A cidade grande reclama espacos de liberdade, de indefinição, de improdutividade.”²⁰

¹⁹ SOLÀ-MORALES Ignasi, *Terrain Vague*, pp.191

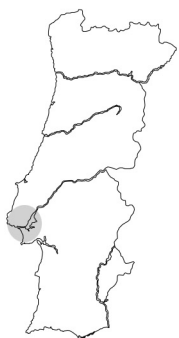
²⁰ Ibid





3. Alburrica

Conjunto Patrimonial





Alburrica ou Al- Barrica (brilho, esplendor) é um território situado na frente ribeirinha do Barreiro que integra a Reserva Nacional do Estuário do Tejo, e por isso partilha com esta um conjunto de ecossistemas, habitats e recursos naturais de elevado valor, reconhecido nacional e internacionalmente, e sujeito a proteção e conservação.¹

No estuário o homem instalou-se e prosperou ao longo dos tempos, desenvolvendo um conjunto de atividades intrinsecamente ligadas às características específicas desta paisagem. Assim a ocupação humana foi deixando um conjunto de legados, tanto materiais como imateriais, que foram sendo adaptados, transformados e transmitidos. Estes legados desenham um fio condutor de conhecimento sobre a vida nas margens do Tejo -de subsistência e de saber fazer- que importa preservar, dada a sua relevância relativamente à construção do presente e criação de futuros.

Enquanto registo da história e evolução de um conjunto de habitabilidades e atividades estuarinas que compõem os territórios ribeirinhos do estuário do Tejo (pesca, salinas, agricultura, indústria) a paisagem de Alburrica afirma-se como relevante fonte documental. Deste registo fazem parte:

-O património moageiro pré-industrial, com vários moinhos de maré -alguns deles já demolidos ou em avançado estado de ruína- tal como moinhos de vento;

-O património industrial, de que é exemplo a Quinta Braamcamp. Transformada num complexo industrial corticeiro no início do século XX, a sua história remonta às “quintas de recreio” oitocentistas da margem sul, nas suas componentes agrícolas e residenciais;

¹ Além do estatuto nacional de Reserva Natural atribuído ao estuário do Tejo 1976, está registado como *sítio Ramsar - Zonas Húmidas de Importância Internacional* - desde 1980.



22 Quinta Braamcamp e caldeiras de Alburrica, vista aérea. Olhar o Barreiro - Fotografia e Arte, s/d

- O património cultural, incluindo o Bico do Mexilhoeiro e a comunidade de pescadores de Alburrica que se foi estabelecendo em construções informais de apoio à sua atividade.

Enquanto frente ribeirinha, é ainda característica singular desta paisagem - que engloba sapais, caldeiras de água, dunas, abrigos piscatórios e ruínas industriais -, a instabilidade dos seus limites. O contorno deste território dilui-se, entre a terra e o rio, sendo desenhado pela flutuação das marés e do nível da água e encontrando-se por isso em permanente mutação. Diariamente há dois ciclos completos (maré cheia e maré vazia), que estabelecem um ritmo contínuo e natural de mudança deste território.

Mas esta instabilidade não se cinge às dinâmicas ecológicas que determinam uma constante indefinição dos limites físicos deste território. Estende-se também às dinâmicas sociais e económicas. Neste âmbito destaca-se o facto deste lugar, situado no concelho do Barreiro, incluir o património vivo, frequentemente informal e invisibilizado, associado às atividades estuarinas, bem como como o património industrial em abandono, que decorre da nova realidade metropolitana pós-industrial. As pressões competitivas decorrentes do reforço da integração económica a nível global, traduziram-se numa desativação ou deslocalização súbita de empresas ligadas ao setor industrial, pelo que partes substanciais da cidade foram deixadas ao abandono.

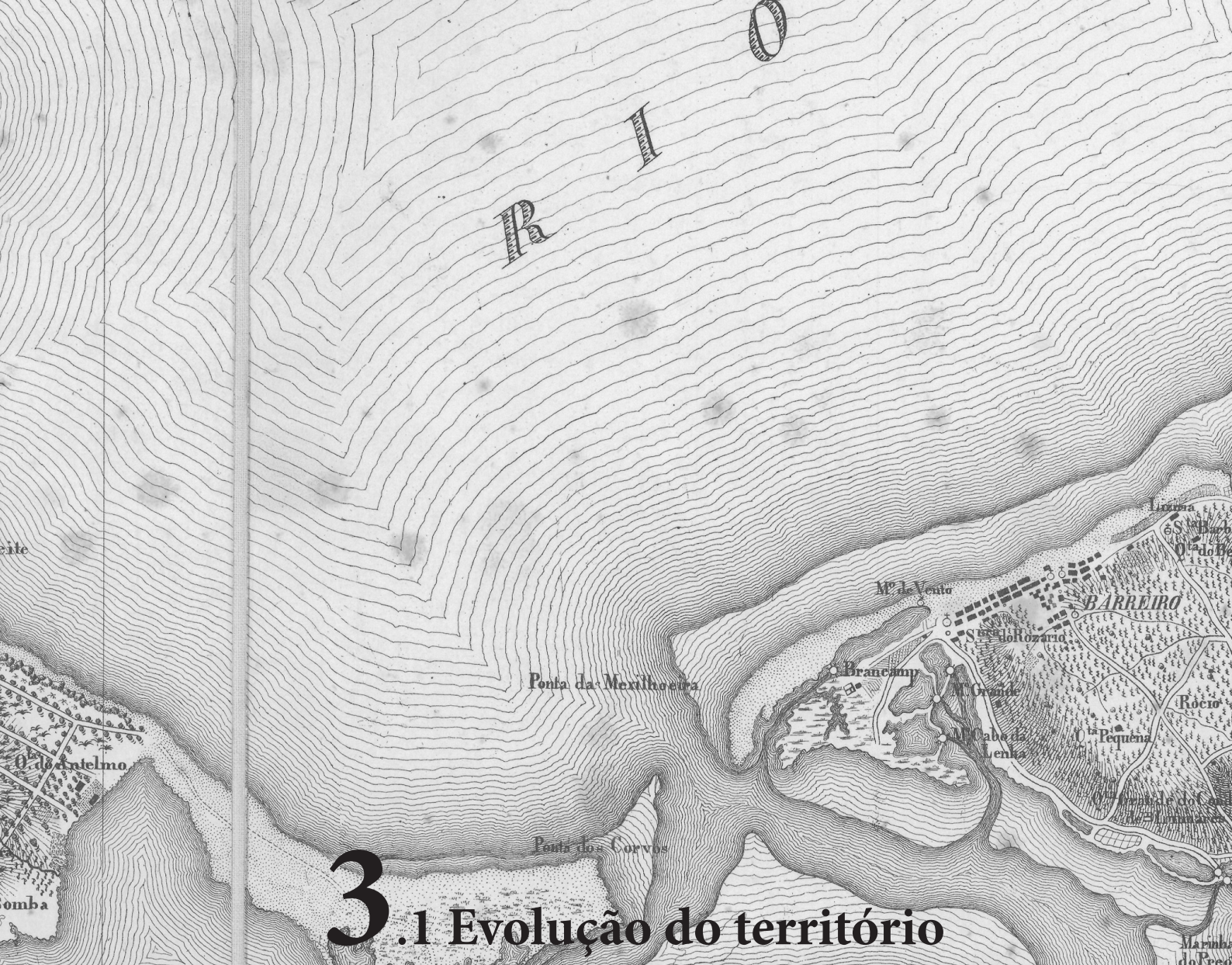
Esta condição de lugar vago - *resto, em ruína, wasteland*- convoca o presente, no que respeita à reflexão sobre o tipo de habitabilidades que caracterizam o contexto urbano atual, bem como o futuro, na medida pode constituir um elemento catalisador do pensamento sobre novas habitabilidades porvir.



23 Alburrica, zona aluvial. Olhar o Barreiro - Fotografia e Arte, s/d







3.1 Evolução do território

Barreiro no tempo e no espaço

A cidade do Barreiro, situada na margem sul do Tejo, tem como origem uma pequena povoação de pescadores originários do Algarve que desenvolviam a sua atividade na Barra do Tejo, chamados de 'Barreiros'. Os dados existentes não são claros quanto à origem do nome da cidade, podendo ainda estar associada aos solos de composição barrenta deste lugar. Os primeiros registos datam de 1257 e 1290, no cartório da ordem de Santiago, mas pelas descobertas arqueológicas no Bico do Mexilhoeiro, estima-se que a ocupação humana neste lugar remonte pelo menos ao período Neolítico.

Nomeado concelho em 1521, este território era composto por casarios e pequenas comunidades organizadas em torno da propriedade rural e das atividades relacionadas com a agricultura, a pesca, as marinas de sal e as atividades navais. A produção



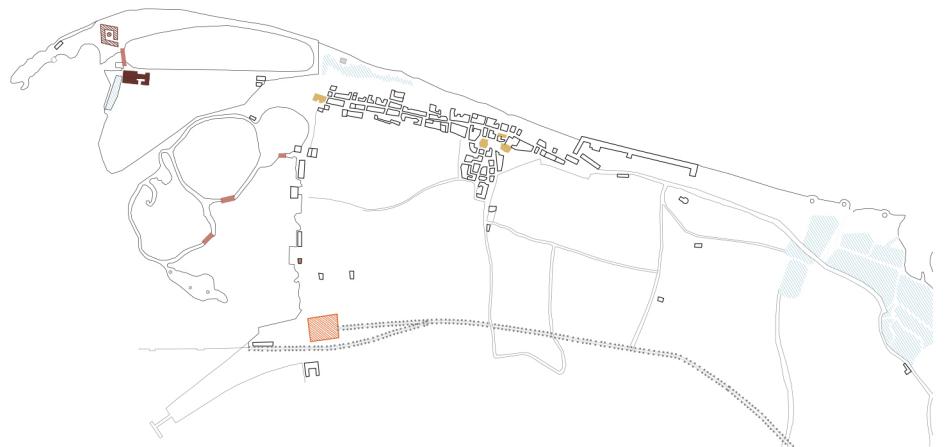
25 Parte da Carta topographica militar do terreno da Península de Setúbal, 1816

resultante da pesca, da agricultura, como o desenvolvimento da indústria no Estuário, e em específico na margem sul, verificou-se de grande utilidade relativamente à satisfação das necessidades, tanto da população que ali se foi fixando, como para servir a capital do país e os restantes núcleos urbanos em torno do estuário do Tejo.

Desde sempre que a maior parte da população deste lugar dependia da grande diversidade piscícola que o rio proporcionava. Para além da pesca, entre os séc. XV e XVIII a atividade moageira instala-se neste território que possui características paisagísticas e morfológicas especialmente favoráveis para o desenvolvimento deste tipo de estruturas. É através destes sistemas pré-industriais que cresce e se desenvolve mais intensamente a produção de vinho e variadas explorações hortícolas de maior escala.



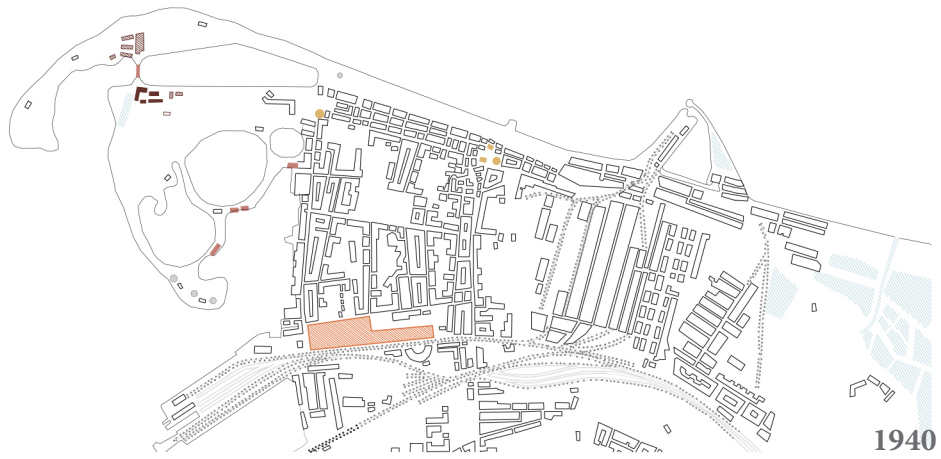
1816








1845



1905



- | | | | |
|---|------------------|---|---------------------|
|  | Quinta Braamcamp |  | Igrejas/ capelas |
|  | Moinhos de maré |  | Moinhos de vento |
|  | Salinas |  | Estação Ferroviária |



Após a revolução francesa e a retirada da corte portuguesa para o Brasil, parte da nobreza que permaneceu, refugiou-se nas ‘Quintas da Outra Banda’ como eram descritas à época. Tratavam-se de casas senhoriais de campo, muitas delas na margem sul do Tejo, também chamadas de Quintas de Recreio, que uniam o lazer com a vida rural. Com a instabilidade política europeia no final do séc. XVIII, continuaram a proliferar estas casas senhoriais como lugares de refúgio e descanso da vida na cidade, ao mesmo tempo que, ainda que com um papel secundário, se explorava o seu potencial produtivo - a vinha seria a produção mais relevante, como provam a cartografia e os restantes registos documentais.

Assim, além das atividades pré-industriais moageiras (essencialmente de moagem de cereais) e de exploração de sal nas extremidades nascente e poente, o Barreiro em 1816 era composto por um pequeno aglomerado habitacional de pescadores e trabalhadores rurais ladeado por três igrejas, e um conjunto de quintas de recreio e de produção agrícola, dispersas pelo território.

Alburrica, situada na extremidade poente do Barreiro, tinha já neste momento parte do património arquitetónico que ainda hoje caracteriza a sua paisagem. A Quinta Braamcamp ao centro, quatro caldeiras com os respectivos moinhos de maré, o percurso que separa a quinta dos moinhos de maré a sul, e o primeiro moinho de Vento do Jim, hoje inexistente. Conseguimos ainda por esta planta localizar e caracterizar o território quanto às estruturas ecológicas presentes (duna, sapal, prado) e atividades económicas relacionadas com a paisagem (vinhas, hortas, viveiros de peixe, salinas).



1845

Algumas alterações no contexto socioeconómico, político e científico do país começam a revelar-se através do território. Com a independência do Brasil (1922), tanto a exportação tal como o preço do vinho, por falta de procura, (o ex libris agrícola da margem sul) sofrem uma queda abrupta. Dá-se também a extinção das ordens religiosas em 1834 resulta na incorporação pela Fazenda Nacional de muitas propriedades rurais. Estas propriedades são adquiridas mais tarde por uma nova classe social, a burguesia.

As mais significativas mudanças prendem-se com os avanços industriais, tecnológicos e científicos que impulsionam uma expressiva expansão industrial. A inauguração dos “Caminhos de Ferro do Sul” (1861), vem servir de apoio a toda esta nova economia, facilitando o transporte de mercadorias e pessoas entre os territórios a sul do Tejo e a capital. Assistimos então ao início de uma economia do capital industrial e com a extinção, parcelamento e venda dos morgadios e das quintas de família, a atividade agrícola vai sendo substituída por indústria e comércio. A instalação das novas indústrias ocorre maioritariamente nestas quintas pré-existentes, como é o caso da Sociedade Nacional de Cortiças na Quinta Braamcamp (1885), em Alburrica.

É na zona de Alburrica que observamos uma significativa alteração morfológica do território. Esta mudança torna-se possível pelos desenvolvimentos tecnológicos do momento, que visaram uma maior rentabilização da indústria moageira, através do recurso às caldeiras de armazenamento de água e ao aproveitamento da energia das marés. As caldeiras pré existentes dos moinhos de maré, naturalmente configuradas pelas características desta paisagem, foram modeladas de maneira a acolher mais água e melhorar a eficiência dos moinhos adjacentes.



1905

Na transição para o séc. XX, o processo de expansão urbana mantêm-se. A indústria é responsável pela criação de novas profissões relacionadas com as indústrias locais então implantadas (maquinistas, fogueiros, condutores, corticeiros, rolheiros, serralheiros, cordoeiros, ferreiros, caixeiros, proprietários, empregados nos caminhos-de-ferro, empregados de comércio, etc.).

Podemos observar que é em torno dos caminhos de ferro e da indústria (instalada nas antigas quintas de recreio dispersas pelo território) que se vai dando um crescimento urbano, ao contrário de outras vilas do país que se vão desenvolvendo em torno do núcleo urbano antigo, expandindo-o.



1940

Nas primeiras décadas do séc. XX o território e a identidade do Barreiro alteram-se substancialmente. A indústria que aqui se foi desenvolvendo atrai fluxos migratórios de zonas rurais de todo o país, em especial do Alentejo, relacionados com uma busca dos trabalhadores, por uma melhoria de vida e uma alternativa ao trabalho de sol a sol.

A localização privilegiada e o acesso a transportes tanto fluviais como ferroviários, terá estado na base da decisão de Alfredo da Silva, quando optou, no início do século, por instalar nesta cidade, aquele que foi o maior complexo industrial do país. A implantação da CUF, veio a alterar a configuração urbana do Barreiro, através da construção de um aterro de grandes dimensões na frente ribeirinha, junto ao seu núcleo histórico. A Companhia União Fabril (CUF) inaugura a sua produção em 1908 e, juntamente com a expansão da estação ferroviária e das linhas férreas, foram sendo criados vários aterros que reconfiguram as frentes ribeirinhas do Barreiro industrial.

A cartografia histórica e os registos demográficos, confirmam a rapidez do processo de expansão urbano (a partir de 1911, a população duplicava a cada 20 anos). Este crescimento, ocorrendo à margem do planeamento e de qualquer organização prévia, refletiu-se num espaço urbano marcado pelo desordenamento e pela fragmentação. À paisagem rural servida de um pequeno núcleo urbano em crescimento sucede a paisagem urbana intensiva e industrial.

Apesar da velocidade destas transformações, apenas em 1957, 50 anos depois do início de atividade da CUF, se dá a aprovação do primeiro plano de urbanização do Barreiro. Tendo como objetivo o ordenamento e estruturação da cidade face às transformações súbitas a que ficou sujeita, este plano peca pelo seu surgimento tardio. Apenas quando se estabelece por lei, a obrigatoriedade dos municípios apresentarem

Planos Gerais de Urbanização é que a Câmara Municipal do Barreiro, visando este objetivo, contrata o arquiteto Paulo Carvalho da Cunha e o engenheiro Santos Silva. No antepiano desenvolvido, é perceptível uma estratégia reconfiguração espacial de influência modernista, assente em critérios de salubridade e conforto urbano inspirados na Carta de Atenas. Este instrumento de planeamento propunha ainda a demolição de um conjunto de pré-existências, principalmente em Alburrica, um dos lugares onde se situam as primeiras ocupações humanas no Barreiro. Projetava ainda a expansão urbana na zona de Alburrica, justificada pela necessidade de separar as zonas habitacionais do complexo fabril CUF e dos seus resíduos químicos.



26 Antepiano de urbanização do Barreiro, planta de trabalho

Relativamente a Alburrica (Zona A), o antepiano definia uma zona habitacional de construção em altura, assente em aterro, tal como a mudança do terminal ferroviário para a ponta do Bico do Mexilhoeiro, abandonando o edifício e estruturas pré-existentes. Ao Barreiro Velho (Zona B) corresponderia o centro cívico e a sul da linha férrea era proposta a localização de vários núcleos de habitação operária e económica. Excepcionalmente, o núcleo H seria destinado à agricultura.

Em 1958 são aprovados os primeiros projetos de construção habitacional, mas as construções em Alburrica e alterações na linha férrea acabaram por nunca se efetivar.

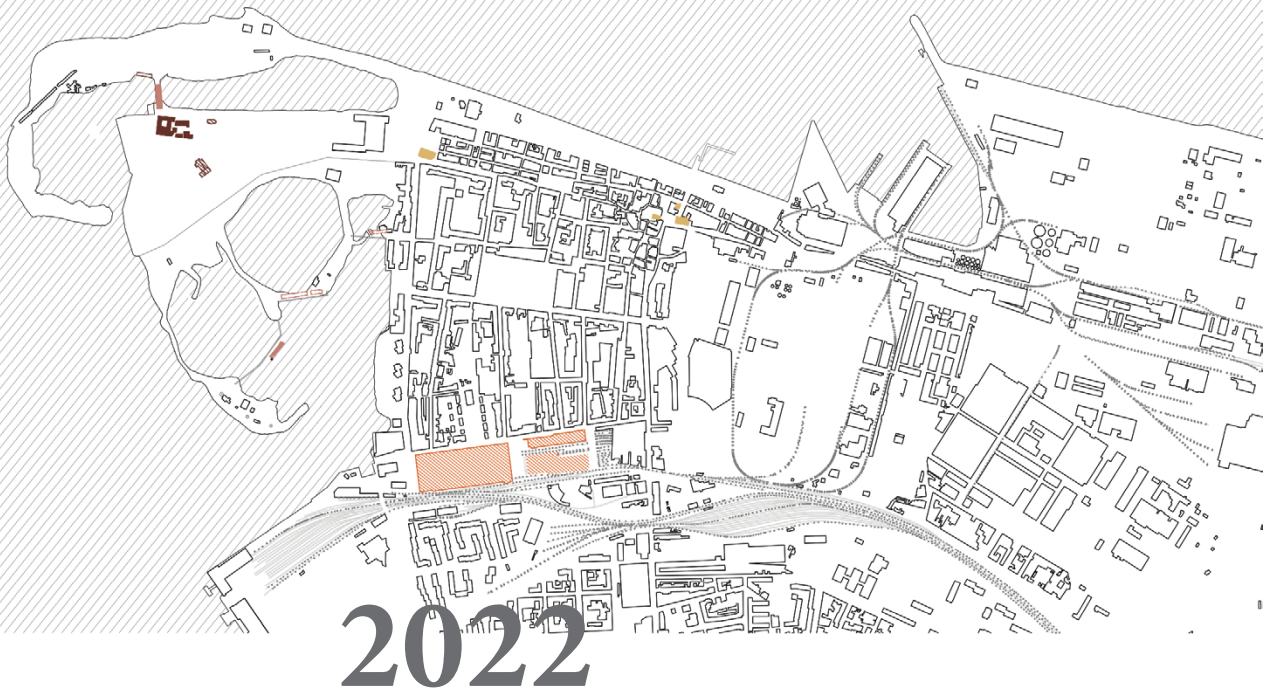


1998

Os movimentos migratórios que marcaram a cidade até à década de 80 e o conseqüente crescimento demográfico refletem a forte atratividade laboral ao nível da indústria, mas também a posição estratégica do Barreiro relativamente à cidade de Lisboa.

A libertação das colónias com o 25 de Abril de 1974, constitui outro dos fatores que explicam a magnitude dos fluxos migratórios na cidade do Barreiro (estima-se que a independência das colónias africanas tenha provocado um fluxo migratório para Portugal de cerca de meio milhão de pessoas para Portugal). Em duas décadas, entre 1960 e 1980, o número de habitantes no Conselho do Barreiro mais que duplicou, passando de cerca de 35 000 para aproximadamente 88 000 habitantes.

Por esta mesma altura começa a dar-se uma mudança económica na Europa. Com a crise do petróleo e a recessão económica a nível internacional, ocorre a desaceleração da indústria e o sector terciário ganha destaque na economia do Barreiro, apesar da persistência de alguma indústria ligada à reparação naval, químicos, cortiça e produtos alimentares.



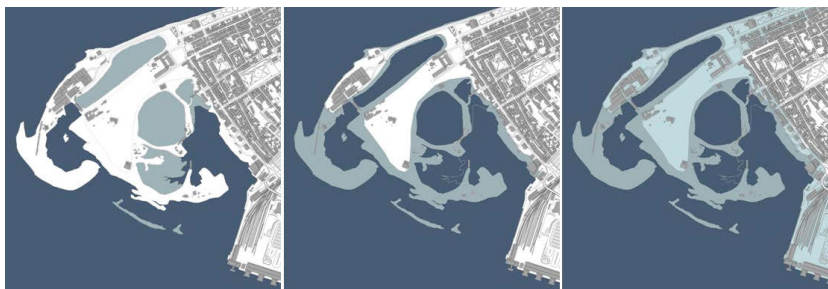
Perante o declínio da indústria, a cidade do Barreiro assistiu nas últimas décadas ao abandono e degradação de espaços que representam uma extensa parte do seu território, maioritariamente situados nas frentes de rio, como o caso da CUF. Como tal, começa a haver uma iniciativa pública no sentido de promover a reabilitação urbana e arquitetónica. Um desses exemplos é a candidatura ao programa REPARA - Regeneração Programada da Área Ribeirinha de Alburrica, por parte da Câmara Municipal do Barreiro em 2012. Este programa pretendia incidir sobre três eixos principais: Coesão social e qualificação da população; qualificação do território e dinamização económica. Do financiamento associado a este programa resultou a reabilitação da avenida marginal do Barreiro Velho, tal como a reabilitação dos moinhos de vento e a construção de passadiços públicos em Alburrica.

Em termos económicos, o atual contexto de reestruturação das cidades pós industriais reflete-se numa economia de serviços, de transações virtuais, turismo e habitação temporária. A cidade, com as suas ruínas pós industriais, o seu sistema de transportes e proximidade ao centro da capital, as suas frentes ribeirinhas e praias fluviais, apresenta-se como destino atrativo para o investimento nestas atividades. A desativação desta indústria e a crise económica de 2012 vieram reativar uma atividade económica das mais antigas da região: a pesca e a apanha do mexilhão. Encontramos hoje em Alburrica e nas várias zonas ribeirinhas do Barreiro, pela sua riqueza de recursos naturais, o retorno de uma significativa e mais recente comunidade piscatória da cidade do Barreiro.

“Mas se na memória dos operários mais velhos surgem poucas

referências aos tempos de agricultura, a vida no mar continuou a ocupar um lugar de destaque nesta paisagem e nos modos de vida de certos grupos da população local.”¹

Enquanto frente ribeirinha, a geografia deste lugar, constitui em si, um fator de risco, sendo que o torna especialmente susceptível face aos impactes das alterações climáticas, tais como fenómenos ambientais extremos e a previsível subida do nível do mar. Com base nos estudos do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), foram feitas simulações que preveem qual o nível de subida das águas no Barreiro até 2100, consoante os diferentes cenários de alterações climáticas. O cenário mais extremo prevê que hajam marés ou cheias pontuais que atinjam a cota 5.00m, o que significa que toda a zona ribeirinha da cidade, incluindo Alburrica e toda a zona do Barreiro Velho possam vir a ficar pontualmente alagados. É por isso essencial o conhecimento da morfologia e ecossistemas naturais do lugar a intervir, dado que estes desempenham um papel fundamental na protecção contra o avanço das águas.



27

Simulação de inundação da Quinta Braancamp e praias de Alburrica. FONSECA, 2012

28

Alburrica, Barreiro: situação actual, simulação da subida do nível das águas à cota +2,00m e à cota +4,50m. FONSECA, 2012

1 SILVA Ana Sofia, *As quintas da “Outra Banda”: de um passado rural a um futuro cultura*, pp. 74



29 Moinho de Maré e sapal de Corroios, vista aérea. António Silva

3.2. Moinhos de maré

Património moageiro

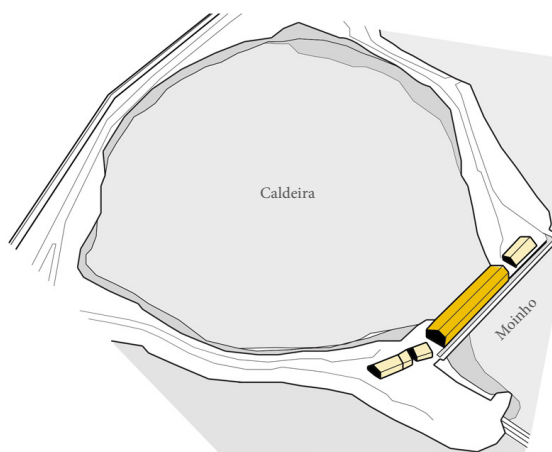
Os moinhos de maré são estruturas pré-industriais que aproveitam a subida e descida do nível de água, que ocorre duas vezes por dia, para produzir energia. Estas estruturas de pequena dimensão (com cerca de 3 a 5 moendas), surgem em Portugal a partir do séc. XIII e desempenham um papel fundamental na alimentação da população, sendo que trabalham os cereais para produzir farinha, e consequentemente o pão. No estuário do Tejo situam-se junto à margem do rio em zonas aluviais. É aproveitada a existência de uma reentrância no terreno, natural ou artificial, onde a água da maré cheia possa ser armazenada. Constituem inicialmente engenhos de moagem de cereais (séc. XV), solucionando a necessidade de fornecimento de farinhas à capital, tal como a outros núcleos urbanos estuarinos. A partir do séc. XVIII perante os avanços tecnológicos e as necessidades de produção e armazenamento, foram sendo modificados e aumentado o número de moendas. Também o próprio corpo edificado foi sendo posteriormente



30 Moinhos de maré no estuário do Tejo construídos entre os séculos XV e XVIII. Desenho da autora com base no levantamento de Maria Eugénia de Jesus, 2022

adaptado ao tratamento de outras matérias primas, como a serração ou indústria corticeira. Um dos maiores engenhos do estuário é o moinho Braamcamp, que chegou a funcionar com um total de 10 moendas.

Além do corpo edificado do moinho, cada complexo moageiro era constituído por uma caldeira, que servia diversas funções: armazenamento da água entre marés; viveiro de peixes e marisco; porto de atracagem para os barcos dos moinhos de maré que garantiam o transporte da matéria prima e por fim, de deck de apoio à contenção da água na caldeira.

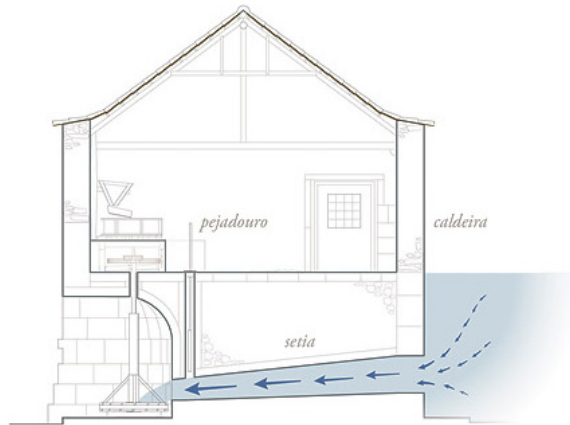


31 Constituição de um moinho de maré. Desenho da autora

Segundo o levantamento de Maria Eugénia de Jesus (2001), chegaram a ser construídos 42 moinhos de maré no estuário do Tejo, sendo que a grande maioria se situava na margem sul, nos concelhos do Barreiro (12) e Seixal (14).

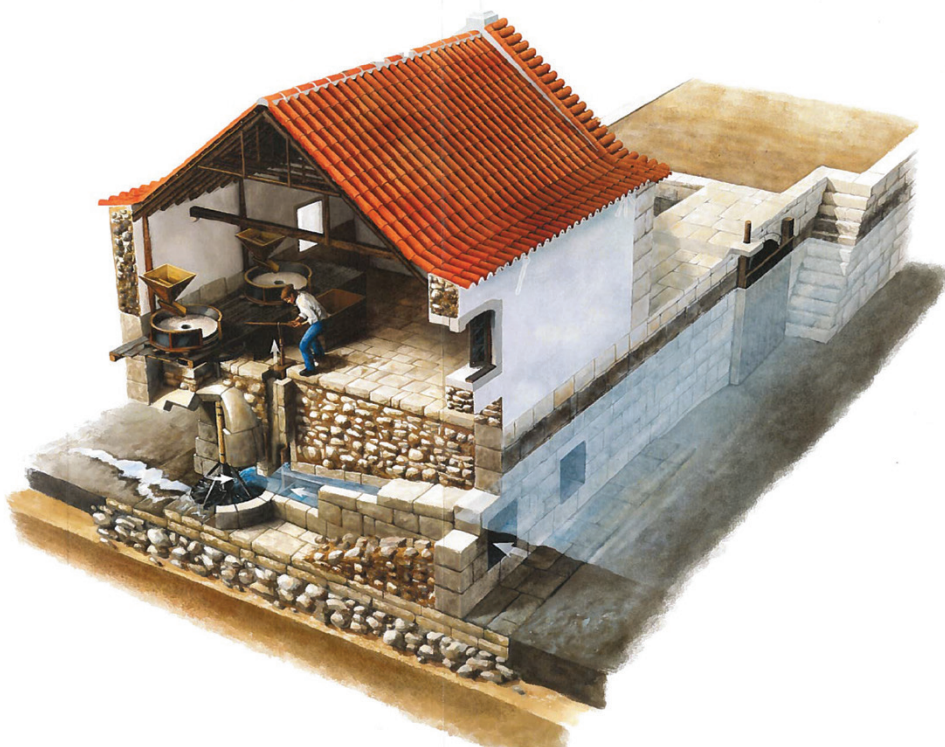
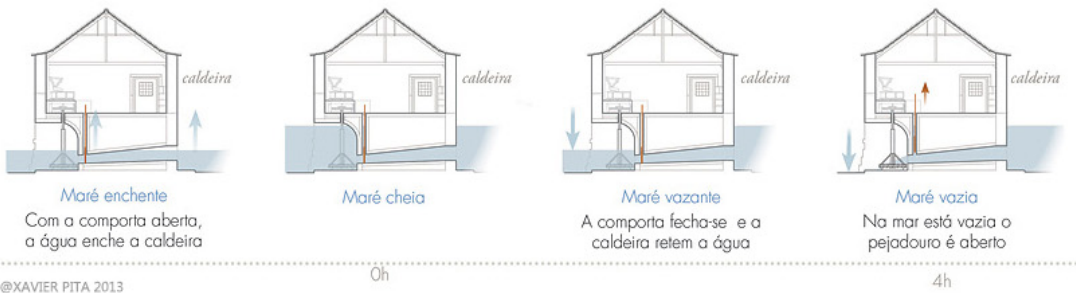
O funcionamento do moinho e o processo de obtenção de energia no sistema tidal processa-se primeiro pelo enchimento da caldeira com a subida da maré, processo que demora sensivelmente 6 horas. A água acedia à caldeira por uma comporta localizada debaixo do moinho ou noutra zona exterior, e que era fechada quando se atingia o volume de água máximo. A água acumulada era depois descarregada, aquando da maré vazia, com a abertura das passagens que acedem aos rodízios, processo esse que poderia demorar 3 horas. O processo repetia-se durante 8 horas no dia, em dois turnos.

Só no séc. XX, com a invenção da máquina a vapor, caem em desuso e alguns edifícios começam a ser utilizados para fins lúdicos, como é o caso da Caldeira do moinho grande, tal como a do Cabo em Alburrica, utilizados para desportos náuticos.

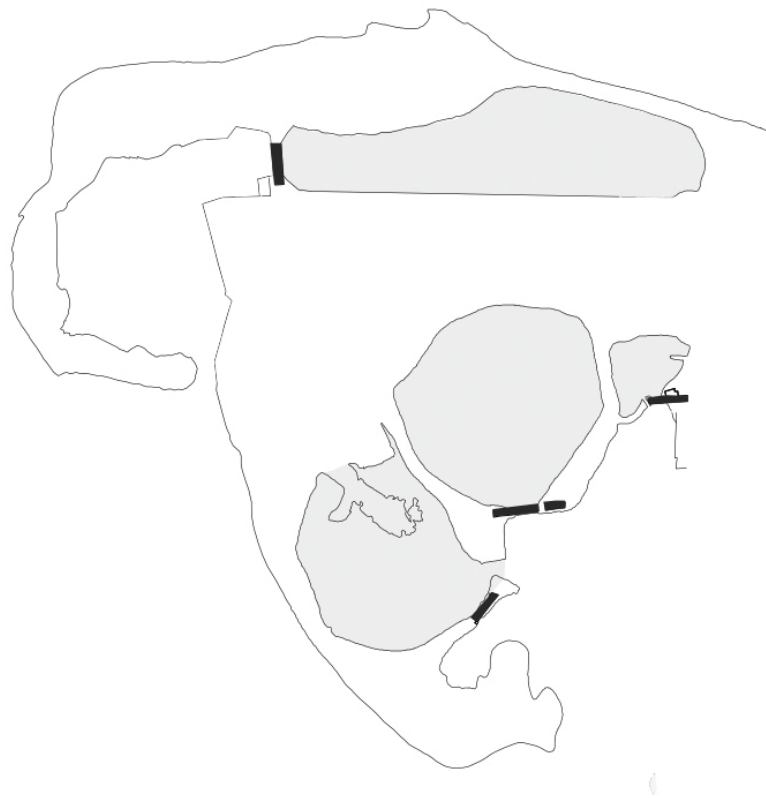


A forma da setia, que afunila em direção ao rodízio, acelera a água em direção ao rodízio, aumentando a força com que esta o atinge.

SEQUÊNCIA FUNCIONAL



3.3. Moinhos de maré de Alburrica





33 Moinho do Cabo, 1495



34 Moinho Pequeno, 1652



35 Moinho Grande, 1652

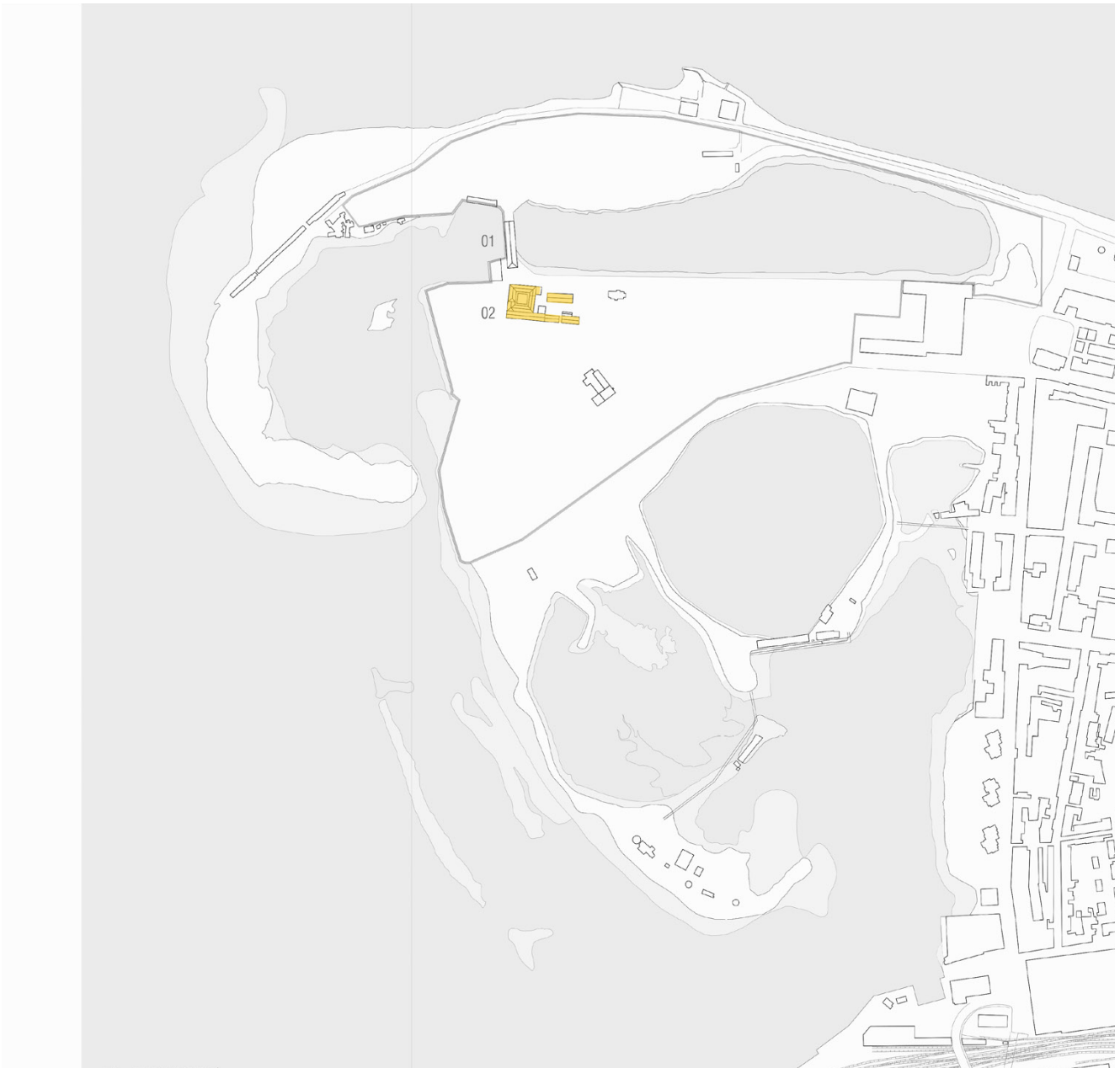


36 Moinho Braamcamp, 1755

3.4. Quinta Braamcamp



37 Quinta Braamcamp, moinho de maré e edifícios adjacentes, 1980



38 Localização da Quinta Braamcamp. Desenho da autora.

Desconhece-se ao certo a data de construção desta quinta, mas sabe-se que no séc. XVIII, o moinho adjacente à quinta já existia e pertencia a Vasco Lourenço Veloso, que o reabilita e amplia após os danos do terramoto de 1755. Em 1804, o Barão do Sobral Venceslau Braamcamp, ligado à indústria têxtil, adquire este conjunto, destinando-o à criação de bichos da seda. Para este efeito realiza plantações de amoreiras, uma das suas principais fontes de alimentação.

No séc. XIX (1883) a propriedade é vendida à família inglesa Reynolds, uma família de industriais que estabelece uma relação com a Quinta - até hoje conhecida como Braamcamp - até ao final do séc. XX. Robert Reynolds faz deste lugar a sua habitação permanente. No ano da

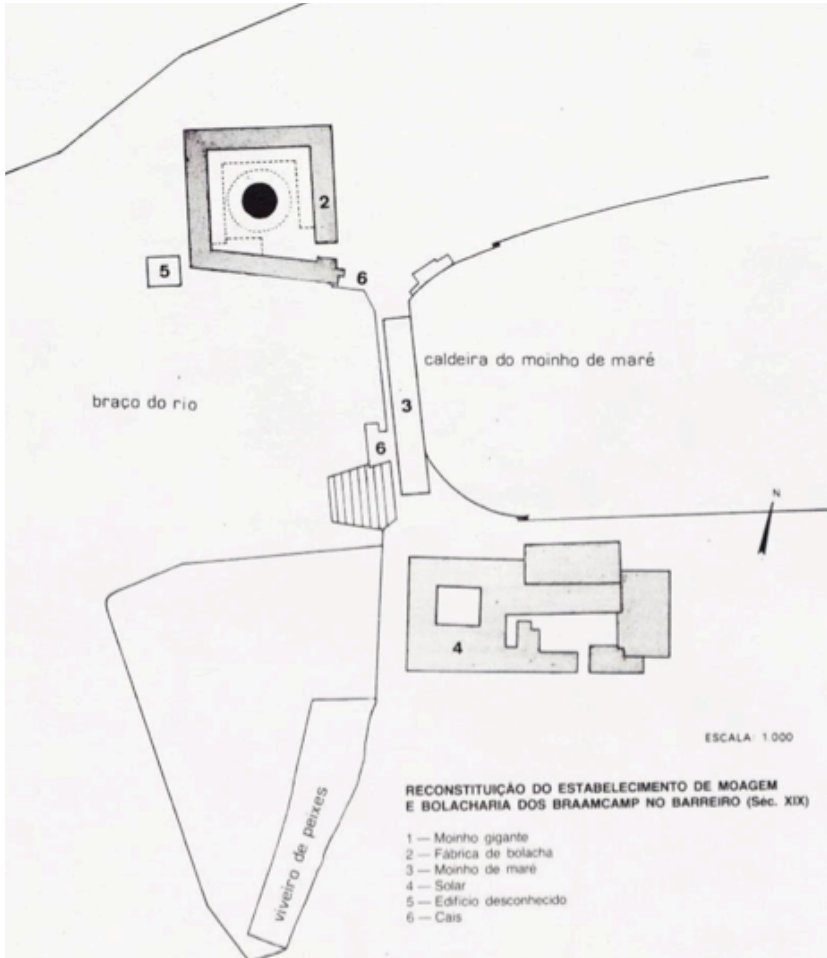
sua compra, a Quinta Braamcamp (também conhecida por Quinta dos Ingleses) era composta por casas de habitação, armazéns, uma casa que servia de fábrica de bolachas, um moinho de maré e terras de cultivo com diversas árvores.

Cerca de uma década depois, (1893) a família Reynolds declara falência e a propriedade é adquirida pela Sociedade Nacional de Cortiça (SNC), contudo, a família continua a viver na Quinta Braamcamp até 1969. Os restantes edifícios da quinta além da habitação dos Reynolds foram alterados para passarem a servir de residência de administradores, gabinetes de trabalho e até refeitório da fábrica de cortiças.

Apesar do uso privado da quinta, a população barreirense manteve sempre uma forte ligação a este lugar. Esta ligação popular à quinta teria vários motivos: por lá passava a procissão de Nossa Senhora do Rosário, os pescadores sempre ali pescaram junto aos terrenos da quinta, gerações de barreirenses ali trabalharam, inicialmente como trabalhadores agrícolas e posteriormente enquanto operários. Parte dessa forte relação entre a quinta Braamcamp e a população desta vila industrial deve-se também ao papel social que a família Reynolds desenvolve no Barreiro.

No início do séc. XX, sabe-se que cedeu terrenos na Verderena para a construção de uma escola e também prestou apoio alimentar à população numa época de crise entre as grandes guerras. Com este apoio manifesto à população, os Reynolds chegaram a ser perseguidos pela PIDE em 1943, aquando da greve dos operários da CUF e das marchas contra a fome. A família era acusada de ajudar os grevistas, distribuindo bem alimentares em determinados dias da semana, os quais eram assinalados com o hastear a bandeira inglesa na Quinta Braamcamp.

Além deste carácter social e humanitário, a quinta é por esta época também reconhecida como lugar de resistência pela população, e no final da II Guerra Mundial, nos dias 8 e 9 de Maio de 1945, os barreirenses celebram o fim do conflito mundial, dirigindo a manifestação de celebração para a Quinta dos Ingleses. Aqui, a PIDE efetuou dezenas de prisões.



39

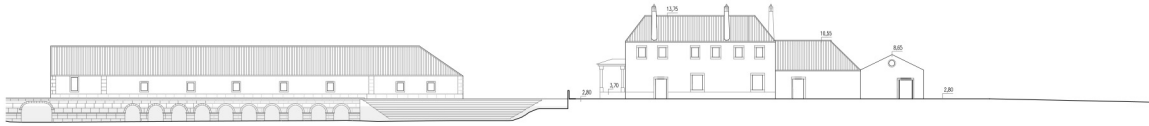
Planta da reconstrução da fábrica de Bolachas do barão do Sobral e respectivo sistema de moagem da Quinta Braamcamp na 1ª metade do séc. XIX.

40

Quinta Braamcamp em 1920.



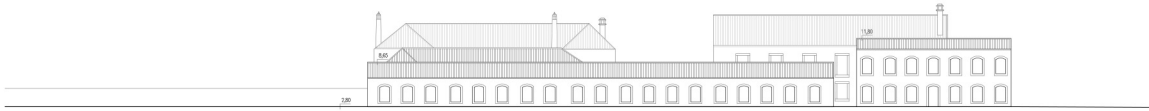
- 41
Vista da fachada principal (Norte) que faz
frente ao moinho e caldeira
- 42
Vista da fachada principal (Norte) com
passeio junto à caldeira
- 43
Vista da fachada poente
- (página seguinte)
- 44
Levantamento da Quinta Braamcamp no
final do séc. XX. Desenho da autora.



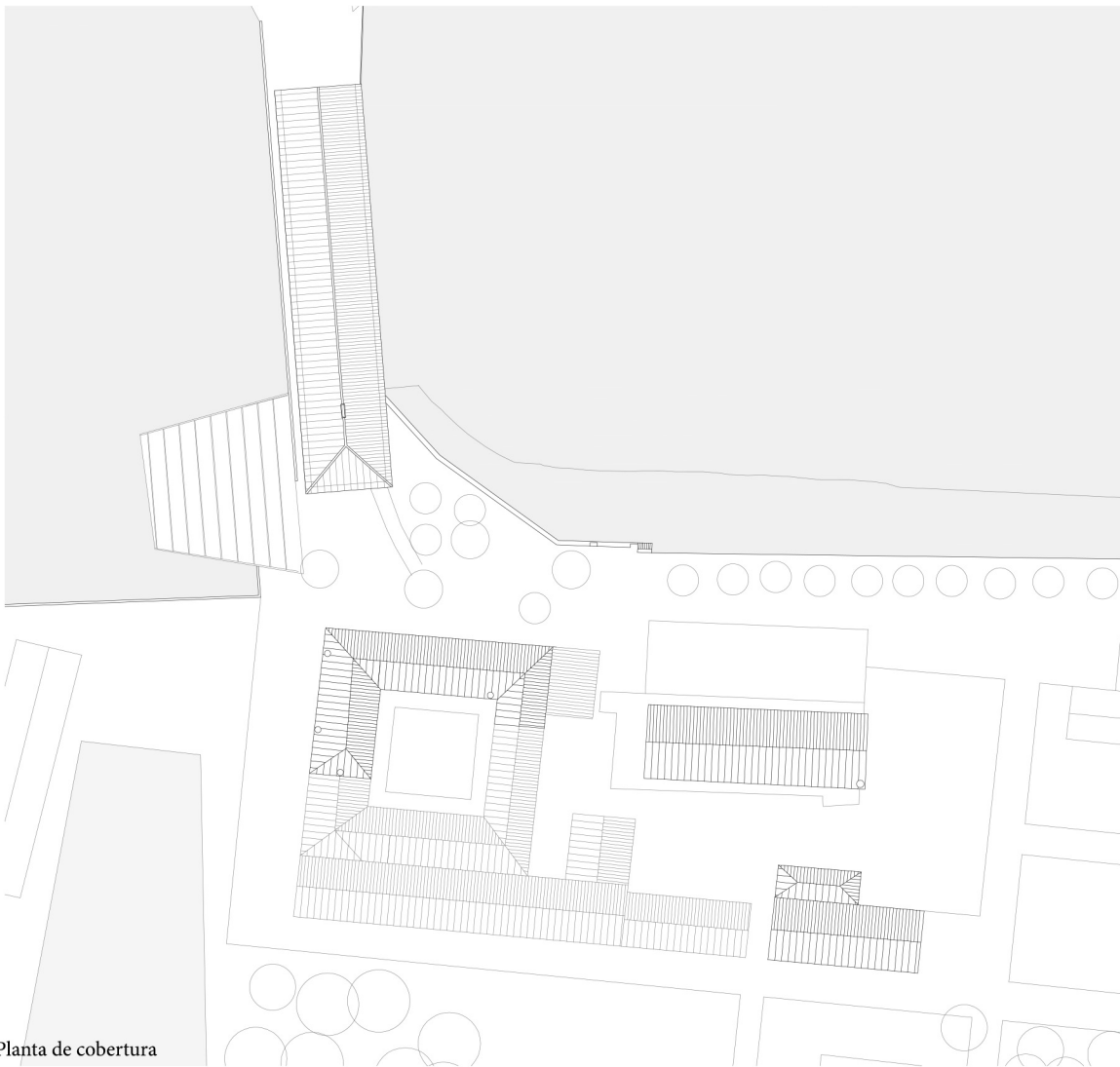
Alçado poente



Alçado norte



Alçado sul



Planta de cobertura

Escala 1:1000



A partir dos anos 70 continua a laborar como fábrica de cortiça e entre 2008 e 2010, a empresa declara falência, vende todo o recheio como sucata e a quinta torna-se posse do Banco Comercial Português.

Em 2011 deflagram vários incêndios na quinta, que destroem parte da estrutura edificada: o moinho, o palacete principal e as restantes instalações fabris.



45 e 46 Incêndio na Quinta Braamcamp, autor desconhecido, 2011

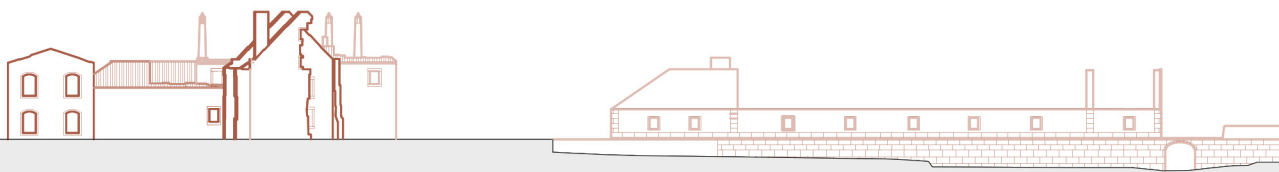
(próxima página)

47 Estado atual da quinta

48 Estado atual do moinho de maré pertencente à quinta

49 Vista vista aérea 2019

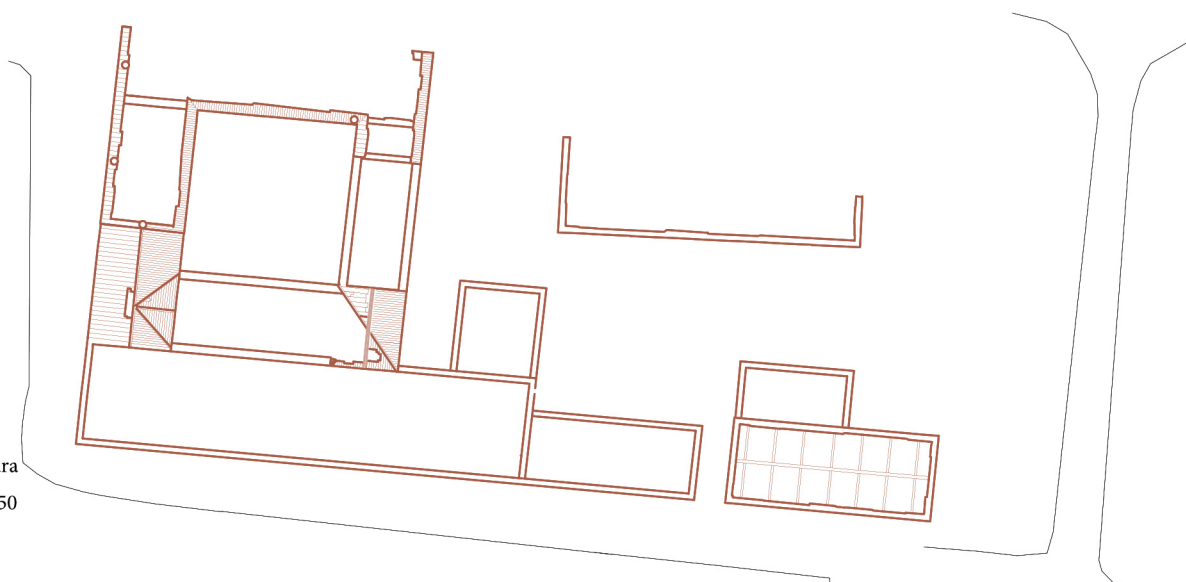
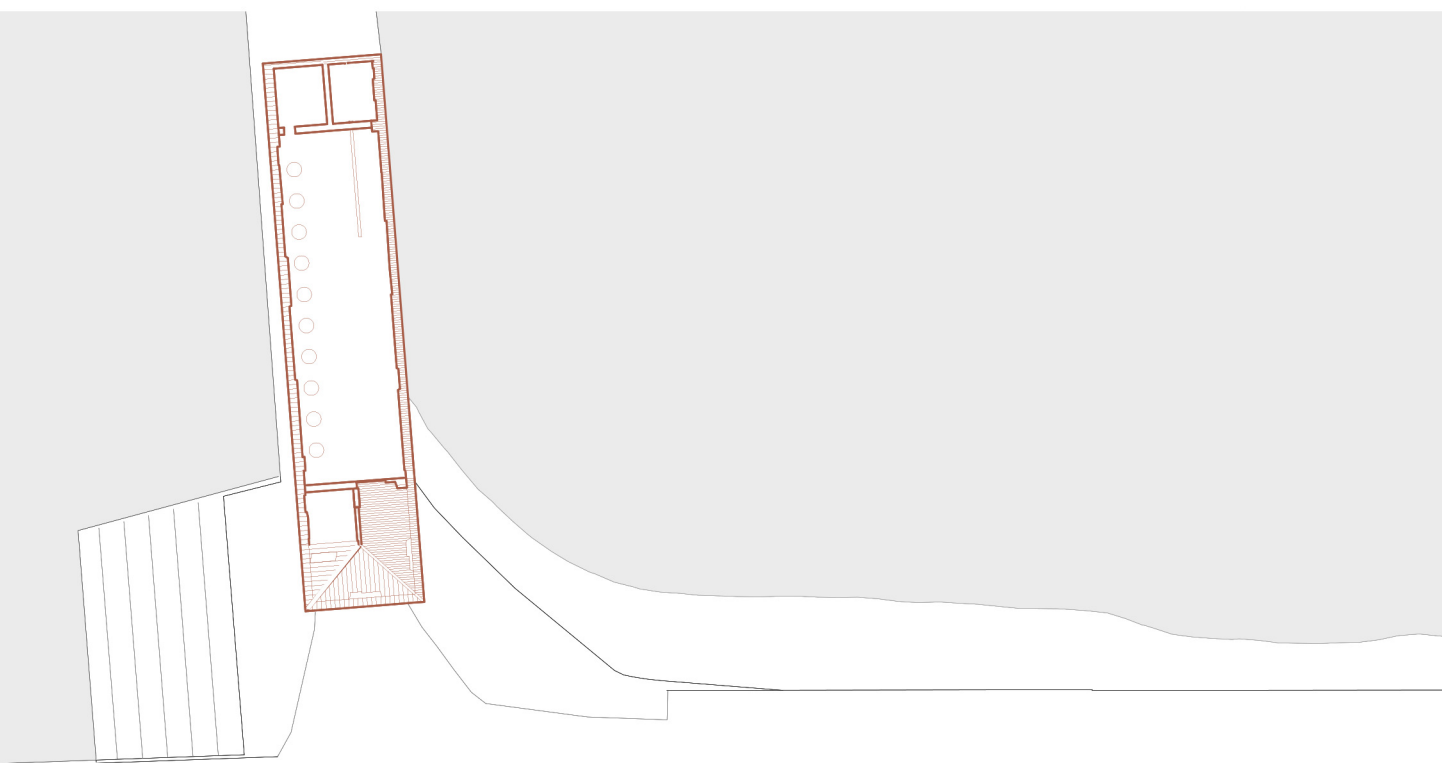




Alçado nascente

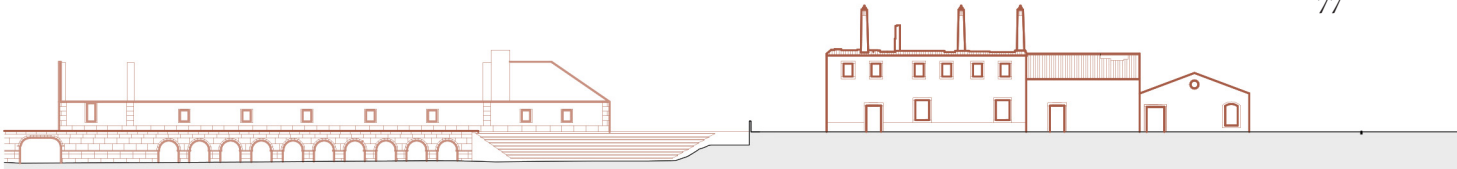


Alçado norte



Planta de cobertura

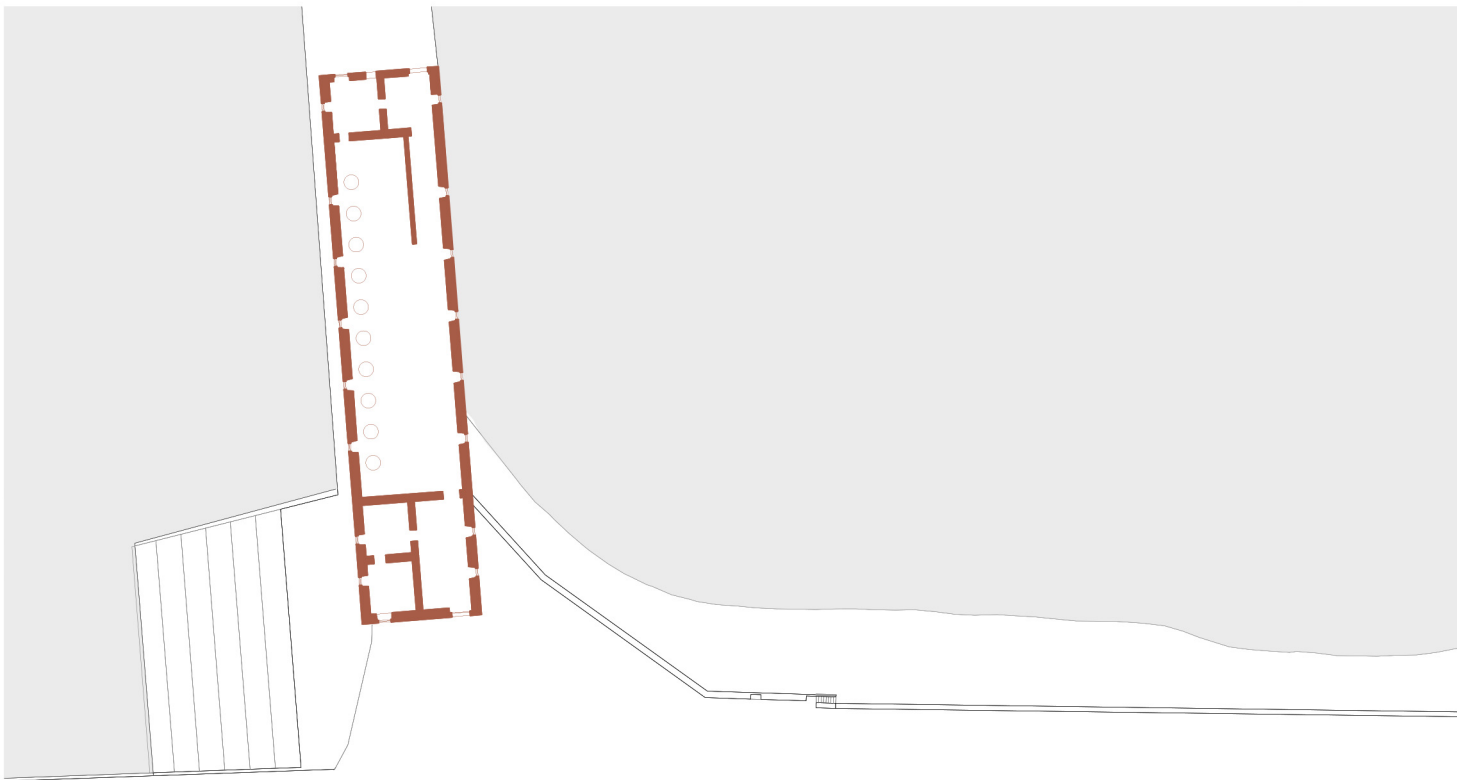
Escala 1:750



Alçado poente

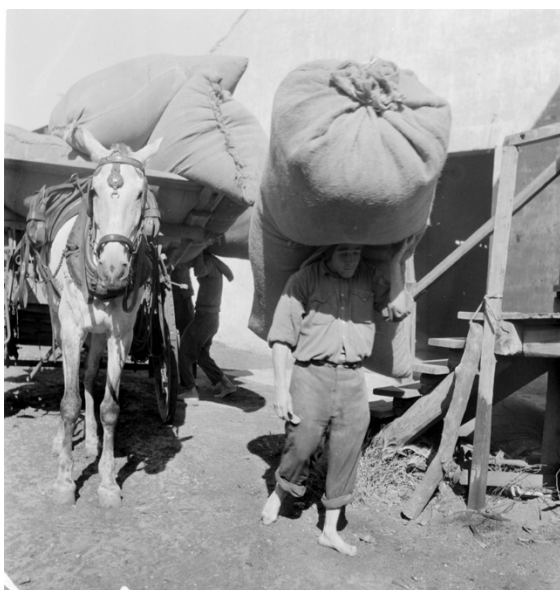


Alçado sul



Planta do piso térreo
Escala 1:750

Em 2015, a Câmara Municipal do Barreiro adquire o imóvel, na sequência do processo de regeneração da frente ribeirinha do Barreiro, com a intenção de o tornar um espaço de usufruto público. Porém, em 2018 dá-se uma mudança política e o executivo decide pela colocação à venda dos terrenos e dos edifícios da quinta, processo que tem vindo a gerar dinâmicas de especulação imobiliária e movimentos cívicos de oposição à venda e de defesa deste património.



(página anterior)

50 Estado atual da Quinta Braamcamp, levantamento da autora

51 Descarga de cortiça na Sociedade Nacional de Cortiça, Arnaldo Madureira, data desconhecida

52 Cais da Sociedade Nacional de Cortiça

passa no sábado no mercado 1 maio
e planta no domingo na Braamcamp



**um pomar
na Braamcamp**

dia 2 de maio de 2021
às 10 horas

ponto de encontro: molinho da Braamcamp

alternativa : braamcamp

www.alternativabraamcamp.pt

Pintura de jogos tradicionais para crianças
no espaço da antiga fábrica da cortiça



**Pintura de jogos
na Braamcamp**

dia 6 Junho 2021
às 10 horas

Ponto de encontro: junto ao molinho da Braamcamp

alternativa : braamcamp

www.alternativabraamcamp.pt

apanha do lixo na Braamcamp
organizado pela associação mOLA



**Apanha do lixo
na Braamcamp**

dia 30 Maio 2021
às 9 horas

Ponto de encontro: Entrada junto à escola Alfredo da Silva

alternativa : braamcamp

www.alternativabraamcamp.pt

percurso de observação de aves



**observação de aves
na Braamcamp**

dia 9 de maio de 2021
às 8h

ponto de encontro: parão junto à escola Alfredo da Silva

alternativa : braamcamp

www.alternativabraamcamp.pt

visita guiada
e identificação de sinalética
com Carla Santos (ABPMF)



**pelo património
da Braamcamp**

dia 18 de abril de 2021
às 10.30 horas

ponto de encontro: entrada junto à escola Alfredo da Silva

alternativa : braamcamp

www.alternativabraamcamp.pt

Sessão participativa
perspetivas de longo prazo



**Braamcamp
que futuros?**

dia 24 julho 2021
às 14.30 horas

Local: Cooperativa Cultural Popular Barreirense

alternativa : braamcamp

www.alternativabraamcamp.pt



54 Vista poente da quinta Braamcamp a partir do Bico do Mexilhoeiro, Ana Lourenço Pinto, 2020

55 Vista poente da quinta Braamcamp a partir do moinho de maré, Ana Lourenço Pinto, 2020



56 Interior do Moinho Braamcamp, Ana Lourenço Pinto, 2020



4. Projeto de reabilitação

T E J O



C O I N A

- | | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| 01 Bico do Mexilhoeiro | 05 Escola Alfredo da Silva | 09 Moinhos de vento |
| 02 Moinho de maré Braamcamp | 06 Moinho de maré Pequeno | 10 Barreiro Velho |
| 03 Quinta Braamcamp | 07 Moinho de maré Grande | 11 CUF |
| 04 Clube Naval Barreirense | 08 Moinho de maré do Cabo | 12 Antiga Estação Ferroviária |
| | | 13 Estação Fluvial |



HABITATS/ ESTRUTURAS ECOLÓGICAS

- | | |
|--------------------------------|----------------------|
| a Praia do Bico do Mexilhoeiro | d Zona alagável |
| b Praia de Alburrica | e Caldeira com sapal |
| c Duna | |

4.1. Reabilitação da Paisagem



a Passeio ribeirinho do Tejo, parque dunar

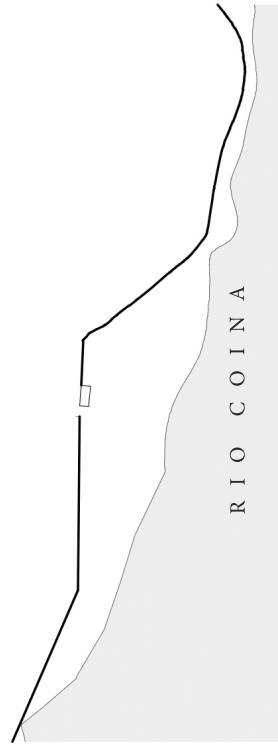
b Passeio ribeirinho do Coina, reabilitação da duna

c Reabilitação da caldeira do Cabo

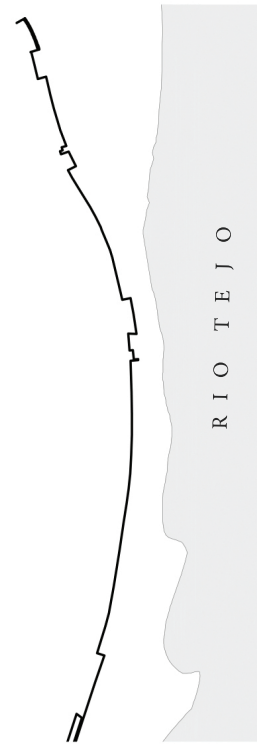
d Reabilitação da caldeira grande e respetivo sapsal



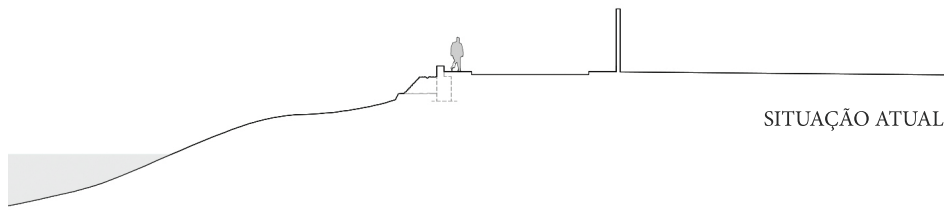
0 10 20 50 m



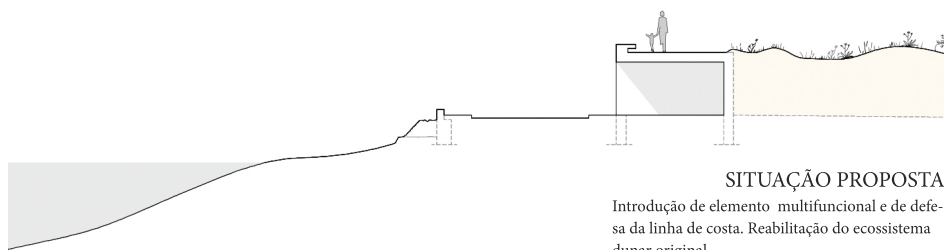
FRENTE RIBEIRINHA - PRAIA DE ALBURRICA



FRENTE RIBEIRINHA - PRAIA BICO DO MEXILHOEIRO

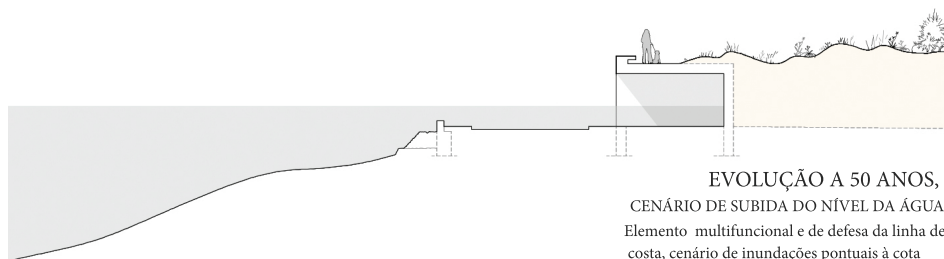


SITUAÇÃO ATUAL



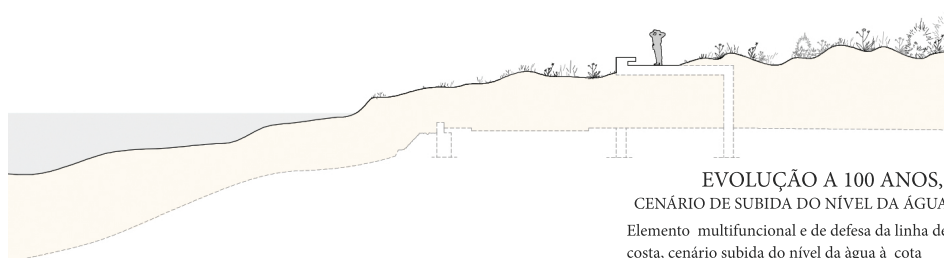
SITUAÇÃO PROPOSTA

Introdução de elemento multifuncional e de defesa da linha de costa. Reabilitação do ecossistema dunar original.



EVOLUÇÃO A 50 ANOS,

CENÁRIO DE SUBIDA DO NÍVEL DA ÁGUA
Elemento multifuncional e de defesa da linha de costa, cenário de inundações pontuais à cota +04.00.



EVOLUÇÃO A 100 ANOS,

CENÁRIO DE SUBIDA DO NÍVEL DA ÁGUA
Elemento multifuncional e de defesa da linha de costa, cenário subida do nível da água à cota +04.00. Duna consolidada.



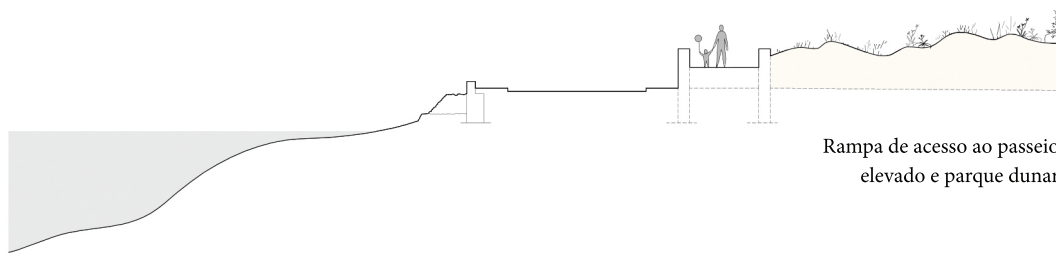
102 E 103
Frente ribeirinha do tejo, imagem da
autora, 2019



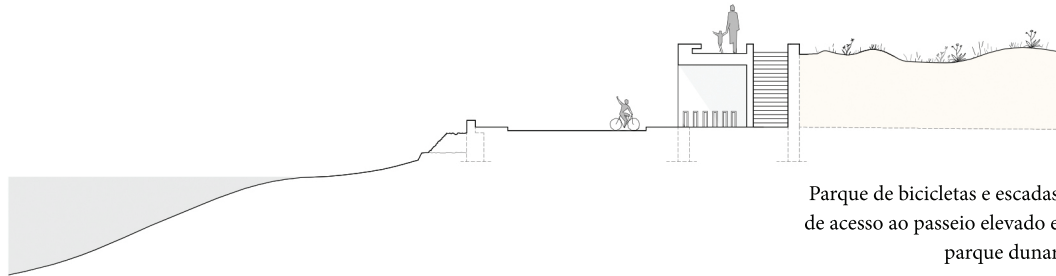
TIPOLOGIAS DE USO

ESTRUTURA MULTIFUNCCIONAL

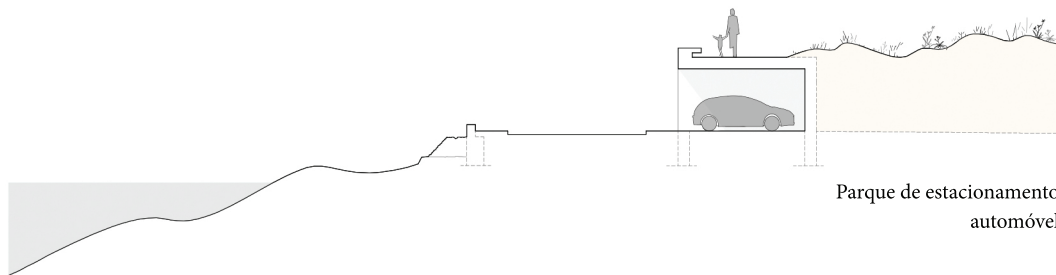
RIBEIRINHA



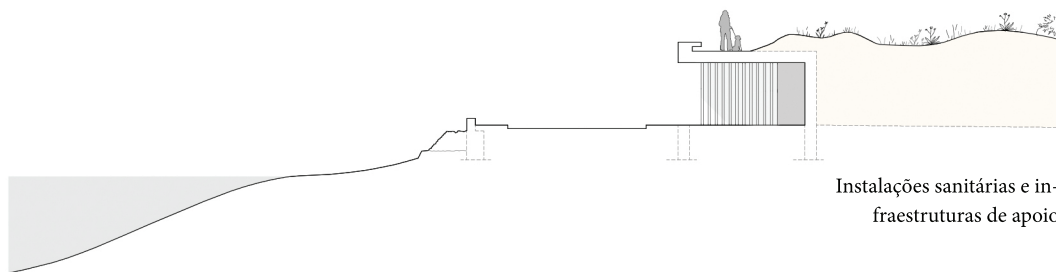
Rampa de acesso ao passeio elevado e parque dunar



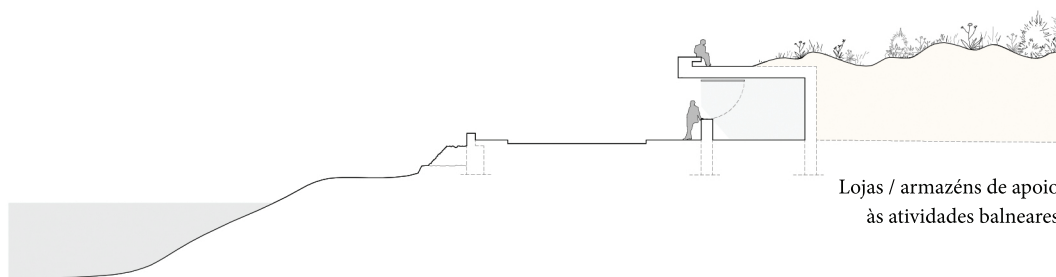
Parque de bicicletas e escadas de acesso ao passeio elevado e parque dunar



Parque de estacionamento automóvel



Instalações sanitárias e infraestruturas de apoio



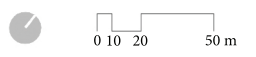
Lojas / armazéns de apoio às atividades balneares

4.2. Reabilitação arquitetónica

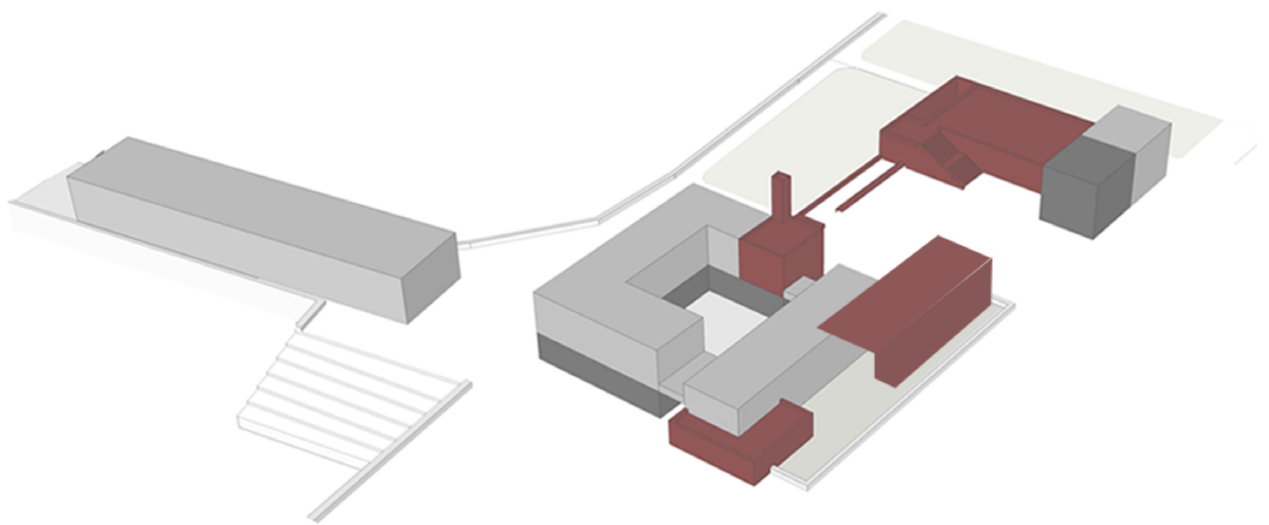
T E J O



A NÚCLEO DE CULTURA E LAZER_ Quinta Braamcamp
B NÚCLEO DE PESCA ARTESANAL_ Moinhos de Maré



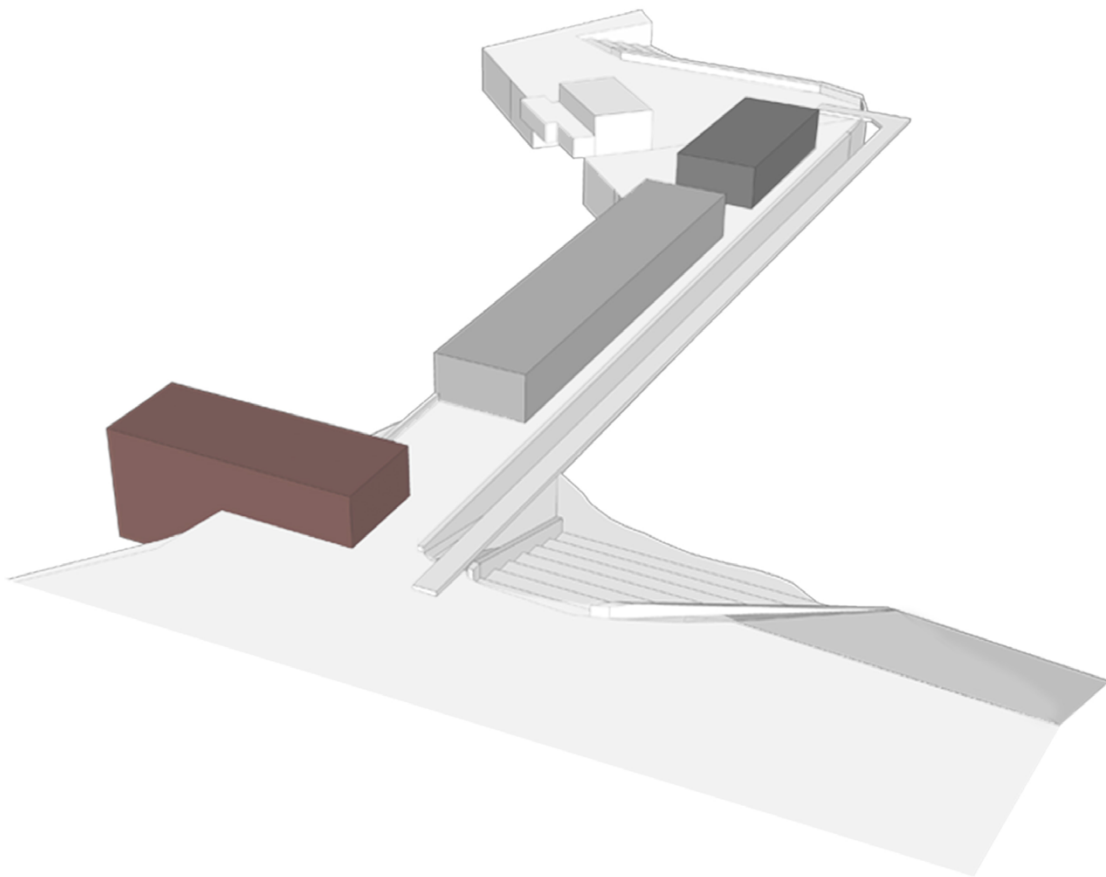
Núcleo de cultura e lazer - Braamcamp



	LAZER/ EXPOSIÇÕES
	TRABALHO / PRODUÇÃO
	APRESENTAÇÃO / CONVÍVIO

PROGRAMA	LAZER / EXPOSIÇÕES	843 m ²	TRABALHO / PRODUÇÃO	299 m ²	APRESENTAÇÃO / CONVÍVIO	545 m ²
	Mercado + Restaurante	535 m ²	Salas Workshops	129 m ²	Auditório	300 m ²
	Salas de exposição + Arquivo	210m ²	Oficina de produção artística	77 m ²	Sala polivalente	140 m ²
	Cafeteria + Lounge	98m ²	Gabinetes da associação	93 m ²	Espaço de refeições / cantina	105 m ²

Núcleo de Pesca Artesanal - Moinho Grande



	TRABALHO / OFICINAS
	ARMAZENAMENTO / VENDA
	CANTINA / CONVÍVIO

PROGRAMA	TRABALHO / OFICINAS	226 m ²	ARMAZENAMENTO / VENDA	116 m ²	CANTINA / CONVÍVIO	164 m ²
	Espaços de trabalho	141 m ²	Sala de limpeza do pescado	41 m ²	Espaço de refeições / cantina	105 m ²
	Balnérios / vestiários / I.S.	85 m ²	Armazéns de peixe	51 m ²	Áreas técnicas	59 m ²
			Loja / ponto de venda	24 m ²		

4.2.1. Núcleo de cultura e lazer - Braamcamp

A proposta de projeto de reabilitação na Quinta Braamcamp, que envolve o corpo edificado principal e o moinho de maré adjacente, prevê uma nova utilização para fins culturais e de lazer, de carácter associativo. Esta opção teve em consideração a forte tradição associativa da cidade do Barreiro, bem como os vínculos estabelecidos entre os seus residentes e este território. Enquanto valores sociais e culturais de elevada importância, estes atributos justificam a criação, renovação, e nobilitação de espaços dedicados ao usufruto público e às formas de organização coletivas existentes.

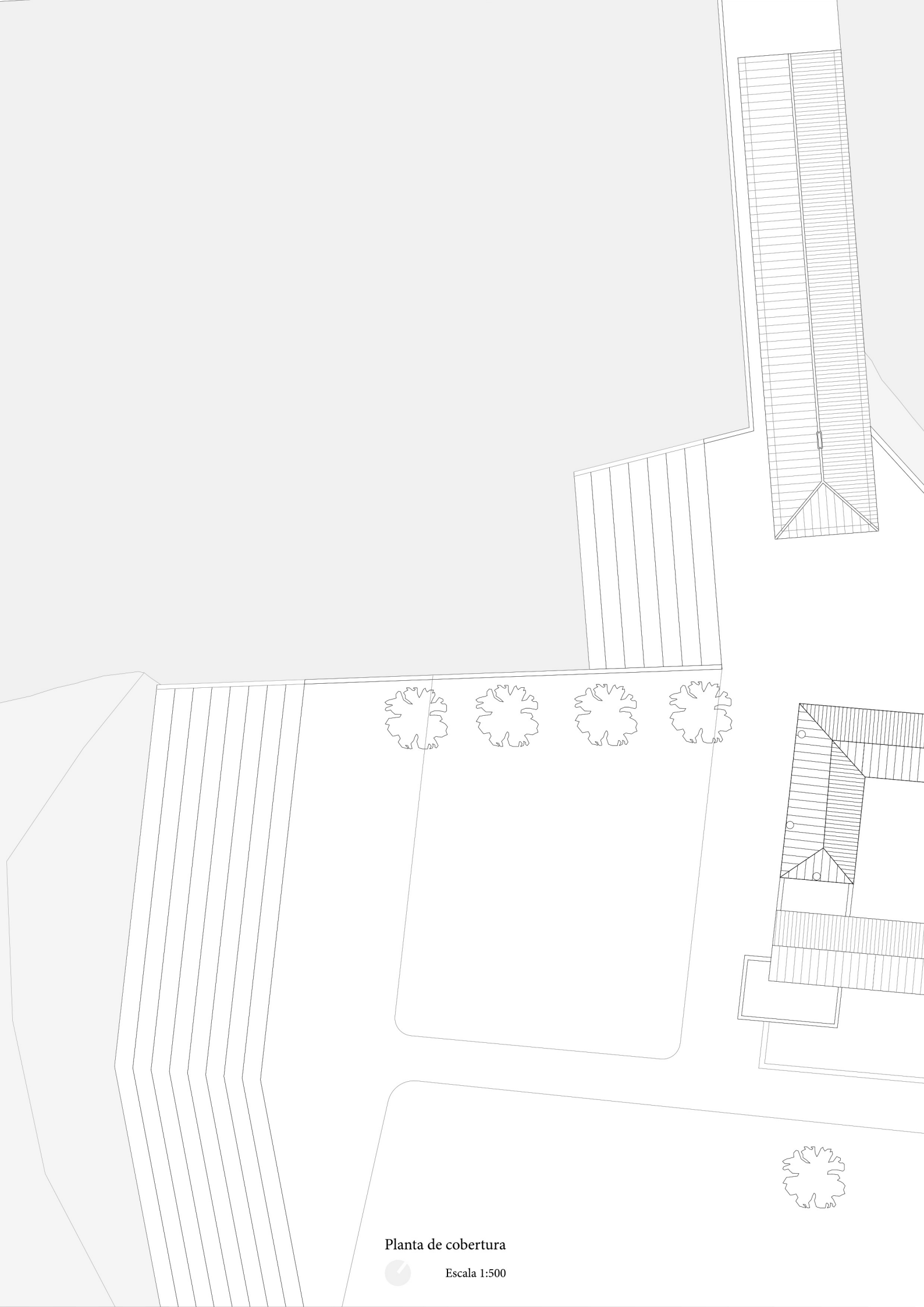
De forma a responder aos objetivos programáticos definidos e às necessidades de qualificação do património arquitectónico, introduzem-se novos elementos edificados pontuais que se distinguem claramente da pré-existência. Através de um conjunto de adições e subtrações (demolições) estabelece-se uma estratégia que visa a redefinição do espaço público envolvente e a clarificação formal do corpo original da quinta Braamcamp.

O acesso principal à quinta realiza-se por um portão junto à escola secundária Alfredo da Silva através de um caminho que estabelece a ligação entre este núcleo e a zona histórica do Barreiro. Neste percurso, é estabelecido o primeiro contacto com um corpo edificado de carácter industrial, cuja data de construção é posterior à do edifício principal. Entre os dois edifícios é criada uma praça de chegada, que gerando

novas relações de intimidade e atribuindo uma escala humana ao lugar, se contrapõe à amplitude do território envolvente. Esta praça distribui todos os acessos do núcleo, criando uma relação visual previamente inexistente a norte com a caldeira e o moinho de maré, e a sul com as restante paisagem. É ainda estabelecida uma gradação no espaços exteriores, através da definição de espacialidades que adquirem níveis de interioridade crescente, desde a praça de chegada, ao pátio, até à entrada do edifício (acolhimento).

No nível térreo, estruturaram-se as dimensões programáticas relacionadas com o trabalho (labor): salas de workshops, sala polivalente, espaço de refeições, evocando na sua articulação com o pátio e a praça de acesso, a dimensão terrena das atividades humanas. No nível superior, a presença e o domínio sobre a vasta extensão do território de intervenção, determina o desenvolvimento de um programa mais relacionado com o acto de observar (observo), refletir e cuidar, constituindo o piso dedicado aos espaços expositivos.

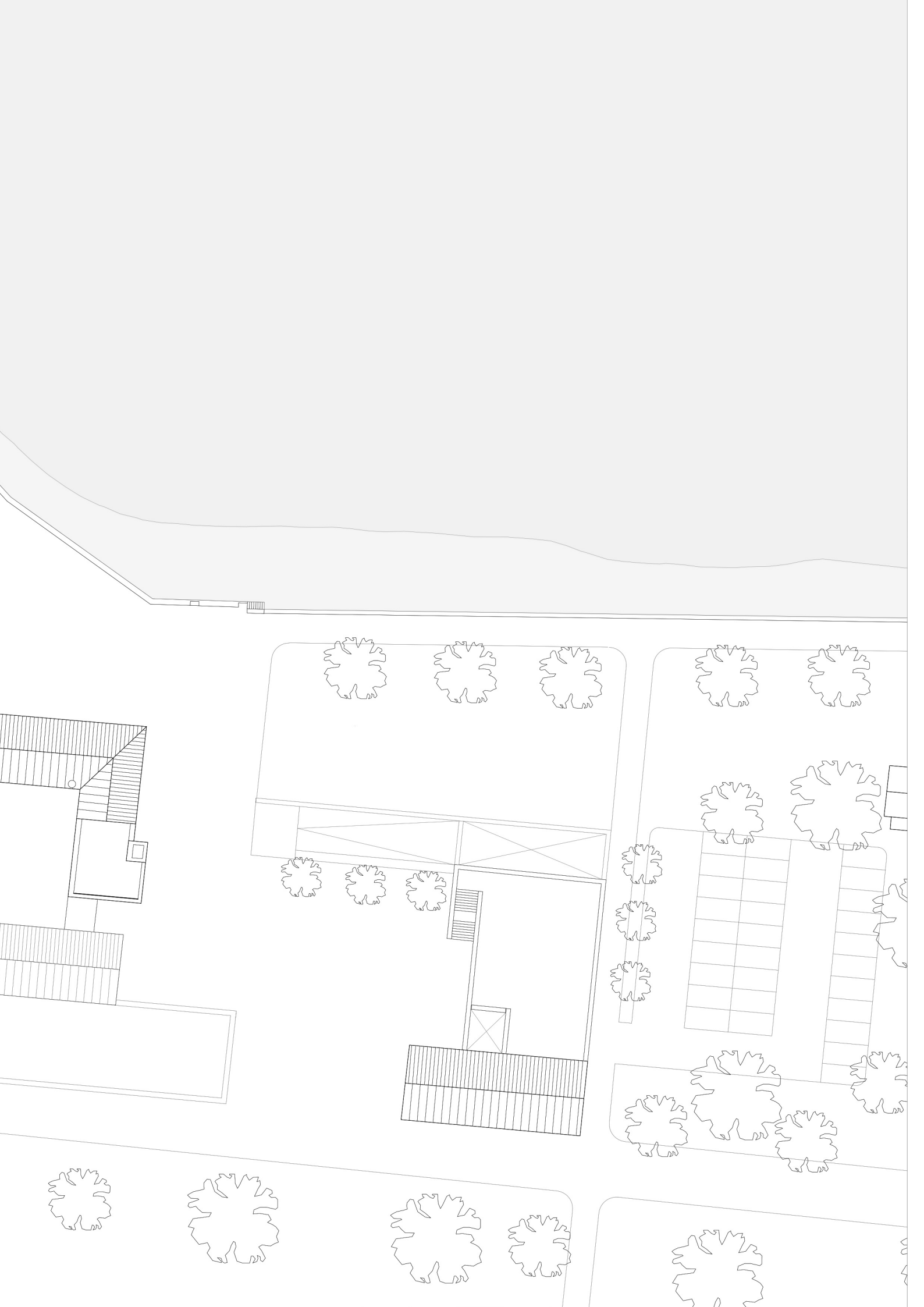
No moinho de maré, que se situa entre os edifícios da quinta a sul e o parque dunar a norte, define-se a implantação de um mercado e de um restaurante abertos ao público. A alocação destes usos é justificada pela necessidade de promover a economia local e os circuitos curtos de distribuição associados às actividades piscatórias existentes.



Planta de cobertura



Escala 1:500



4.2.2. Núcleo de Pesca Artesanal - Moinho Grande

Este núcleo localiza-se no sítio onde se encontrava o Moinho de maré Grande (antes da sua demolição) e as ruínas do Moinho do Cabo. São criadas três novas volumetrias, sendo que uma delas se situa no exato local onde existia previamente o moinho de maré Grande. Para isso recorreu-se à mesma escala altimétrica e características formais do edifício original. Os corpos propostos configuram o núcleo piscatório. O seu programa funcional teve em consideração a sequência das operações implicadas nesta actividade, bem como os gestos quotidianos e de convivência dos pescadores. Esta definição programática foi suportada nos contributos da antropóloga Sara Aranha, que estudou e descreveu as atividades diárias dos pescadores e apanhadores de bivalves informais no Barreiro, na sua tese de mestrado em estudos urbanos *Terra do Nunca: uma etnografia sobre convivialidades, diversidade e (in)formalidade na cidade do Barreiro*.

“Estes apanhadores têm entre os vinte e cinco e os sessenta anos. São guineenses, cabo-verdianos e portugueses. Uns têm poucas habilitações escolares, outros têm habilitações superiores, outros cursos de formação profissional. São empregados de balcão e de limpezas, técnicos de vending, amoladores, pastores, músicos e pintores alpinistas. Uns estão desempregados, uns vão acumulando trabalhos, outros são apanhadores a tempo inteiro.” Pp. 11

A descrição lugares e das sociabilidades associadas às actividades da pesca realizada pela autora, permitiram evidenciar três elementos centrais - o ‘bico de água’, a ‘mesa’ e a ‘casa’, a partir dos quais se estruturou todo o projeto do núcleo piscatório:

“Em momentos de convivialidade como estes, observamos quase sempre pontos de união: é a fogueira, onde alguns se juntam no inverno para assar comida e beber; as mesas de madeira próximas do bico de água, onde se preparam churrascos; os bicos de água onde se lavam as amêijoas; as árvores onde se penduram as roupas a secar; e o café da coletividade dos pescadores, onde se juntam sempre os apanhadores de manhã antes da apanha. Geralmente, os momentos de convivialidade acontecem entre as marés, antes da baixa-mar e depois da preia-mar.” Pp. 69

O Bico de Água - Lugar de encontro quando os pescadores vêm da apanha e limpam os materiais e as roupas -, corresponde no projeto ao edifício destinado ao armazenamento e venda de pescado. Esta inclui a sala de limpeza do pescado, o armazém de frios e um espaço de loja e venda ao público.

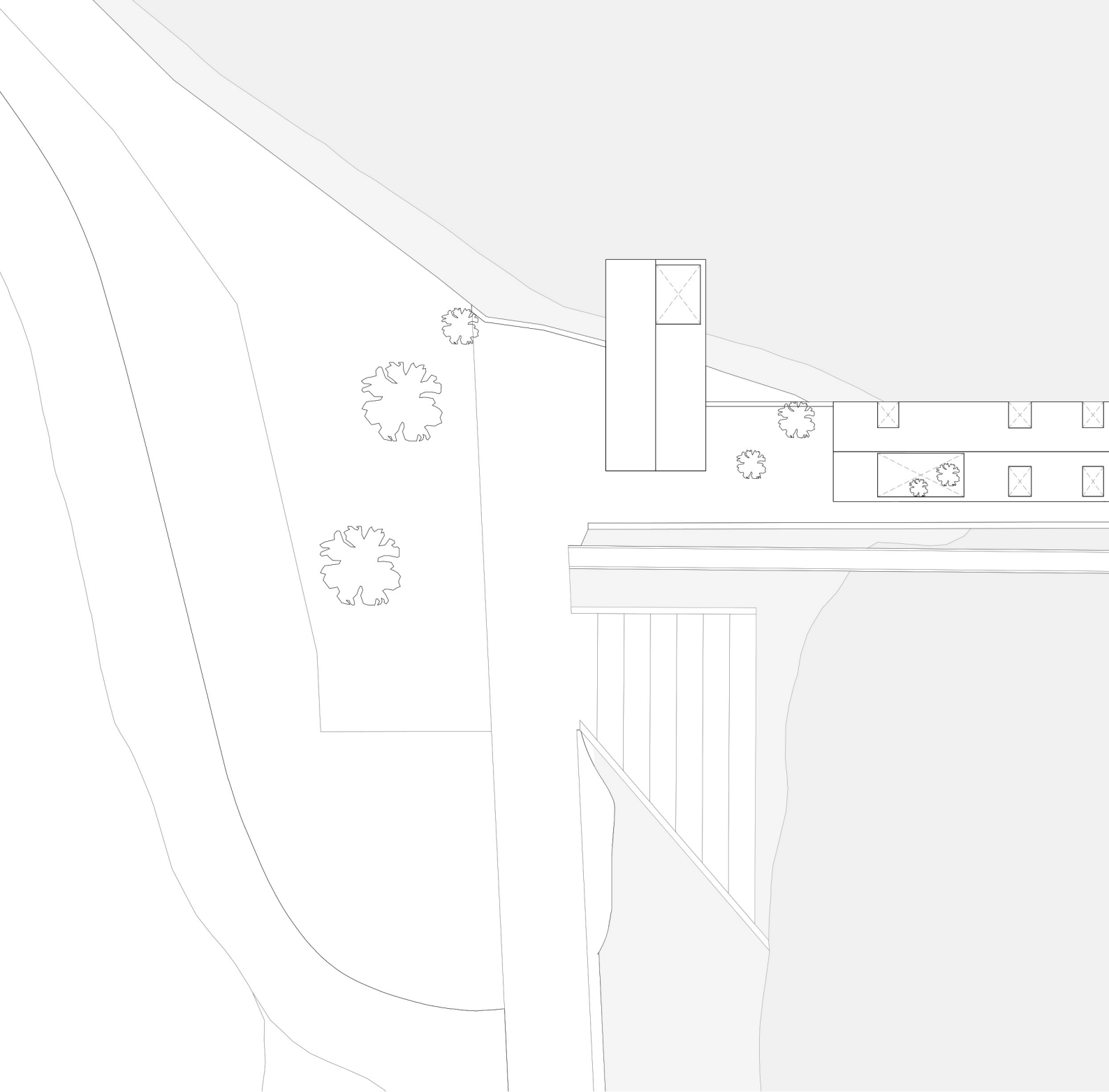
“Este lugar de convívio e de pequenos negócios é passado em torno de um bico de água, onde se lavam as amêijoas, a roupa e as botas. Aqui, contam-se histórias, sobretudo de trabalho, e partilham-se vivências face a uma situação comum de precariedade, onde a própria linguagem se revela elemento central de proximidade e camaradagem.” Pp. 50

A Mesa – Lugar de refeições e de partilhas -, é materializada no edifício correspondente à cantina/convívio, que integra uma zona de refeições e uma área técnica.

“Isto é, por exemplo, é a mesa do Guerra... esta mesa fica mesmo ao pé da barraca, e foi um amigo dele que tem um pomar não sei onde, e então lhe ofereceu estas laranjas (...) as pessoas passam, como sabem que é um dos mais necessitados, deixam-lhe um copo de leite... Vão-lhe deixando coisas. É giro... ha um tipo que também lhe deixou alguns tomates... Então eu chegava e descobria sempre coisas diferentes sobre a mesa. A mesa por si só podia ter dado um projeto.” Pp. 71

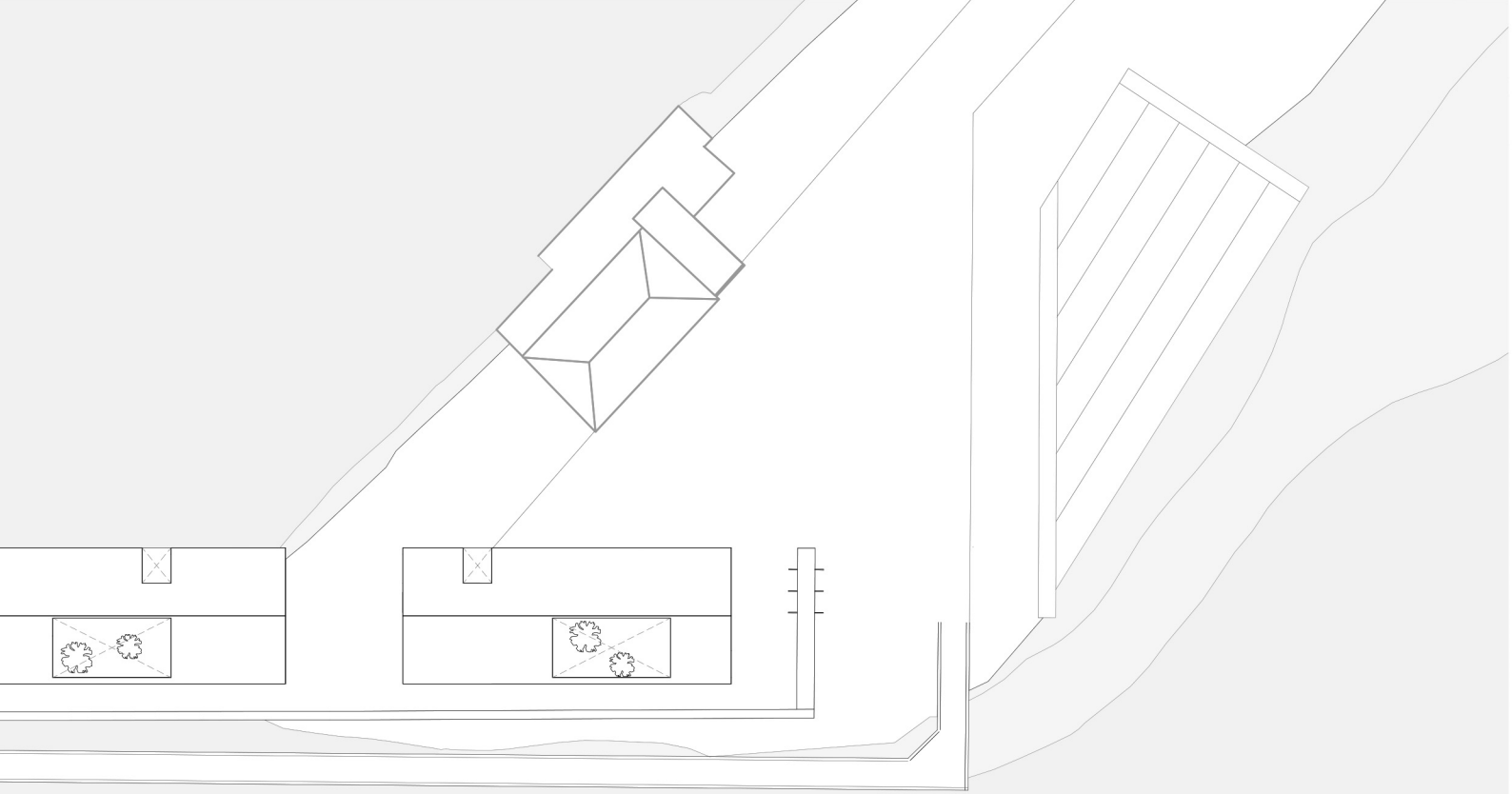
A Casa - Lugar de abrigo, traduz-se a nível projectual no corpo edificado destinado aos espaços de trabalho. Funcionando como ponto de chegada e de acolhimento, este edifício é implantado entre os volumes anteriormente descritos, no local de passagem de água para a caldeira onde se situava o antigo moinho de maré Grande. As espacialidades deste novo elemento, que inclui também balneários, vestiários e instalações sanitárias, foram pensadas de modo a permitirem à máxima adaptabilidade e flexibilidade relativamente às necessidades dos seus utilizadores.

“São três da tarde, não obstante o dia escuro. Entro, ao mesmo tempo que tiro as botas já molhadas. É uma casa quente, sem grandes enfeites, apesar da fragilidade da sua construção”Pp.2



Planta de Cobertura e Alçados

Escala 1:500



5. Considerações finais

O projeto de Alburrica revelou-se um desafio, não somente pela extensão e complexidade do território a intervir, mas também pela carência de informação sobre os edifícios pré-existentes. Uma das principais estratégias projectuais - face à condição sensível e dinâmica desta paisagem -, foi a de realizar uma operação pontual e cirúrgica, evitando a construção de grandes corpos edificados, minimizando deste modo os impactos decorrentes da intervenção proposta. Esta opção determinou a execução de um levantamento exaustivo e sistemático sobre o património em ruína existente. Apesar de moroso, este processo revelou-se essencial, enquanto ‘matéria informativa’ e ‘elemento catalisador’ das decisões projectuais. Crê-se ainda que esta proposta contribui para a qualificação e (re)invenção formal e simbólica deste território, bem como para a preservação da memória e do património que ainda subsiste, apesar do seu elevado nível de degradação.

O programa proposto para o Núcleo cultural e de lazer, de carácter associativo, além de preservar o conjunto arquitetónico da quinta Braamcamp, cria um novo espaço de usufruto público, tanto interior como exterior, tão desejado pela população do Barreiro. Este núcleo, pela sua escala e pela adopção de métodos pouco invasivos ao nível de construção, posiciona-se entre a colectividade e o equipamento cultural urbano.

O novo corpo edificado do Núcleo de pesca artesanal, evoca nas suas características formais o antigo moinho de maré Grande, recentemente demolido. Responde ainda, no plano funcional, às necessidades de uma atividade há muito desenvolvida no lugar de forma precária, atribuindo-lhe forma e dignificando-a. Procurou-se através da contenção do detalhe espacial, atribuir a necessária flexibilidade face às necessidades da comunidade piscatória.

A intervenção na paisagem, incluindo a regeneração das frentes ribeirinhas e dos ecossistemas estuarinos, bem como a criação

de uma infraestrutura linear, que serve de suporte à criação de um parque dunar, e, simultaneamente de equipamento multifuncional (permitindo diversos usos e apropriações em função da presença das praias e actividades náuticas), constitui um elemento de defesa perante os cenários climáticos previstos. Permite ainda organizar as acessibilidades deste território dando continuidade aos percursos públicos previamente existentes. Estas três intervenções parecem responder aos objetivos inicialmente propostos, uma vez que:

Qualificam os acessos e os sistemas ecológicos desta paisagem, afirmando as suas valências enquanto parque ribeirinho estuarino e reforçando a sua ligação à cidade do Barreiro;

Reabilitam e preservam a memória do património edificado existente, ao mesmo tempo que recodificam o seu significado no plano formal e funcional através da criação de novos elementos;

Permitem o usufruto público do lugar ao mesmo tempo que se alinham programaticamente com os desafios e desejos identificados pela comunidade.

A reflexão teórica e o estudo sobre o território de Alburrica que antecedeu o projeto de reabilitação, assim como o carácter instável e indefinido que caracteriza o lugar de intervenção e os tempos atuais, determinaram a inevitável dimensão estratégica do projecto de reabilitação proposto. Este inscreve-se na paisagem enquanto campo de possibilidades, procurando não comprometer através do desenho e da forma, a necessária permeabilidade e adaptabilidade deste território face às dinâmicas diversas de apropriação comunitária observadas e aos contextos imprevisíveis que decorrem da irredutível passagem do tempo.

6. Bibliografia

AGAREZ, Ricardo (2018). *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918/2018*. Ed. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa.

ANZALDÚA, Gloria (1987). *Borderlands: the new mestiza*. Ed. Aunt Lute Books, San Francisco.

ARANHA, Sara (2019). *A Terra do Nunca: uma etnografia sobre convivialidades, diversidade e (in)formalidade na cidade do Barreiro*. Ed. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova, Lisboa.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA, acedido em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>

BACHELARD, Gaston (1993). *A poética do espaço*. Ed. Coleção Trópicos, São Paulo.

BAUMAN, Zygmunt (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Ed. Relógio d'Água, Lisboa.

BENVENISTE, M. (1995). *O vocabulário das instituições indo-europeias - Volume II*. Ed. UNICAMP. São Paulo. 1995.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Cartografia Histórica. Acedido em <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/>

BOLLIER, David (2014). *Think Like a Commoner: a short introduction to the life of the commons*. Ed. New Society Publishers, Gabriola.

BURGOS, Carlos (2011). *Urbanización Clandestina: la discusión teórica*. Ed. Bogotá Pontificia Universidad Javeriana, Centro de Proyectos para el Desarrollo, Argentina.

CABRAL, João (2000). *A difusão do limiar: margens, hegemónias e contradicções*. Ed. Análise social. -ISSN 0003-2573, Vol. XXXIV, nº 153, Lisboa

CALÓ, Susana (2014). *Devir Autónomo e Imprevisto. Por novos espaços de liberdade*,

em Dossier Devir menor, espaço, território e emancipação social. Perspectivas a partir da Ibero-América. Revista Punkto online. Acedido a 8 de Outubro 2021. Disponível em https://www.revistapunkto.com/2015/10/punkto-desastre-limites-indisciplina_5.html

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO. (2019). *Relatório de Avaliação – Terrenos da Quinta Braamcamp*. Acedido a 2 de Janeiro de 2020. Disponível em https://www.cm-barreiro.pt/cmbarreiro/uploads/writer_file/document/14588/delib__462_2019_relatorio_de_avaliacao_braamcamp_2019___anexo_v.pdf

CAMARÃO, A e CARMONA, R. (2015). *Barreiro Memória e Futuro*. Ed. Câmara Municipal do Barreiro.

CASTELLS, M e PORTES, A. (1989). *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Ed. John Hopkins University Press. Baltimore.

CERTEAU, Michel (1998). *A invenção do quotidiano*. Ed. Vozes, Petrópolis.

CLÉMENT, Gilles (2007). *Manifesto del Tercer Paisaje*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.

COSTA, João (2019). *Para um projeto de resistência em arquitetura. Dispositivo e profanação: projeto, uso e comum*. Ed. Faculdade de Arquitetura – Universidade do Porto, Porto.

COSTA, Maria José (2020). *Estuário do Tejo, onde o rio encontra o mar*. Ed. Afrontamento, Lisboa.

CUPPERS, K e MISSIEN, M. (2002). *Spaces of Uncertainty*, Ed. Wuppertal : Verlag Muller and Busmann.

DEBRAY, Régis (2010). *Elogio de las fronteras*, Ed. Gedisa, Barcelona.

DELEUZE, Gilles (2008). *Conversações*. Ed. 34, Rio de Janeiro.

ESPAÇO MEMÓRIA - Acervo patrimonial, artístico e documental do Barreiro. Acedido a 28 de Setembro de 2022. Disponível em <http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/>

EULER, Johannes (2015). *Defining the Commons: The social practice of commoning as core determinant*. Ed. Indiana University, Indiana.

FILHO, João (2020). *Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana*. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro. Acedido a 20 de Maio de 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdp/a/V98HwyPqTqWsRfB83RfJnNF/abstract/?lang=pt#>

FONSECA, João (2015). *Entre muros – medo e insegurança na construção da cidade contemporânea. O fenómeno dos condomínios fechados no Rio de Janeiro: o caso da Barra da Tijuca*. Ed. Faculdade de Arquitetura – Universidade do Porto, Porto.

FREITAG, Michel (2004). *Arquitetura e Sociedade*. Ed. Dom Quixote, Lisboa.

GADANHO, Pedro (2014). *Uneven Growth - Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*. Ed. Museum of Modern Art. New York.

GUSFIELD, Joseph (1976). *Community: a critical response*. Ed. Harper & Row, New York.

HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Ed. Loyola, São Paulo.

HARVEY, D. (2014). *The Crisis of Planetary Urbanization*. Acedido a 12 de Outubro de 2019. Disponível em https://post.at.moma.org/content_items/520-the-crisis-of-planetary-urbanization.

HARVEY, David (2012). *The creation of the urban commons* em HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Ed. Verso, London, New York.

HELFRICH, Silke; KUHLEN, Rainer; SACHS, Wolfgang; SIEFKES, Christian (2010). *The commons – Prosperity by Sharing*. Ed. Heinrich Boll Foundation, Berlim.

HILLIER, B. (2007). *Space is the machine: a configurational theory of architecture*. Ed. Space Syntax, Londres.

KOOLHAAS, R. (2012). *Três Textos Sobre a Cidade*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.

KUCINA, Ivan (2018). *Architutures of Informality*. Ed. Dia Series, Dessau.

LAGE, Allene (2008). *Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: Que metodologias podemos construir com os movimentos sociais?*. E-cadernos CES [Online]. Acedido a 26 novembro 2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/eces/1394>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1394>

LEFEVRE, H. (2012). *O Direito À Cidade*. Ed. Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa.

LOPES, D. (2019). *Melancolia e Architectura em Aldo Rossi*. Ed. Orfeu Negro, Lisboa.

MAGALHÃES, A. *Construir no construído, e a metamorfose da cultura urbana*. Acedido a 2 de Dezembro de 2021. Disponível em <http://www.studiocivitare.com.br/thesis-project-vitruvius-or-minhacidade-17104-pocos-de-caldas/>

MARQUARD, O. (1991). *In Defense of the Accidental: philosophical studies*. Ed. Oxford University Press. New York.

MERRIFIELD, Andrew (2006). *Henri Lefebvre: A Critical Introduction*. Ed. Routledge, New York.

MONTANER, J. (2016). *A Condição Contemporânea da Arquitetura*. Ed. Gustavo Gili. São Paulo.

MONTANER, J. e MUXÍ, Z. (2014). *Arquitectura e Política – Ensaio para mundos alternativos*. Ed. Gustavo Gili. São Paulo.

OSTROM, Elinor (2008). *Tragedy of the commons*. *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008 Ed. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume.

PEREIRA, Gaspar (2014). *SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário*. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, Porto.

PIKETTY, Thomas (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Ed. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.

PITA, Xavier (2013). O MOINHO DE MARÉ DE CORROIOS: Ilustração do Património Industrial e Ambiental. Ed. Universidade de Évora e Instituto Superior de Ciências e Educação, Lisboa.

POLANYI, Karl (1944). *A Grande Transformação, as origens da nossa época*. Ed. Campus, Rio de Janeiro.

PORTAS, Nuno (2012). *Os Tempos das Formas* vol. II: A Cidade Imperfeita e a Fazer. Ed. EAUM/ Guimarães.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren (1989). *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Ed. Johns Hopkins University, Baltimore.

PDM Barreiro. *Regulamento do Plano Director Municipal do Barreiro*, de 4 de Maio de 1994. Diário da República 1ª Série B – Nº 103. Acedido a 18 Outubro de 2021. Disponível em https://www.baiadotejo.pt/sites/default/files/territorios/regulamentos/pdm_barreiro.pdf

QUERCUS (2019). *Avaliação Ecológica Quinta Braamcamp - Levantamento e Caracterização da Flora e Vegetação*. Acedido a 2 de Janeiro de 2022. Disponível em https://www.cm-barreiro.pt/cmbarreiro/uploads/writer_file/document/14586/delib__462_2019_avaliacao_ecologica_quinta_braamcamp___anexo_iii.pdf

RUDOFISKY, Bernard (1964). *Architecture without architects, an introduction to nonpedigreed architecture*. Ed. The Museum of Modern Art: Distributed by Doubleday, Garden City, Nova York.

SALGUEIRO, M. (2015). *Sobre a ordem e o desvio: práticas do espaço e arquitectura em contexto de hospital psiquiátrico*. Ed. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.

SALGUEIRO, Teresa (1999). *Cidade Pósmoderna – Espaço Fragmentado*, III Congresso da Geografia Portuguesa, Porto, Setembro 1997. Ed. Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000). *A crítica da razão indolente: Para um novo*

senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Vol. 1. Ed. Cortez, São Paulo.

SANTOS, Ana (2022). *Financeirização e desigualdades, duas faces de uma mesma realidade*, em CARMO, Renato; TAVARES, Inês; CÂNDIDO, Ana (Orgs .) (2022). *Que futuro para a igualdade. Pensar a sociedade e o pós pandemia*. Ed. Observatório das Desigualdades, Lisboa.

SASSEN, Saskia (1996). *Cities and Communities in the Global Economy: Rethinking Our Concepts*. American Behavioral Scientist, vol. 39, n. 5. Ed. Sage Publications, Inc.

SASSEN, Saskia (2005). *The Global City: Introducing a Concept* em The Brown Journal of World Affairs, Vol. 11, No. 2, pp. 27-43 (17 pages). Ed. Brown Journal of World Affairs.

SCHILLER, N e ÇAGLAR., A. (2016). *Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power*. Journal Identities: Global Studies in Culture and Power.

SOLÀ-MORALES, I. (2002). *Territorios*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.

TAVARES, G. (2013). *Atlas do Corpo e da Imaginação*. Ed. Caminho, Alfragide.

TEYSSOT, Georges (2010). *Da teoria de arquitectura: doze ensaios*, Ed. 70, Lisboa.

TOURAINE, Alain (1994). *Crítica da Modernidade*. Ed. Vozes, Petrópolis.

TURNER, Victor (1969). *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. A Division of Transaction Publishers. Ed. The State University of New Jersey, New Jersey.

TSING, Anna (2015). *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Ed. Princeton University Press, Princeton.

URBANO, Luis (2007). *Duplicidade e a flânerie contemporânea*. Revista Opúsculo nº6, pp. 1-16. Ed. Dafne, Porto.

ZÚQUETE, Ricardo (2010). *Caixa de Escritos: a arquitetura como pretexto*. Ed. Zúquete, Lisboa.

anexo A

Levantamentos

Levantamentos

a. Estuário do Tejo - Património Natural



a.1 Estuário do Tejo, os Arredores e Porto de Lisboa, 1812

O estuário é um ecossistema intersticial que se situa na transição entre a terra e o mar, e entre a água doce e salgada. O estuário do Tejo é a maior zona húmida e estuário de Portugal, e uma das mais importantes da Europa, pela sua extensão e pela sua riqueza natural. Criado há cerca de 80 milhões de anos, no final do último período glacial, quando submergem as zonas mais baixas do rio Tejo, o que resulta na atual paisagem estuarina com diversos habitats e sistemas naturais.

Apesar dos primeiros registos humanos datarem do séc. XII, existem vestígios de ocupação desde o Paleolítico Inferior. Altura em que o homem explorava os recursos marinhos como o peixe e marisco, complementando a sua dieta com a caça. Já no Neolítico, a exploração arqueológica sugere uma economia de base agro-pastoril, fazendo

também uso dos recursos que o estuário oferecia. A presença de outras riquezas naturais como o ouro, prata, cobre e estanho no interior do estuário parece ter atraído os povos do oriente, que se instalam nas margens do rio até ao séc. VI a.C, tendo Santarém, Almada e Lisboa como os principais centros de poder à época.

É mais tarde, pela mão dos fenícios, que se dá a maior mudança no quotidiano e cultura destes habitantes. São introduzidas novas tecnologias, desconhecidas até ao Bronze Final, como a roda de oleiro, o moinho giratório, a metalurgia do ferro, e novas formas e técnicas arquitetónicas.

Graças à abundância de peixe e ostras deste lugar, surge a partir do séc. I a.C. a indústria conserveira nas duas margens do rio. Estes núcleos pré-industriais eram compostos por um conjunto de tanques – cetárias – à volta de um pátio e de outras estruturas de apoio: armazéns, poços e cisternas. Além da conserva do peixe e a da pesca, a extração de sal e a construção naval são as maiores atividades aqui desenvolvidas, maioritariamente na margem sul do Tejo.

No princípio de VIII d. C., após a conquista dos árabes, Al-Usbuna (Lisboa) era já uma das mais importantes cidades da península ibérica, rica em ouro, peixe e comércio.

Na idade medieval, já sob a alçada da coroa portuguesa, são criados os primeiros estaleiros navais (1371). A pesca mais predominante e cobiçada nesta época era o sável. Começa aqui a ser tributado pelo reino a exploração do estuário. O comércio fluvial e marítimo, tal como as pescas passam a estar sujeitos a pagamento de dízimo e obrigados a respeitar as coutadas, beneficiando, em troca, de proteção legal destes usos comuns, por herança do Código Justiniano. São por esta altura registadas, contra as coutadas, as primeiras manifestações de pescadores.

Uma significativa mudança na paisagem do estuário do Tejo dá-se ainda nesta época, com a alteração da bacia hidrográfica para fins de navegação, e com a extirpação da floresta primitiva, que causaram um maior influxo de água e o aumento de zonas húmidas e lezírias. Tirando proveito da energia das marés, constroem-se no início do séc. XV os primeiros moinhos de maré do estuário. Estes serviam para moer cereais e trabalhar outras matérias primas, que viriam a servir Lisboa e outras cidades da região, tal como as missões imperiais além mar. Lisboa

continua a crescer, tal como o tráfego marítimo e demarca-se como um importante porto à escala mundial, gerindo trocas comerciais vindas de diferentes partes do mundo.

Até à criação do primeiro caminho de ferro em 1856 (Lisboa-Carregado), um dos papéis fundamentais do rio Tejo era a ligação que estabelecia entre o interior e o litoral, através do qual circulavam bens e produtos alimentares. Esses bens eram tratados e conservados num conjunto de complexos pré-industriais. Sabe-se que desde o seu surgimento até ao séc. XVIII existiam 45 moinhos de maré, entre os quais apenas 3 se situavam na margem norte do Tejo.

Após a revolução industrial, a presença humana em torno do estuário continua a crescer. Progressos tecnológicos significativos ao nível dos transportes e do desenvolvimento de atividades em torno do rio e do mar alteram este território. A indústria moageira, naval e de conservas continua a expandir-se e em 1887, pela mão do eng. Miguel Pais, surge o primeiro projeto para uma ponte mista (rodoviária e ferroviária) onde hoje encontramos a ponte Vasco da Gama.

A atividade piscatória mantém também uma rota de crescimento, sendo que em 1891, existiam já vários portos de pesca: Paço de Arcos, Belém, Lisboa, Vila Franca de Xira, Barreiro, Seixal e Trafaria. A abundância de peixe (sável, lampreia e corvina) atraía pescadores do litoral do país, principalmente entre Fevereiro e Junho. Estes pescadores nómadas, eram chamados de 'Avieiros' ou 'Ciganos do mar'. Quando começaram a chegar viviam em pequenos barcos ou barracas, e pescavam (homens e mulheres) junto à margem do rio em embarcações de pequeno porte, e aos poucos foram construindo e fixando-se em vários lugares do Tejo. Com a informação que Baldaque da Silva recolhe e sistematiza, podemos compreender a realidade da pesca no estuário do Tejo no final do séc. XIX:

“40 barcos varinos tripulados por 80 homens de Aveiro; 30 barcos ílhavos tripulados por 450 homens que subiam o rio em busca de sável; 12 botes e bateis do Barreiro e Seixal, tripulados por 144 homens que pescavam durante todo o anno; 40 canoas da Trafaria com 120 homens.”¹

1 SILVA Baldaque da (1892), Estado actual das pescas em Portugal.



Atividades económicas do estuário.

a.2 Indústria a.3 Pesca a.4 Agricultura a.5 Turismo/lazer

É partir de meados do séc. XIX que começam a ser feitos aterros na zona ribeirinha para a expansão do Porto de Lisboa, e a partir daí, todo um investimento na conquista de terra ao rio. O extenso areal que até à data, caracterizava a margem norte, desde o Cais das Colunas até cascais, é interrompido pela criação de uma doca em Alcântara. Na margem sul, com uma privilegiada localização relativamente a outras regiões produtivas do país, começam a surgir zonas industriais e portuárias de larga escala, com a criação também de vários aterros já no séc. XX em vários pontos do estuário. Neste momento é criada a “Companhia Portuguesa de Pesca” em Almada e com as inovações tecnológicas após a II Guerra Mundial, nomeadamente a criação do sistema de refrigeração do pescado, a atividade ganha um novo folgo com o começo da pesca em alto mar, em maior quantidade.

Mas as áreas industriais, que na margem sul atingiam 236ha do estuário, com o uso de químicos e metais pesados, quantidade e qualidade das espécies existentes. Os mariscos, que representavam

parte significativa da alimentação das populações do estuário, e dos quais subsistiam famílias e empresas foram diminuindo, ao ponto do desaparecimento de espécies que aqui tão facilmente proliferavam como é o caso da ostra.

Só no final do séc. XX, com a desactivação da maior parte da indústria da região, se começa a assistir a uma regeneração de alguns destes habitats e ao ressurgimento de espécies. A apanha da amêijoa-boia foi a atividade piscatória mais relevante até ao início do séc. XXI, quando é introduzida a amêijoa japonesa.

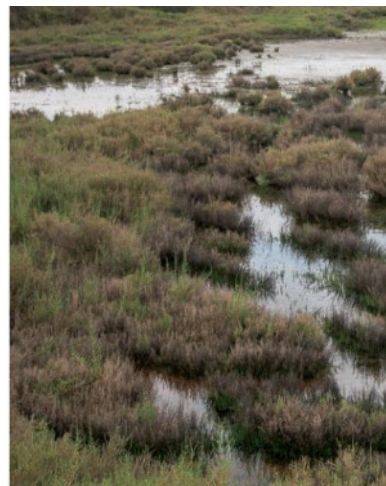
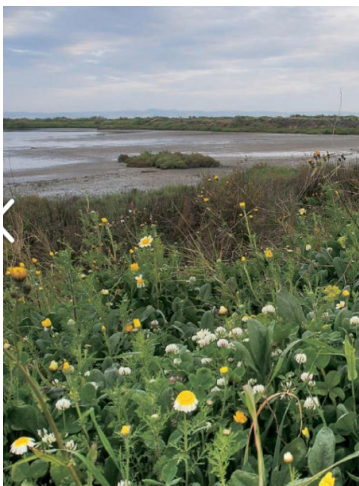
Em 2012, com a falência do sector industrial em funcionamento e uma severa crise económica, muitos desempregados e trabalhadores precários iniciam ou retomam esta actividade. Uns porque as gerações anteriores eram já pescadores e conservaram assim os materiais, as estruturas de apoio e o conhecimento e outros que, por necessidade, começaram a aprender e desenvolver o conhecimento. A grande maioria de apanha manual, com sacho, ancinho, faca ou berbigoeiro, os Mexilhoeiros como são comumente designados contabilizavam-se 1700 em 2014, só de amêijoa japonesa no Tejo.

HABITATS ESTUARINOS

Como vimos anteriormente, a fixação e manutenção de diversas comunidades na paisagem estuarina está intimamente ligada à riqueza de recursos que compõem este território, e que geraram um conjunto de atividades económicas que ainda hoje subsistem. A cada estrutura ecológica associa-se pelo menos uma atividade económica, tal como uma forma de proteção e defesa do habitat adjacente. Deste modo, intervir positivamente num lugar instável e complexo como este implica uma observação do conjunto de estruturas que o compõem, tal como a capacidade de identificar e reconhecer a diversidade de cada um dos seus ecossistemas, e o papel relevante que ainda hoje desempenham na sustentação da paisagem e habitabilidade humana no estuário do Tejo.

BANCOS DE VASA OU AREIA

Tratam-se de zonas de lodo ou areia que se encontram cobertas ou descobertas pela água, consoante a maré. A sua imersão acontece



Habitats do estuário

a.6 Duna a.7 Mata/Floresta mediterrânica a.8 Banco de vasa a.9 Sapal

duas vezes no período de 24 horas. São habitadas por espécies que vivem enterradas nos sedimentos, normalmente pequenos moluscos, e fornecem alimento tanto a aves como a algumas espécies de peixes durante a maré cheia.

FLORESTA E PRADO MEDITERRÂNICO

As pradarias ou campos são zonas de vegetação rasteira, muito utilizadas tanto para o pastoreio como para o cultivo vinícola. Já a floresta mediterrânica trata-se de um conjunto de árvores espaçadas entre si, cujas principais espécies são o sobreiro, o pinheiro, a oliveira brava e o cedro. A vegetação presente – árvores de casca espessa e tronco grosso - evoluíram para se adaptarem a longos períodos de seca, sendo inclusivamente resistentes a incêndios. Servem de habitat para espécies de grande e pequeno porte.

LEZÍRIA

Terrenos planos que se estendem ao longo da margem do rio, sujeitos a pontuais inundações e ricos em substrato orgânico, que foi sendo depositado ao longo dos séculos, daí a sua riqueza para o cultivo agrícola. O sistema é protegido das cheias por um conjunto de taludes e comportas que, juntamente com uma rede de canais de escoamento, regam as culturas e diminuem o risco de alagamento nos períodos de maior pluviosidade.

OSTREIRAS

São zonas compostas por conchas de ostra, vazias ou vivas, que formam um substrato sólido, onde se vão refugiando outras espécies marinhas como pequenos moluscos, peixes e algas. Com a forte industrialização no estuário do Tejo, desapareceram quase por completo durante o séc. XX, sendo que têm vindo a ressurgir nos últimos anos.

SALINAS

Uma das mais importantes atividades económicas do estuário do Tejo foram as salinas, sendo que chegaram a existir mais de 1000ha em laboração até ao final do séc. XX. Trata-se de um habitat artificial, criado pela mão humana, mas muito importante para a preservação das aves migratórias sendo que acolhe diversas espécies de moluscos das quais se alimentam estas aves. Tendo sido muito exportado e utilizado internamente na conservação do bacalhau, hoje existe apenas uma salina em funcionamento – o complexo do Samouco.

SAPAL

Tal como os bancos de vasa, são terrenos aluviários, portanto sujeitos à imersão pela ação das marés, mas pela sua cota e teor de água salgada, são colonizados por plantas tolerantes ao sal. Pelo facto de estarem constantemente sujeitos ao avanço e recuo das marés, acumulam água de escorrência e formam canais e esteiros, protegendo as localidades ribeirinhas de cheias e inundações.

Conhecidos como os rins da terra, desempenham um papel fundamental na limpeza e melhoria da qualidade da água e do ar. Por um lado, atuam como sumidouros de dióxido de carbono na atmosfera, por outro filtram a água que escorre dos terrenos com maior altitude, retendo poluentes como azoto e fósforo dos fertilizantes agrícolas.

**b. LEVANTAMENTO DOS MOINHOS
DE MARÉ DE ALBURRICA**



Moinho de maré do Cabo

do Pêro Moço ou do Cabo da Lenha

Nº de moendas: 8 (originalmente 4)

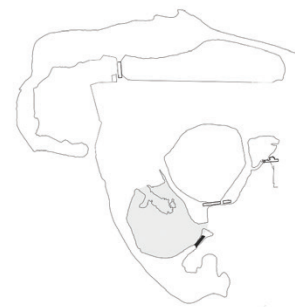
Nº de pisos: 2

Tipologia: T4

Casa do moleiro: N/S

Função inicial: Moagem de cereais

Função final: Descasque de arroz (XIX)



DADOS HISTÓRICOS

O moinho de maré do Cabo é o mais antigo moinho de maré de Alburrica, presente em registos do séc. XV, sendo descrito que em 1497 Bastião Dias pagava à ordem de Santiago uma avença anual em alqueires de trigo para exploração neste moinho. Após o terramoto foi ampliado, passando a duplicar a sua estrutura. Em 1880, foi neste moinho que, pela primeira vez no estuário do Tejo, foram alterados os engenhos de moagem (rodas dentadas em ferro fundido) para uma maior velocidade e eficiência. Há ainda o registo da instalação de uma fábrica de cortiça no séc. XX.



a.10 Configuração do Moinho do Cabo após o terramoto de 1755. Desenho de Maria Eugénia de Jesus

a.11 Fotografia do moinho do Cabo após o terramoto de 1755.



DADOS TIPOLÓGICOS

Moinho de planta retangular, com dois pisos completos e cobertura de duas águas, composto inicialmente por quatro engenhos de rodízios horizontais, tendo sido, após o terramoto, ampliado para oito pares de mós. Numa parte funcionava uma fábrica de descasque de arroz e na outra, uma fabrica de moagem completa. Estrutura do embasamento em pedra maciça talhada em grandes dimensões e emparelhada, com contrafortes adoçados. Paredes em alvenaria de pedra irregular ordinária em pedra, cal e tijolo. A comporta de escoamento de água situava-se na muralha de contenção da água da caldeira, no exterior do corpo edificado.

ESTADO ATUAL

Em estado de grande degradação, restando apenas a ruína da estrutura de embasamento.



a.12 Moinho do Cabo, estado atual em
ruína



Moinho de maré Pequeno

ou Moinho de São Roque

Nº de moendas: 8 (originalmente 4)

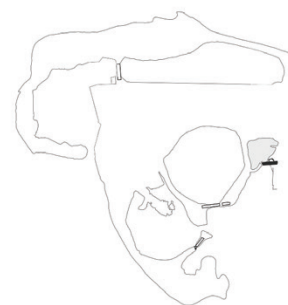
Nº de pisos: 2

Tipologia: T4

Casa do moleiro: N/S

Função inicial: Moagem de cereais

Função final: Descasque de arroz (XIX)



DADOS HISTÓRICOS

O Moinho Pequeno estabelecia uma relação formal com a rua Miguel Paes, estabelecendo-se uma das charneiras entre o núcleo urbano da cidade e a paisagem estuarina e proto-industrial de Alburrica, funcionando assim como marco identitário, histórico e cultural do Barreiro.

A documentação indica que será um dos primeiros edifícios moageiros desta zona, sendo que o primeiro registo é de 1652. Pertencia por esta altura a Manuel da Cunha, fidalgo da casa Real, e era arrendado para o tratamento do trigo. Como podemos identificar pelos registos históricos, alvo de sucessivas transformações, primeiramente em 1728, e mais tarde, já no séc. XIX, quando lhe são introduzidos elementos característicos do edificado industrial à época, como o tijolo de burro à vista. Das suas características originais poucos dados existem, apenas sabemos que era um engenho de 3 rodízios e toda a sua constituição parecia envolta na simbologia do número 3:

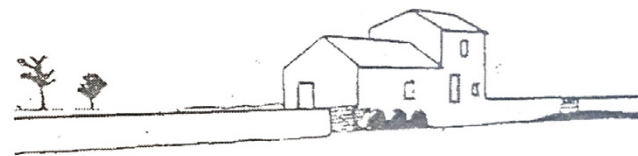


a.14 Chafariz no largo do Moínho Pequeno, Armando Madureira, sem data.

a.15 Cais situado junto ao largo do Moínho Pequeno. Ibdem

a.16 Largo do Moínho Pequeno, ibdem

“3 segurelhos com os seus 3 veios, 3 tresdados com 3 cruzetas de bronze, 3 engenhos 2 deles alveiros e um do meio castelhano, e tem as pedras de 3 palmos e meio de altura e outro tem as paredes de 3 palmos”¹



Tipologia Inicial



Tipologia Actual



a.17

Moinho Pequeno: Tipologia inicial e tipologia atual, Desenho de Maria

Eugénia de Jesus

a.18

Vista do alçado principal, anos 90

DADOS TIPOLÓGICOS

Moinho de planta retangular, com cobertura de duas águas, composto por três engenhos de rodízios horizontais. O material das mós de moer farinha seriam em quartzito ou calcário. Estrutura do embasamento em pedra maciça de cerca de dimensão de três palmos e meio de altura, emparelhada. Paredes em alvenaria de pedra ordinária em pedra, cal e tijolo. A comporta de escoamento de água situava-se na muralha de contenção da água da caldeira, no exterior do corpo edificado. Sujeito a alterações formais no séc. XIX no segundo piso, que se passa a estender a todo o edifício, ao troço da moagem.

1 *Moinhos a Sul do tejo*, Revista Fundação nº4, pp. 16

ESTADO ATUAL

Demolido pela Câmara Municipal em Junho de 2018, mantendo-se apenas o embasamento inferior em pedra calcária. No seu lugar foi construído, em 2019, o “Centro Interpretativo da Indústria Moageira”, ao qual se atribuiu o mesmo nome do antigo moinho. Os mecanismos de moagem não foram recuperados.



a.19

Demolição do moinho em 2018

a.20

Estado atual do moinho



a.21

Moinho de maré Grande

ou Moinho da Serração

Nº de moendas: 7

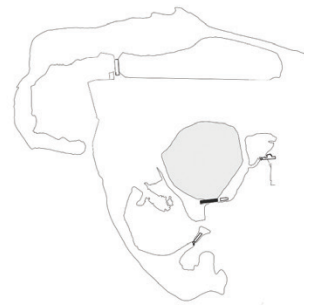
Nº de pisos: 1

Tipologia: T1

Casa do moleiro: Não

Função inicial: Moagem de cereais

Função final: Serração (XIX) e Adubos (XX)



DADOS HISTÓRICOS

Propriedade do fidalgo Manuel da Cunha em 1652, é mais tarde adquirido por Rui Albuquerque D'Orey (1892). É aqui que cessa a sua atividade moageira e passa a funcionar como serração da Companhia da Fábrica da Serração d'Orey e Companhia. Por volta de 1920 passa a ser propriedade da empresa Henrique Burnay e Companhia, que se dedica ao tratamento de adubos orgânicos e produtos de origem animal.



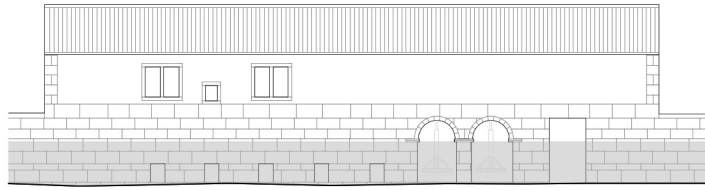
a.22

Configuração original do Moinho Grande.
Desenho de Maria Eugénia de Jesus

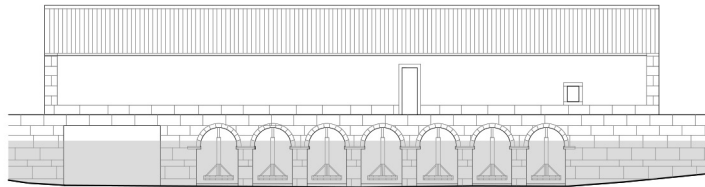
a.23

Vista aérea do Moinho Grande com a respectiva caldeira e o seu ecossistema natural em 2020

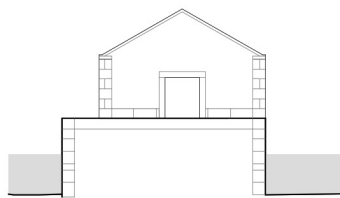




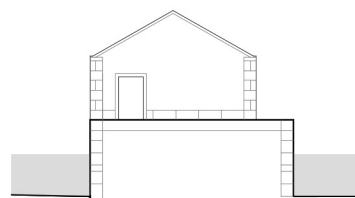
Alçado norte



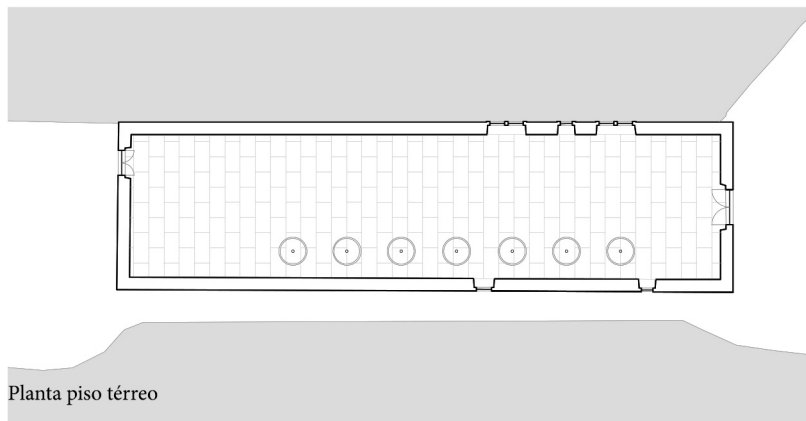
Alçado sul



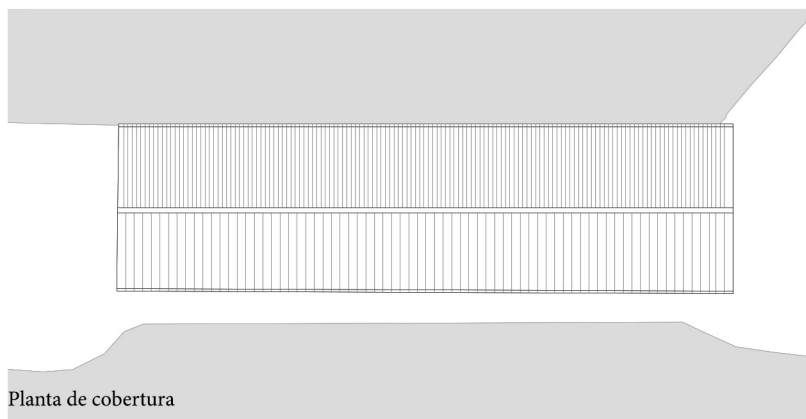
Alçado ncente



Alçado poente



Planta piso térreo



Planta de cobertura



a.24

Vista aérea do Moinho Grande com a
apropriação informal dos pescadores, 2019

a.25

Vista da fachada principal do Moinho
Grande junto ao armazém, 2019

a.26

Vista da fachada principal do Moinho
Grande a partir do cais de pescadores, 2019

a.27

Pormenor da fachada tardoz, 2020

DADOS TIPOLÓGICOS

Moinho de planta retangular, com um único piso e cobertura de duas águas, composto por sete engenhos de rodízios horizontais. Estrutura do embasamento em pedra maciça talhada em grandes dimensões e emparelhada. Paredes em alvenaria de pedra irregular ordinária em pedra, cal e tijolo. A comporta de escoamento de água situava-se na muralha de contenção da água da caldeira, no exterior do corpo edificado. Sujeito a várias alterações formais, relacionadas com o tipo de indústria que ali se foram instalando (e a necessidade de armazenamento de materiais), salienta-se a criação de novos corpos térreos na continuidade o edifício original.

ESTADO ATUAL

Apesar da abertura de concurso público para reabilitação deste moinho em 2020, o edifício é completamente demolido pela Câmara Municipal em Junho de 2021, inclusivamente o embasamento inferior em pedra calcária com toda a estrutura de moagem. O objetivo é a criação de uma praia artificial na caldeira deste moinho, com uma estrutura de apoio ao turismo no lugar do antigo moinho. Além desta demolição, na caldeira do moinho é retirado o sapal, para ser preenchido com areia.



a.28

Demolição do moinho em 2021

a.29

Demolição do moinho e destruição do ecossistema da caldeira em 2021

a.30

Estado atual do lugar, já sem a estrutura do Moinho Grande. Diferença entre a caldeira do moinho do Cabo com o seu ecossistema natural, e a caldeira do moinho Grande, com o sapal destruído e bloqueio da passagem da água. 2021



Moinho de maré Braamcamp

Nº de moendas: 10 (7 originalmente)

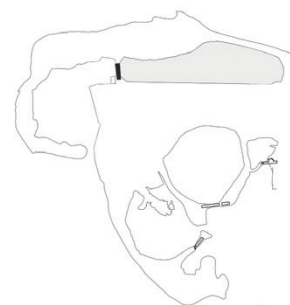
Nº de pisos: 1

Tipologia: T1

Casa do moleiro: Não

Função inicial: Moagem de cereais

Função final: Armazém de cortiça (XX)



DADOS HISTÓRICOS

Os registos existentes indiciam que a sua edificação terá ocorrido em meados do século XVIII. Este moinho de maré, que pertence ao conjunto edificado da Quinta Braamcamp, é construído para a produção de cereais. Severamente danificado pelo terramoto de 1755, é propriedade do comerciante Vasco Veloso, que procede à sua reabilitação e ampliação. Vende-o posteriormente a Geraldo Braamcamp (1804), ligado à indústria e produção têxtil. Abraham Whelhouse adquire a propriedade em 1837 e mantém a produção de farinhas neste moinho. Em 1887 o edifício é vendido à família Reynolds, ligada à produção de cortiça.

a.32

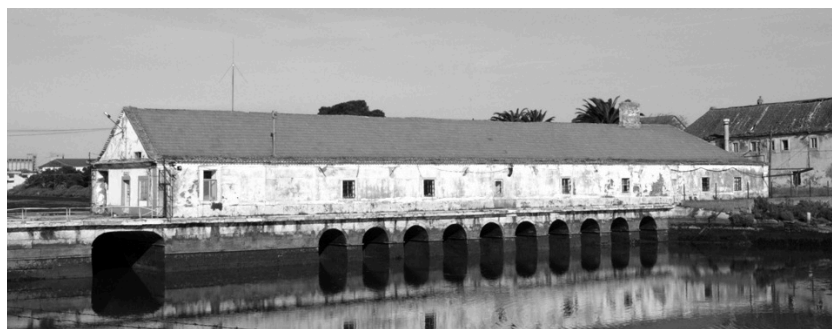
Moinho Braamcamp antes do incêndio.

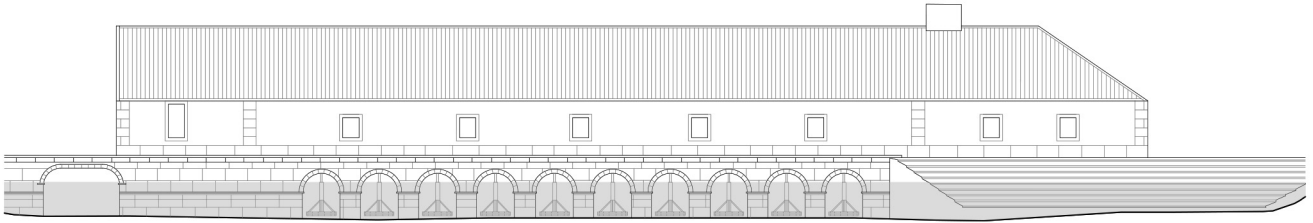
(próxima página)

a.33

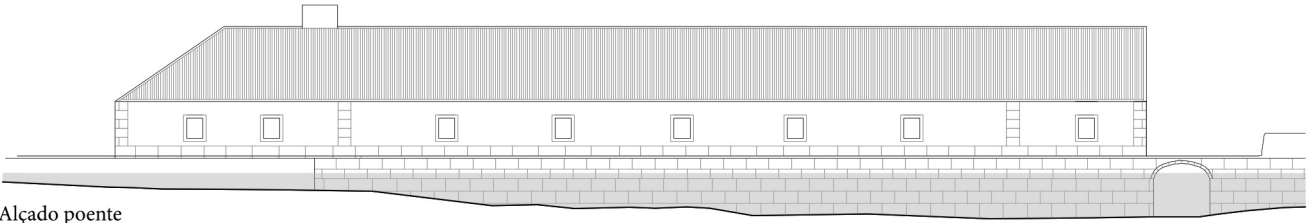
Levantamento do moinho Braamcamp.

Desenho da autora.

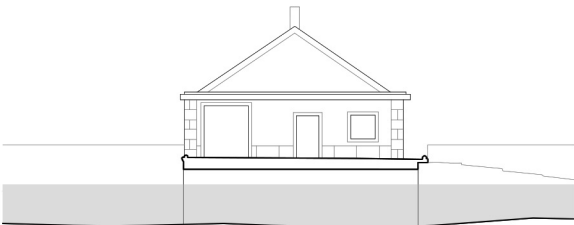




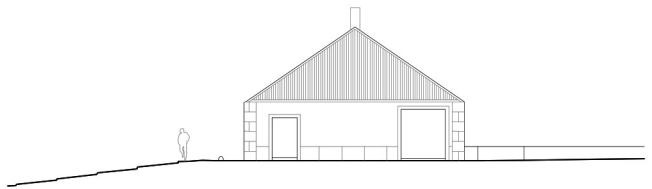
Alçado nascente



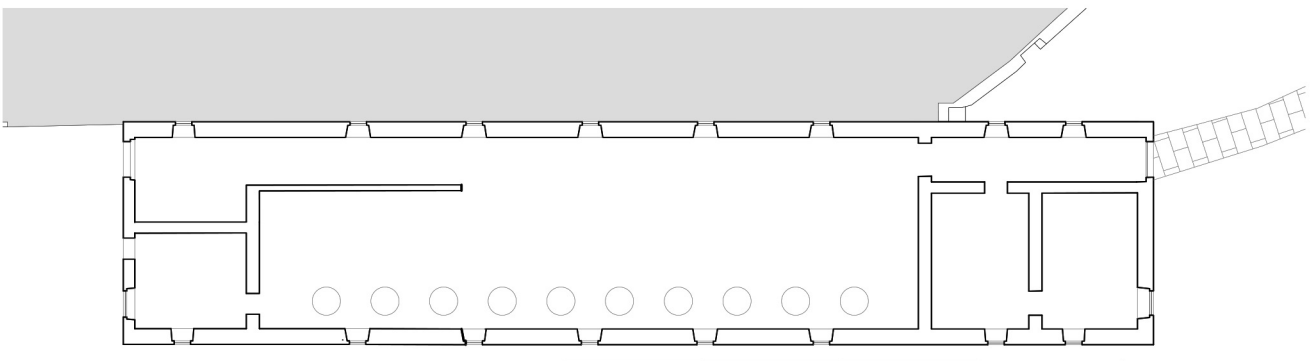
Alçado poente



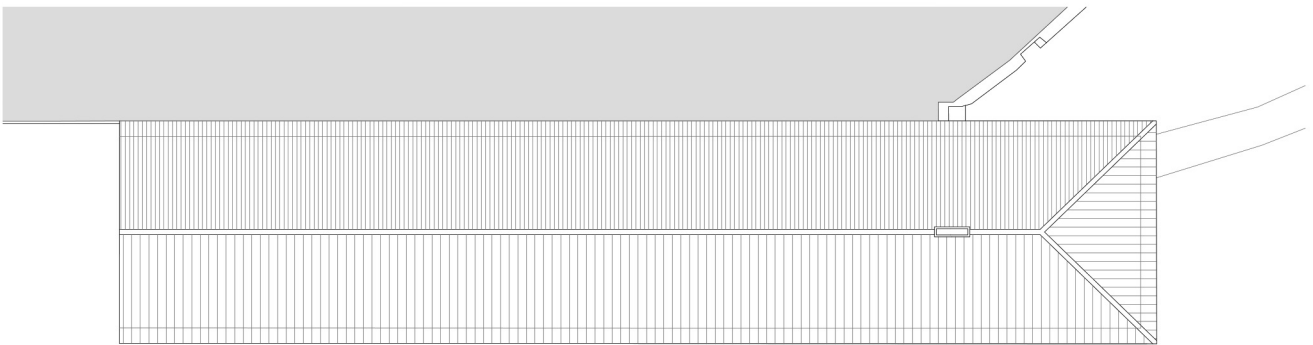
Alçado norte



Alçado sul



Planta piso térreo



Planta de cobertura

de farinhas destinada à fabrica de bolachas detida por esta mesma família. Posteriormente é adquirido pela Sociedade Nacional de Cortiças (1897), que mantém o moinho em laboração durante o séc. XX. Atualmente é propriedade da Câmara Municipal do Barreiro, que iniciou um processo de venda por concurso público.

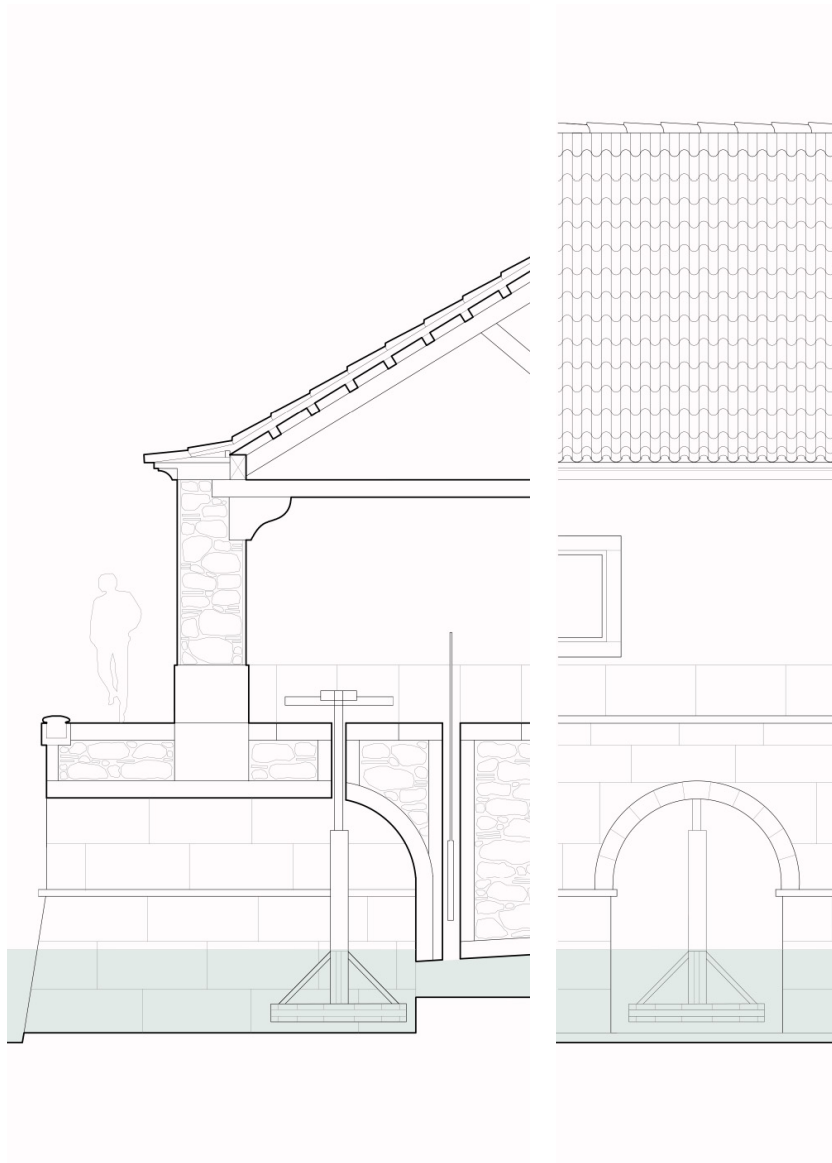
DADOS TIPOLÓGICOS

Moinho de planta retangular, com um único piso e cobertura de três águas. É o maior moinho de maré do estuário do Tejo, e o segundo maior do país, composto originalmente por sete engenhos de rodízios horizontais. Posteriormente, no início do séc. XIX, é restaurado e ampliado para comportar dez engenhos. Estrutura do embasamento em pedra maciça talhada em grandes dimensões e emparelhada. Paredes em alvenaria de pedra irregular ordinária, cal e tijolo. A comporta de escoamento de água situa-se na muralha de contenção da água da caldeira, no exterior do corpo edificado. Possui um cais de atracagem para transporte fluvial da matéria prima.

ESTADO ATUAL

Após o incêndio em 2011 a estrutura fica danificada e perde por completo a cobertura. Desde aí, sem qualquer operação de manutenção, encontra-se em ruína.





a.34

Pormenor construtivo do levantamento do moinho Braamcamp. Desenho da autora.

a.35

Vista da fachada principal, Juliana Batista, 2016



a.36 Vista aérea do bairro do Bico do Mexilhoeiro, Bing maps, 2015

c. LEVANTAMENTO DO BICO DO MEXILHOEIRO

Património cultural

“Na zona do estuário a que corresponde o Mar da Palha existiam na época três comunidades (piscatórias) importantes: Seixal, Barreiro e Aldeia Galega (Montijo). Estas eram as comunidades verdadeiramente estuarinas que então havia, pois raramente saiam para o oceano ou se dirigiam para montante de Vila Franca (...)”

Baldaque da Silva, 1891

Como em qualquer ajuntamento informal de pesca, os registos históricos são escassos, tanto ao nível demográfico como do levantamento arquitetónico das estruturas que vão sendo erguidas pelos próprios.

Da vila ribeirinha a que chamamos Barreiro, sabemos que em 1521 era composta por casarios e pequenas comunidades organizadas em torno das atividades relacionadas com: a agricultura nas propriedades rurais, as marinas de sal, os estaleiros navais e principalmente com a pesca. Por esta altura, a maior parte da população dependia da grande diversidade piscícola que o rio proporcionava. No séc. XVIII, o estudo do

historiador António Gonçalves Ventura revelou dados verdadeiramente expressivos sobre o peso que a atividade piscatória tinha nesta localidade, contrariando algumas teorias pouco fundamentadas sobre as características sociais da população deste concelho.

“Dos 195 baptismos registados no quinquénio 1696-1700, 114 são filhos de pescadores, o que equivale a 58% das crianças baptizadas, mais de metade, portanto. Neste quinquénio, apenas no ano de 1698 foram baptizados nesta paróquia menos filhos de pescadores do que o somatório de todas as outras profissões (em 39 baptismos, 16 eram filhos de pescadores). Nos restantes anos, a percentagem de filhos de pescadores foi sempre superior ao somatório de todas as outras profissões, mais de 50%, portanto, atingindo mesmo 68% em 1699.”¹

Já no séc. XIX, é através da sistematização da informação e conhecimento da pesca no Tejo, produzido por Baldaque da Silva, que ficamos a saber que a zona Barreiro-Seixal era um dos mais importantes núcleos piscatórios do estuário do Tejo, composto por 12 barcos e batéis, tripulados por 144 homens. Em Alburrica, a movimentação de barcos é, desde há longa data, parte integrante desta paisagem.

Os registos da comunidade piscatória da zona do Bico ou Ponta do Mexilhoeiro em Alburrica surgem no início do séc. XX, na sequência do interesse por parte de um conjunto de fotógrafos em retratar estas comunidades. É o caso de Arnaldo Madureira. Através das imagens que recolheu do Bairro de Pescadores no Mexilhoeiro, no início da década de 60, descobrimos que o extenso areal desde a Ponta do Mexilhoeiro até ao Barreiro Velho, hoje chamado Praia do Bico do Mexilhoeiro era, no séc. XX denominado de praia dos Pescadores ou praia do Barreiro.



a.37

Praia dos pescadores, Arnaldo Madureira, data desconhecida

1 VENTURA António, “Dois dedos de conversa” acerca do Barreiro pré-industrial, pp. 4



a.38 Reportagem fotográfica do Bairro de Pescadores, Arnaldo Madureira, s/d

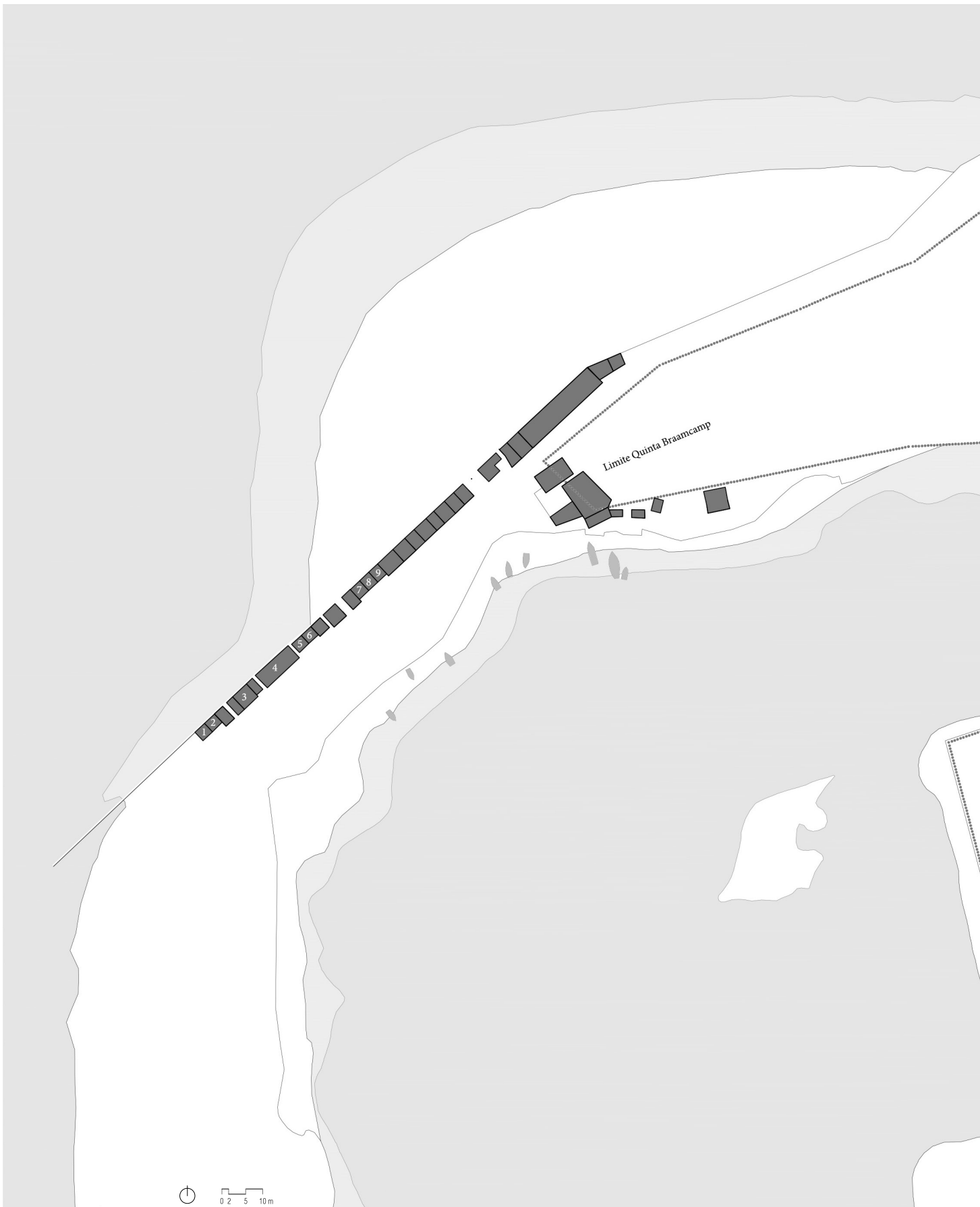
Percebemos ainda que existia já em meados do séc. XX um bairro informal de pescadores no sítio do Mexilhoeiro, composto por um núcleo principal de casas de pescadores, como designa o autor, que começa na ponta do Mexilhoeiro e se estende pelo menos até à zona do Clube Naval.

A estrutura (vigamentos e pilares) destas edificações era feita em madeira, a cobertura em telha de canoa, e o revestimento das paredes em tabuas de madeira. Notamos que muitas são construídas em torno das árvores existentes, provavelmente por oferecerem estabilidade à estrutura, e servirem de abrigo. Nalgumas destas habitações são ainda colocados ramos de árvores em torno da construção, provavelmente com o sentido de a isolar termicamente.

Em 1982, o Porto de Lisboa oficializa e autoriza este bairro piscatório com um levantamento planimétrico das habitações, identificando alguns dos proprietários. Por esta altura são contabilizadas um total de 36 casas. Assinala ainda em planta o “limite de autorização para barracas” e o “limite da propriedade da Sociedade Nacional de Cortiças.”

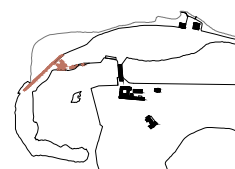
Desde este levantamento até aos dias de hoje, verifica-se um crescimento substancial do Bico do Mexilhoeiro. O número de edificações quase duplicou, totalizando atualmente cerca de 56 construções, de que fazem parte habitações, pequenos armazéns de material de pesca, um café e um cais de atracagem de barcos.

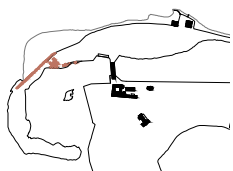
Os materiais utilizados atualmente, além da madeira que continua a ser o material predominante, incluem também chapas metálicas em coberturas e revestimentos. À semelhança de outros bairros piscatórios, a sua arquitectura espontânea gerada na convergência entre o desejo e a necessidade, bem como o recurso a uma vasta paleta de cores vivas, atribuem uma forte dimensão formal a este tipo de construção precária.



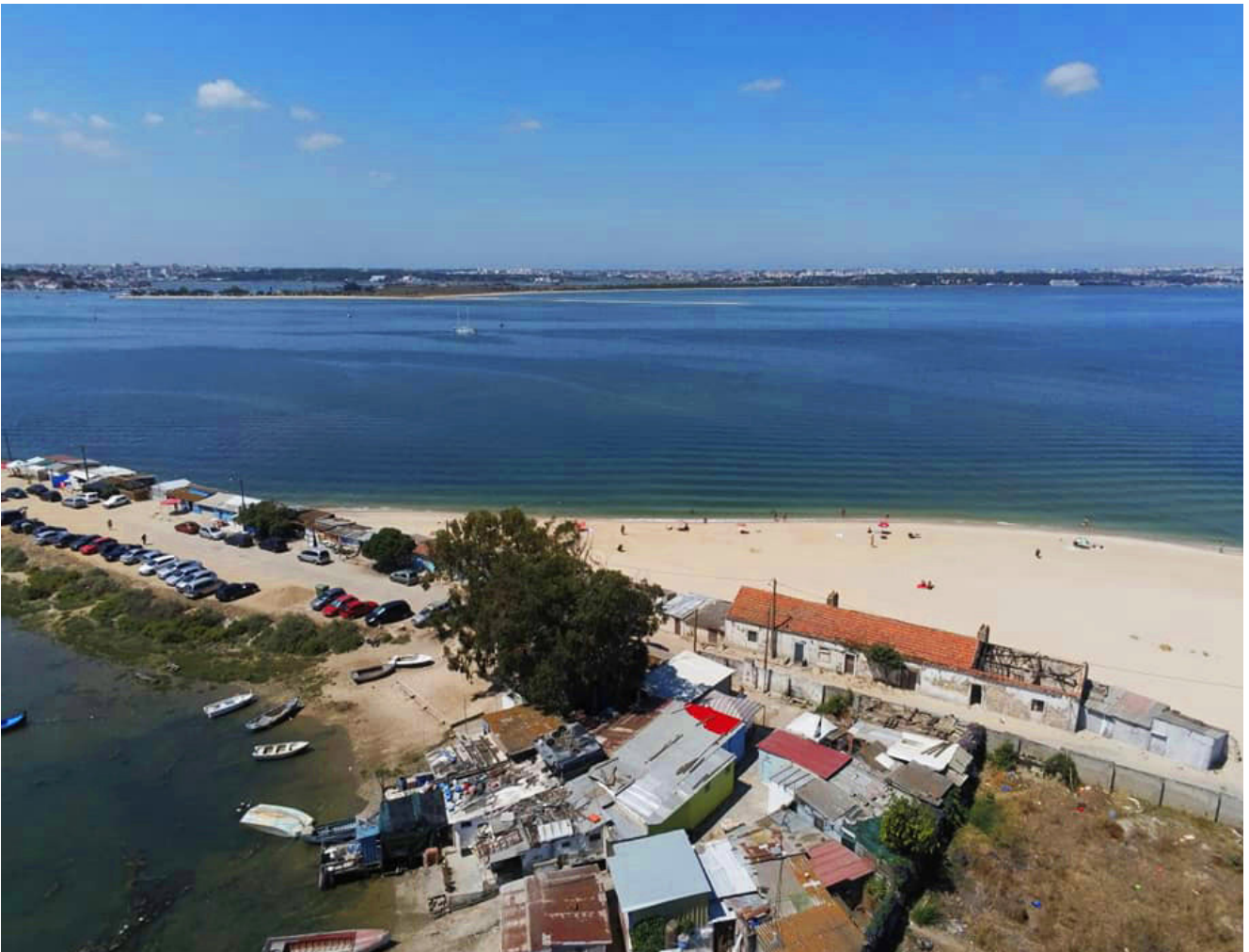
1982 Bairro do Bico do Mexilhoeiro | 36 construções informais

- | | | |
|----------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| 1 Lenine Venâncio Martins | 4 Rogério Matias Neto e Figueiredo | 7 João Lima Correia |
| 2 José Nunes Caeiro | 5 Gormesindo Pereira Brandão | 8 Manuel Batista |
| 3 Manuel Honorato Cravinho | 6 Sérgio Madrugo Nogueira | 9 Valdemar Jesus de Almeida |





56 construções informais | Bairro do Bico do Mexilhoeiro **2022**



a.39 Vista aérea do Bico do Mexilhoeiro, Olhar o Barreiro



a.40 Reportagem fotográfica do Bico do Mexilhoeiro, Rosa Pomar 2013-15

d. QUINTA BRAAMCAMP, ENTREVISTA

Na entrevista “A última fábrica de cortiça do Barreiro” feita pela Associação Barreiro Património Memória e Futuro em 2019, percebemos a relevância da quinta Braamcamp e os significados que convoca no imaginário de muitos dos barreirenses. São entrevistados dois antigos trabalhadores, Ricardo Tomás e Custódio, que descrevem os tempos de operariado na quinta e as inquietações sobre o que o futuro reserva para este lugar:

(R.T.) “Naquela altura dava gosto trabalhar lá dentro, éramos considerados família. Trabalhou ali gente muitos anos e fomos criando amizade uns aos outros. Aquela parte que eu estava a dizer da caldeira, de vez em quando pescava-se a caldeira e era dividido pelos trabalhadores. Muitas vezes eu trazia peixe para casa que era dividido, aos sábados pescava-se a caldeira, alguém ia lá largar as redes, havia acho que era uma comissão que pertencia à caldeira ia lá por as redes e depois eram levantadas as redes e agente ia aos sábados de manhã buscar o peixe, calhava um quilo a cada um ou dois quilos.

(C.) Havia uma parte que se vendia que era depois para fazer a reparação da porta de água, a porta de água ainda custava 200 contos, e era preciso vender peixe. Mas agente naquela altura se vendesse o peixe todo que estava na caldeira dava aos 500 e aos 600 contos, aquilo dava peixe que eu sei lá....

(R.T.) Fiz grandes amizades, arranjei grandes companheiros, fazíamos grandes paródias, éramos todos amigos e trabalhávamos todos para o mesmo. (...) O que é que me marcou? era uma grande camaradagem. (...)

(R.T.) Na altura que aquilo estava no desprezo e que se ouviu que câmara tinha comprado aquilo para fazer algo para a população do Barreiro, porque aquilo é do Barreiro, aquilo não é do presidente da Câmara neste momento, aquilo é dos barreirenses, e quando se pensava que se poderia fazer qualquer coisa para os nossos netos aproveitarem, para os nossos filhos aproveitarem, esta se a ver que as pessoas que estão à frente da câmara querem destruir aquilo que foi alcançado. Custa-me muito. (...) espero que este apoio e esta massa que se esta a gerar em volta da quinta Braamcamp que se consiga fazer alguma coisa (...).

(C.) Mas será que não é para fazer ali nada para domínio público?

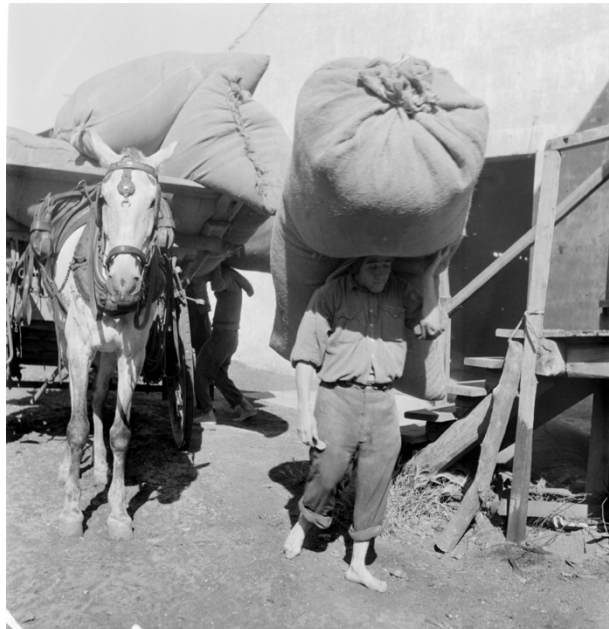
(R.T.) Ó Custódio, aquilo que me dá a entender neste momento e aquilo que eu tenho lido através deles e da comissão que se está a formar contra a venda da Braamcamp, ele quer construir ali uma série de prédios bastante grandes (...) Estragar aquilo que está ali.“

a.41

Descarga de cortiça na Sociedade Nacional de Cortiça, Arnaldo Madureira, data desconhecida

a.42

Cais da Sociedade Nacional de Cortiça



e. Alburrica 2012-2022. Cronologia de uma década

2012

NOVEMBRO Encomenda de plano geral para habitação, serviços e comércio na Quinta Braamcamp, pelo grupo privado Millenium BCP.



PLANNING ARCHITECTURE PROMONTÓRIO LANDSCAPE INTERIOR DESIGN GRAPHICS

2014

Construção dos Passadiços de Alburrica, através do programa de Regeneração Programada da Área Ribeirinha de Alburrica (REPARA)



2015

JULHO Câmara Municipal do Barreiro dá início ao processo de classificação do património moageiro do Barreiro como Conjunto de Interesse Municipal.

2017

MARÇO Autorização para projetos de requalificação da Quinta Braamcamp (F|C Arquitetura Paisagista) e reabilitação do Moinho de maré Braamcamp (ARX)

JULHO Classificação do sítio de Alburrica, do Mexilhoeiro e do seu património Moageiro, Ambiental e Paisagístico como Sítio de Interesse Ambiental (SIM)

SETEMBRO Proposta para eleições autárquicas de parque temático com roda gigante e praia artificial na caldeira do Moinho Grande



NÃO É UMA PROMESSA, É UMA AMBIÇÃO

Requalificar o Barreiro é uma das nossas ambições. Aproveitar estruturas desocupadas e reabilitá-las no sentido de proporcionar a todos os barreirenses espaços de lazer. Estes projetos pretendem ser uma âncora no desenvolvimento do município.

Reabilitação da área junto ao rio para possível implementação de espaços, parque de diversões, praia artificial ou piscinas.

Flow Rider
Ataque Turístico Regional

Roda Gigante
100m de altura. Melhor localização sobre a caldeira de Lisboa. Equipada dos rios Tejo e Côa e Alentejo.

Caldeira do Moinho Grande
50 mil/m² de Praia artificial, 20 mil/m² de terra, 35 mil/m² de espelho de água. Obras programadas: multiplay, Futebol e voleyball de praia, Sábios, Restauração, Parque e Animação diversos.

Parque temático junto ao rio

2018

JUNHO Demolição do Moinho Pequeno



P AZUL P2 IPSON IMPAR FUGAS P3 PODCASTS P5PUPPER CINECARTAZ

BARREIRO

Câmara do Barreiro manda abaixo moinho de maré para... preservar património moageiro

Obra em curso será o primeiro passo para um percurso interpretativo da história do Barreiro ligado à moagem. Câmara assegura ter parecer técnico em mãos que sustenta inviabilidade de manter o edifício

Sebastião Almeida
4 de Outubro de 2018, 9:02

JUNHO Carta aberta da Associação Barreiro – Património Memória e Futuro ao presidente da CMB, acerca da demolição do Moinho Pequeno

SETEMBRO Início das obras de construção de um “Centro Interpretativo da Indústria Moageira” no lugar do antigo Moinho Pequeno.



2019

FEVEREIRO Aviso de abertura de hasta pública e concurso internacional para alienação da Quinta Braamcamp



Barreiro quer atrair investimento de €60M para a Quinta Braamcamp

2020

MARÇO Criação da plataforma cívica “A Braamcamp é de Todos”, resultante da união de várias associações e movimentos cívicos, para a defesa do património da Quinta Braamcamp e para manutenção de usufruto público deste lugar.

MAIO Providência cautelar de grupo cívico à Câmara Municipal do Barreiro, pela alienação e projeto de requalificação da Quinta Braamcamp

JUNHO Anúncio do vencedor do concurso público municipal. Ganha o projeto de empreendimento turístico com 185 fogos da Saint-Germais Empreendimentos Imobiliários SA



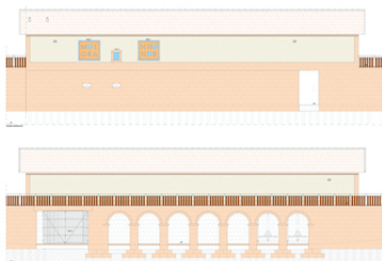
2020

JUNHO Equipa de investigação do projeto “Estejo” (CITAD, Universidade Lusíada) dirige carta aberta à Câmara Municipal do Barreiro, discordando do projeto aprovado para a Quinta Braamcamp

NOVEMBRO Abertura de concurso público para a reabilitação do Moinho Grande.



Concurso público para reabilitação do Moinho Grande | Todos os aspetos arquitetónicos serão salvaguardados



2021

FEVEREIRO Pedido da Câmara Municipal do Barreiro para desafecção da Quinta Braamcamp do estatuto de Reserva Ecológica Nacional (REN).

MARÇO CCDR LVT (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) chumba pedido da CMB para desafecção da Quinta Braamcamp da Reserva Ecológica Nacional.

2021

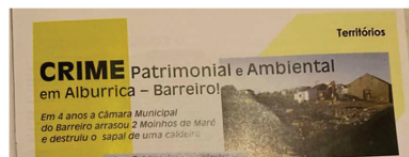
ABRIL Projeto para construção de uma praia fluvial na caldeira do Moinho Grande e núcleo turístico nas imediações selecionado pela Agência Portuguesa do Ambiente, com apoio de fundos comunitários.



Barreiro avança com investimento de 2 milhões para requalificar Caldeira Grande | Projeto foi escolhido pela Agência Portuguesa do Ambiente



JUNHO Demolição do Moinho de maré Grande e destruição do ecossistema sapal da caldeira adjacente, em zona REN de Alburrica



anexo B

Projeto

a. Memória descritiva de projeto

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

O abandono e o avançado estado de degradação das estruturas pré-existentes em Alburrica não significa, contrariamente ao expectável, que este lugar se encontre abandonado. Este território, pela multidimensionalidade do seu valor patrimonial (que inclui aspectos culturais, socioeconómicas, ambientais), pela riqueza dos seus recursos naturais, pela singularidade e beleza que decorre do seu carácter estuarino, prevalece habitado apesar do seu atual estado de conservação. Representa ainda uma importante bolsa de respiração, enquanto espaço de contacto com a natureza, numa cidade altamente densificada em termos de construção. A comunidade barreirense utiliza Alburrica como lugar de lazer: fazem caminhadas ao ar livre, desporto, passeios junto ao rio e em época balnear utilizam as duas praias fluviais (de Alburrica junto ao rio Coina e do Bico do Mexilhoeiro junto ao rio Tejo). A Quinta Braamcamp é também utilizada como espaço de lazer e cultura, sendo um local de encontro nos tempos livres para várias atividades organizadas pela população local (piqueniques, eventos de observação de aves, limpeza dos terrenos, debates sobre o património, etc.).

Constitui ainda uma 'paisagem produtiva' como comprova a importância das actividades piscatórias, verificando-se o crescimento do número de pescadores e das suas estruturas informais de apoio em Alburrica. Além do Bico do Mexilhoeiro, uma pequena comunidade foi-se instalando também no moinho de maré Grande (demolido recentemente). Observa-se porém, que estas construções de apoio à mais antiga e permanente atividade económica do Barreiro, têm vindo a ser sucessivamente demolidas por iniciativa camarária.

A carência de intervenções de regeneração nesta frente ribeirinha, o défice ou a falta de qualificação de infraestruturas capazes de suportar os usos acima descritos, a especulação imobiliária em torno da Quinta Braamcamp, a ausência de operações de manutenção do

património arquitetónico - e até mesmo a sua demolição - provocaram uma desvalorização progressiva e uma desvinculação entre esta paisagem e a cidade do Barreiro. Contexto que dificultou e precarizou o seu usufruto pela comunidade.

O conceito de reabilitação e património adquiriram no âmbito da intervenção proposta, um significado mais amplo, abrangendo as diversas tipologias de edificações, e, simultaneamente, os sistemas ecológicos e a paisagem, as atividades produtivas existentes mas também os valores comunitários, simbólicos, lúdicos e culturais presentes neste território. Reabilitar assume-se assim enquanto acto que convoca a memória e enquanto matéria de construção do futuro- uma resposta à sua complexidade e aos desafios que coloca. No limite constitui uma simples instrumento de mediação que contrariando as tendências da velocidade, da obsolescência, e da degradação, vise o estabelecimento de novas vinculações entre o espaço, o suporte natural, o tempo e a sociedade, tornando iminentes as habitabilidades futuras. Tendo em consideração estes desígnios, a relevância deste lugar para a população envolvente, bem como a importância da cidade do Barreiro a nível metropolitano, estruturou-se o projeto de reabilitação em torno de duas escalas:

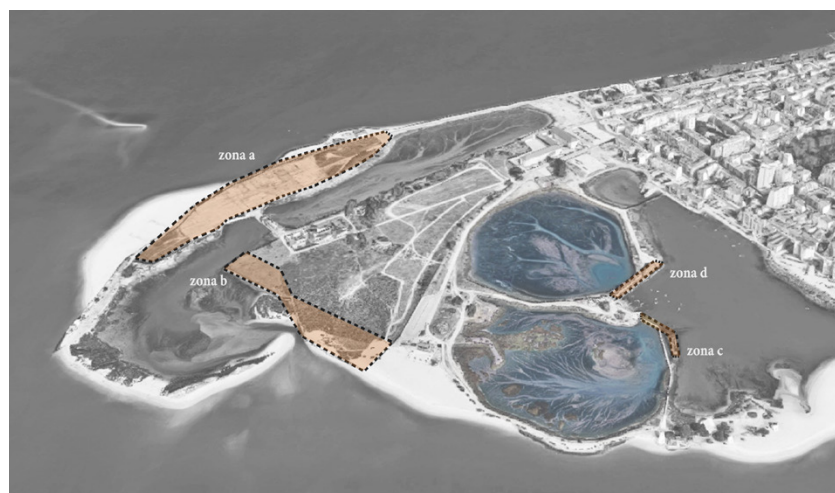
Reabilitação da paisagem de Alburrica, visando a preservação e reabilitação dos ecossistemas e habitats estuarinos, incluindo ainda neste propósito a reorganização dos acessos, tanto no interior deste território, como na sua ligação à restante cidade, bem como, a criação de infraestruturas de apoio às diferentes atividades.

Reabilitação do património arquitetónico e cultural, através da qual se pretende preservar as pré-existências de valor patrimonial - Quinta Braamcamp, moinhos de maré e bairro do Bico do Mexilhoeiro, e capacitar estas estruturas para a acomodação de novos usos.

Esta estratégia permite criar um sistema de defesa natural contra a subida da água, reforçar a acessibilidade dentro do território de Alburrica- conectando as diferentes estruturas arquitetónicas e as frentes ribeirinhas - e suportar um conjunto diversificado de funções, sem prejuízo das dinâmicas ecológicas.

b) Reabilitação do sapal e do sistema de caldeiras dos moinhos de maré. O sapal é um habitat natural estuarino da maior importância, como é descrito no capítulo anterior. Além de uma importante reserva de biodiversidade, atua como filtro natural de partículas poluentes, tanto do solo como do ar que o envolve. No contexto da cidade do Barreiro e da Área Metropolitana de Lisboa, é assim fundamental a sua preservação. Em simultâneo, a recuperação do sistema de caldeiras e respetivos moinhos - uma paisagem definida em torno do aproveitamento de uma energia renovável-, assume uma importância estratégica nos tempos atuais, onde os desafios das alterações climáticas exigem a redução de consumo de combustíveis fósseis.

No caso da caldeira do Cabo (zona C), sugere-se o encerramento da muralha de contenção junto do moinho de maré homónimo, atualmente em ruína, deixando uma comporta de passagem da água. Quanto à caldeira Grande (zona D), foi demolido tanto o moinho de maré adjacente, como o sapal, o habitat natural da caldeira, para ser construída uma praia artificial. Propõe-se deste modo a reposição da caldeira ao seu estado original, prévio a estas demolições.



REABILITAÇÃO DA PAISAGEM

Os ecossistemas e habitats estuarinos que integram esta paisagem cumprem uma multiplicidade de funções: ecológicas, biológicas, sociais e económicas, constituindo-se, simultaneamente, como uma importante infraestrutura de proteção deste território ribeirinho, relativamente à subida do nível da água e a outros fenómenos resultantes das alterações climáticas. Estes pressupostos determinaram o primeiro desafio projectual: Como intervir no território altamente dinâmico e sensível de Alburrica? Que sistemas ecológicos foram sendo comprometidos pela ação antrópica ao longo do tempo? Como proceder à sua recuperação e reinvenção, tendo presente as necessidades, desígnios e desafios da realidade actual?

A complexidade inerente a estas questões, determinou a investigação aprofundada sobre a evolução destes sistemas no tempo, tendo como suporte a cartografia atual e a cartografia histórica. Para este estudo foi fundamental a “Carta topographica militar do terreno da Península de Setúbal de 1816” onde são representados as diversas estruturas ecológicas existentes e as especificidades do coberto vegetal a estas associadas. Tendo em consideração estes dados definiu-se uma proposta de intervenção e reabilitação da paisagem que engloba:

a) Requalificação das frentes ribeirinhas. Neste âmbito propõe-se a reposição do sistema dunar enquanto importante ação de defesa da linha costeira face ao expectável avanço da água. Junto às praias do Mexilhoeiro (frente ao rio Tejo, zona A), nos terrenos que se encontram hoje aplanados, impermeabilizados e murados, e que outrora estiveram ocupados pelos edifícios fabris da corticeira da Quinta Braamcamp, propõe-se a criação de um parque dunar. Este parque dunar cumpre objetivos ecológicos e de proteção da paisagem, ao mesmo tempo que constitui um espaço de usufruto público. Neste âmbito destaca-se a definição de uma infraestrutura linear que se constitui simultaneamente enquanto passeio ribeirinho elevado, na sua cota mais elevada, e espaço disponível para diversos usos e atividades de lazer (instalações sanitárias públicas, armazéns de materiais náuticos, pequenos pontos de venda de bebidas, estacionamento, entre outros) na sua cota mais baixa. Salienta-se ainda a criação de um conjunto de passadiços que permitem o atravessamento do parque, sem comprometer o frágil metabolismo

dunar. Junto à praia de Alburrica (frente ao rio Coina, zona B), a reposição do sistema dunar é realizada recorrendo à mesma lógica, assente na linha infraestrutural. Esta estratégia permite criar um sistema de defesa natural contra a subida da água, reforçar a acessibilidade dentro do território de Alburrica- conectando as diferentes estruturas arquitetónicas e as frentes ribeirinhas - e suportar um conjunto diversificado de funções, sem prejuízo das dinâmicas ecológicas.

b) Reabilitação do sapal e do sistema de caldeiras dos moinhos de maré. O sapal é um habitat natural estuarino da maior importância, como é descrito no capítulo anterior. Além de uma importante reserva de biodiversidade, atua como filtro natural de partículas poluentes, tanto do solo como do ar que o envolve. No contexto da cidade do Barreiro e da Área Metropolitana de Lisboa, é assim fundamental a sua preservação. Em simultâneo, a recuperação do sistema de caldeiras e respetivos moinhos - uma paisagem definida em torno do aproveitamento de uma energia renovável-, assume uma importância estratégica nos tempos atuais, onde os desafios das alterações climáticas exigem a redução de consumo de combustíveis fósseis.

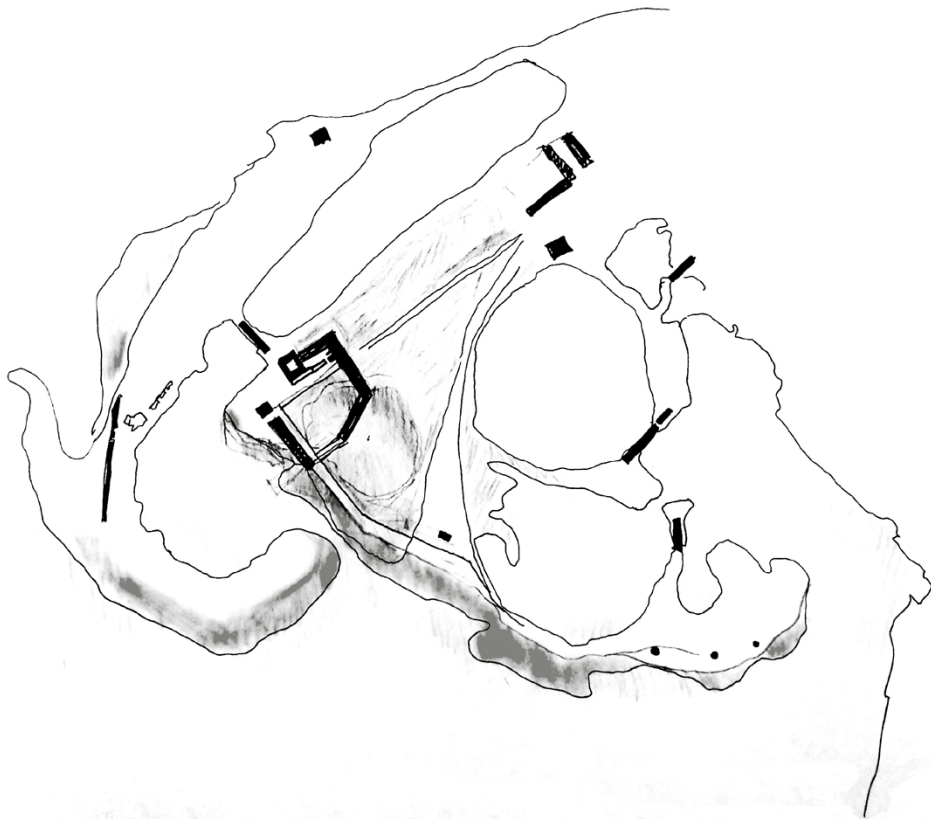
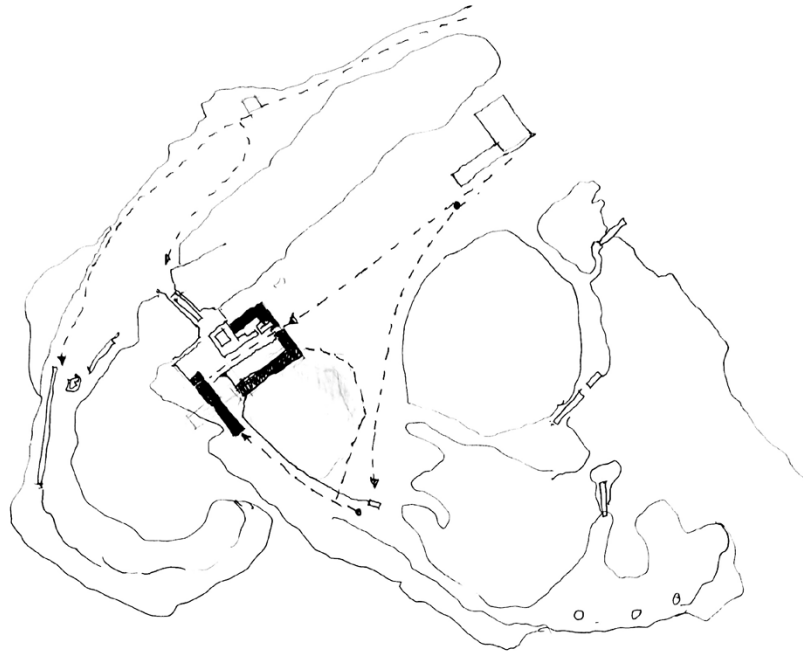
No caso da caldeira do Cabo (zona C), sugere-se o encerramento da muralha de contenção junto do moinho de maré homónimo, atualmente em ruína, deixando uma comporta de passagem da água. Quanto à caldeira Grande (zona D), foi demolido tanto o moinho de maré adjacente, como o sapal, o habitat natural da caldeira, para ser construída uma praia artificial. Propõe-se deste modo a reposição da caldeira ao seu estado original, prévio a estas demolições.

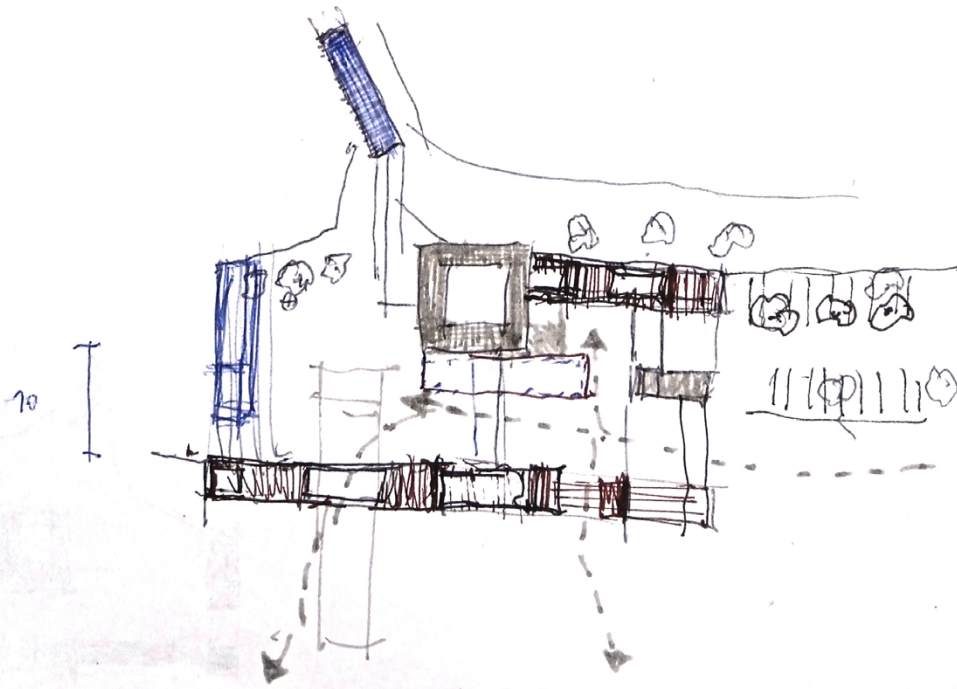
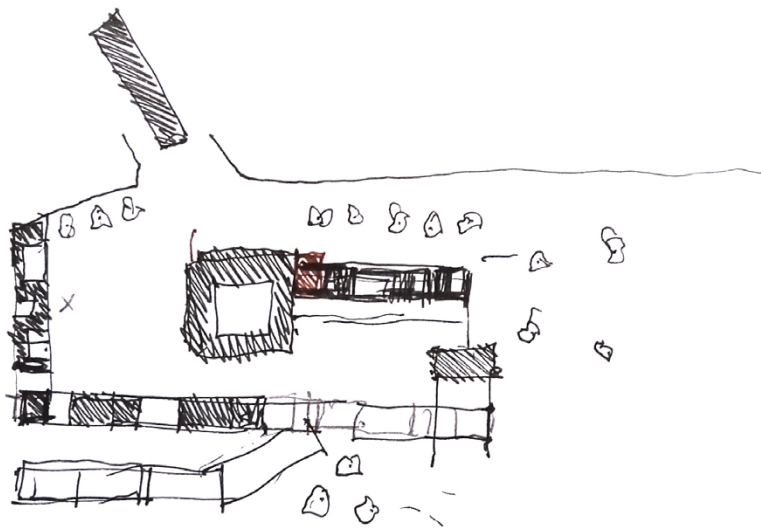
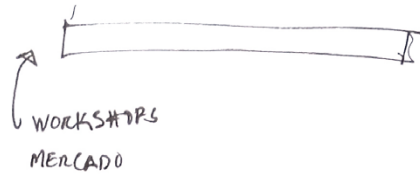
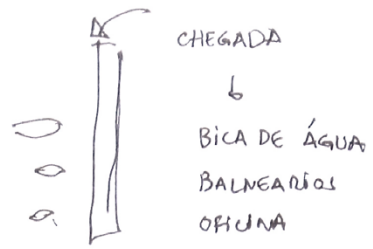
REABILITAÇÃO ARQUITETÓNICA - MATERIALIDADES

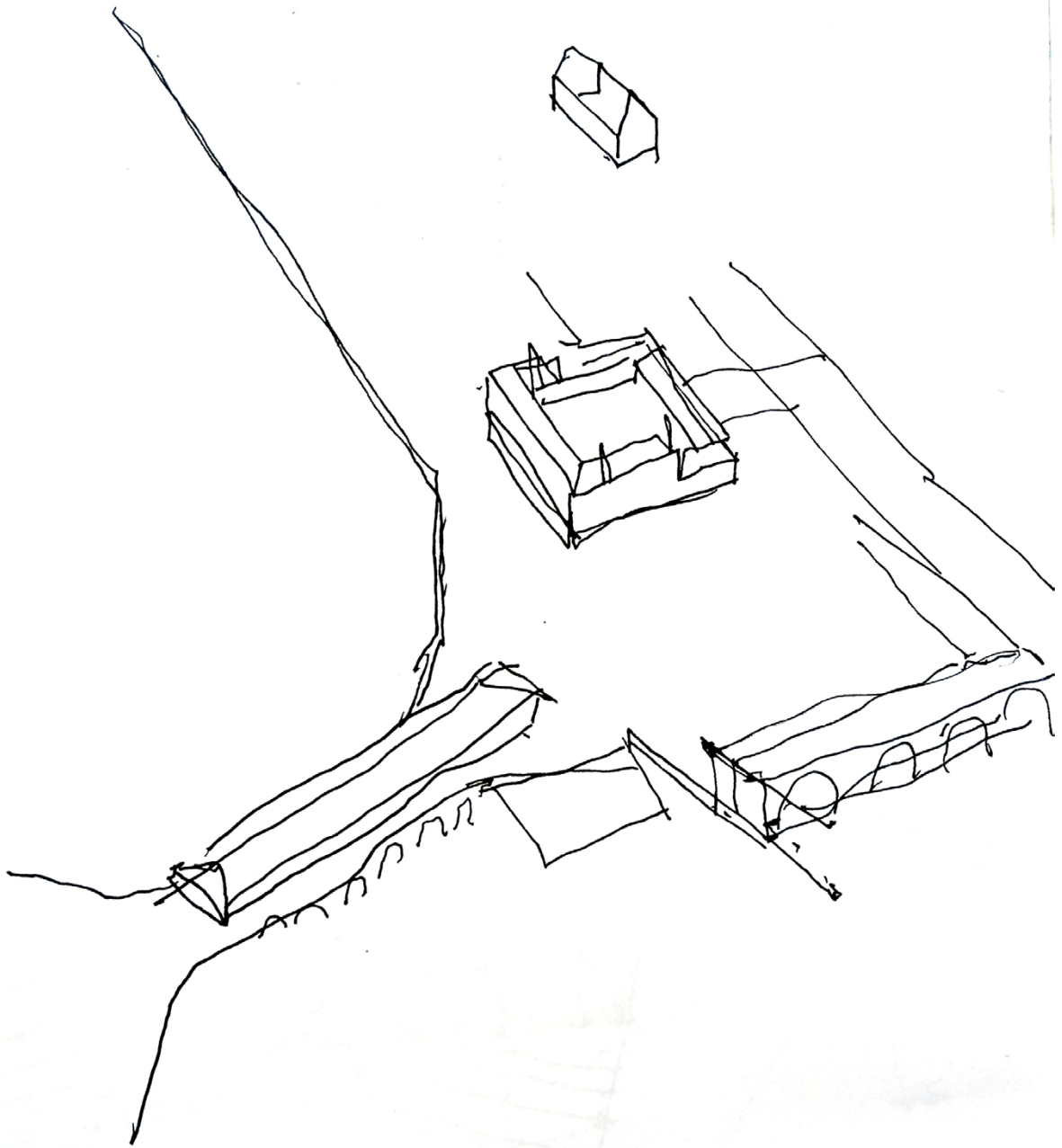
Relativamente às materialidades deste projeto, procurou-se preservar a integridade máxima dos elementos pré-existent e assegurar a necessária compatibilidade entre os materiais utilizados. As alvenarias em pedra e cal são estruturalmente compostas por paredes mestras autoportantes, com pequenos ou maiores blocos de pedra e argamassa de cal e areia de traço 1/3. A divisão entre pisos, tal como a cobertura são compostos por uma estrutura de vigamentos em madeira assentes nas paredes mestras. Esta opção traduz-se num comportamento solidário e

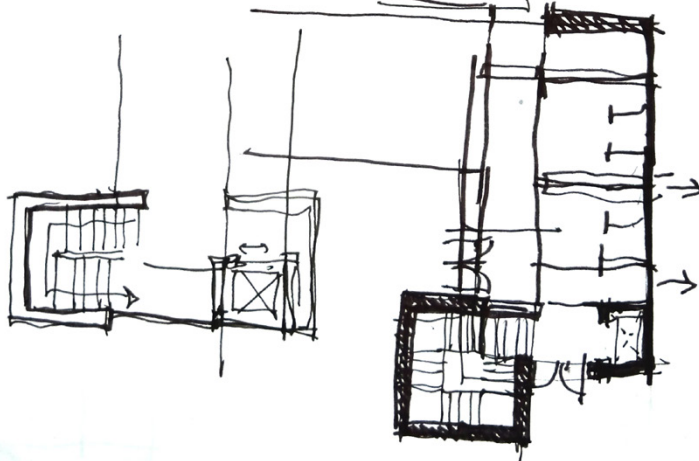
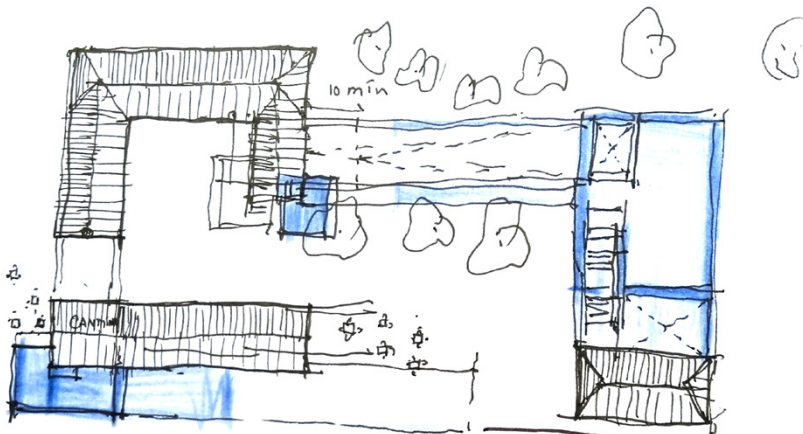
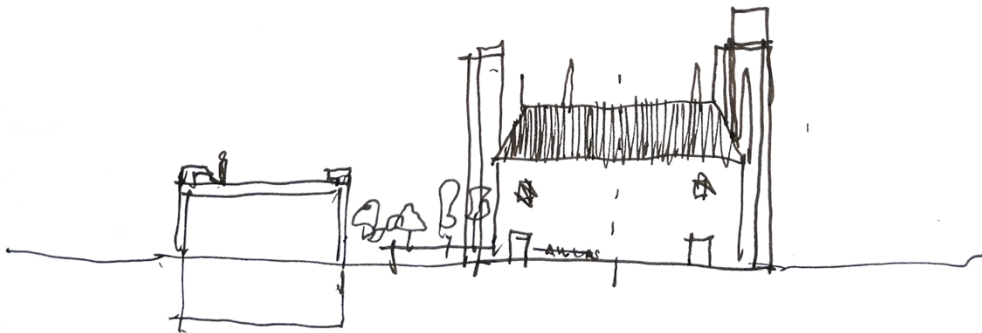
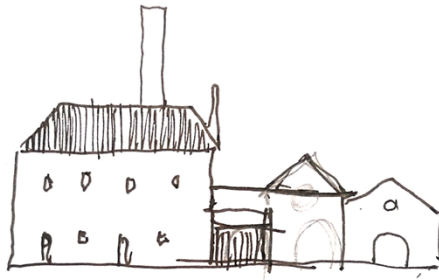
interdependente entre todos estes elementos que constituem a estrutura, pelo que toda a alteração intrusiva deve ser evitada e devidamente acautelada. Em simultâneo, de forma a minimizar as cargas adicionadas nestes espaços, foram seleccionados um conjunto de materiais leves. O tratamento de alvenarias de pedra e cal, cujo comportamento - pelas suas especificidades químicas e físicas-, é distinto do betão, requer o uso de materiais locais e compatíveis, que exerçam uma boa agregação e contribuam para a verdadeira reabilitação, evitando patologias futuras. Esta compatibilidade deve ser verificada, não só ao nível de tintas, rebocos e colas, mas também no que respeita ao seu grau de impermeabilização, devendo ser permeáveis ao vapor de água (permitindo a respiração da estrutura) e impermeáveis à água no seu estado líquido. Caso contrário, a pressão da água fica retida elementos construtivos (madeiras e alvenarias), provocando deformações e rupturas muitas vezes severas e irreparáveis.

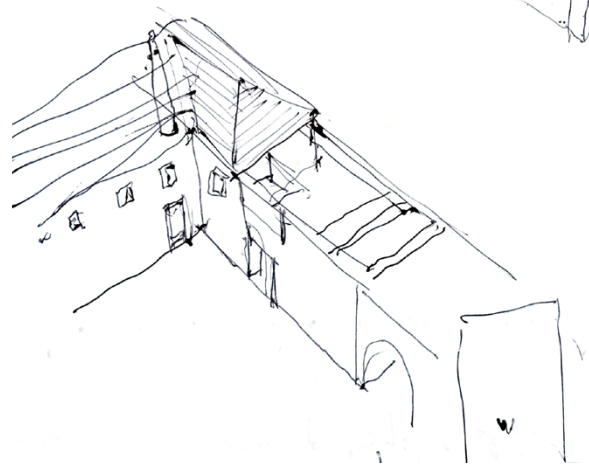
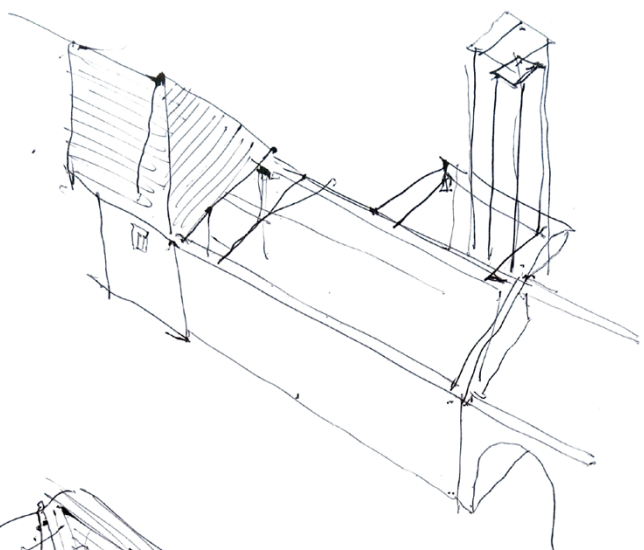
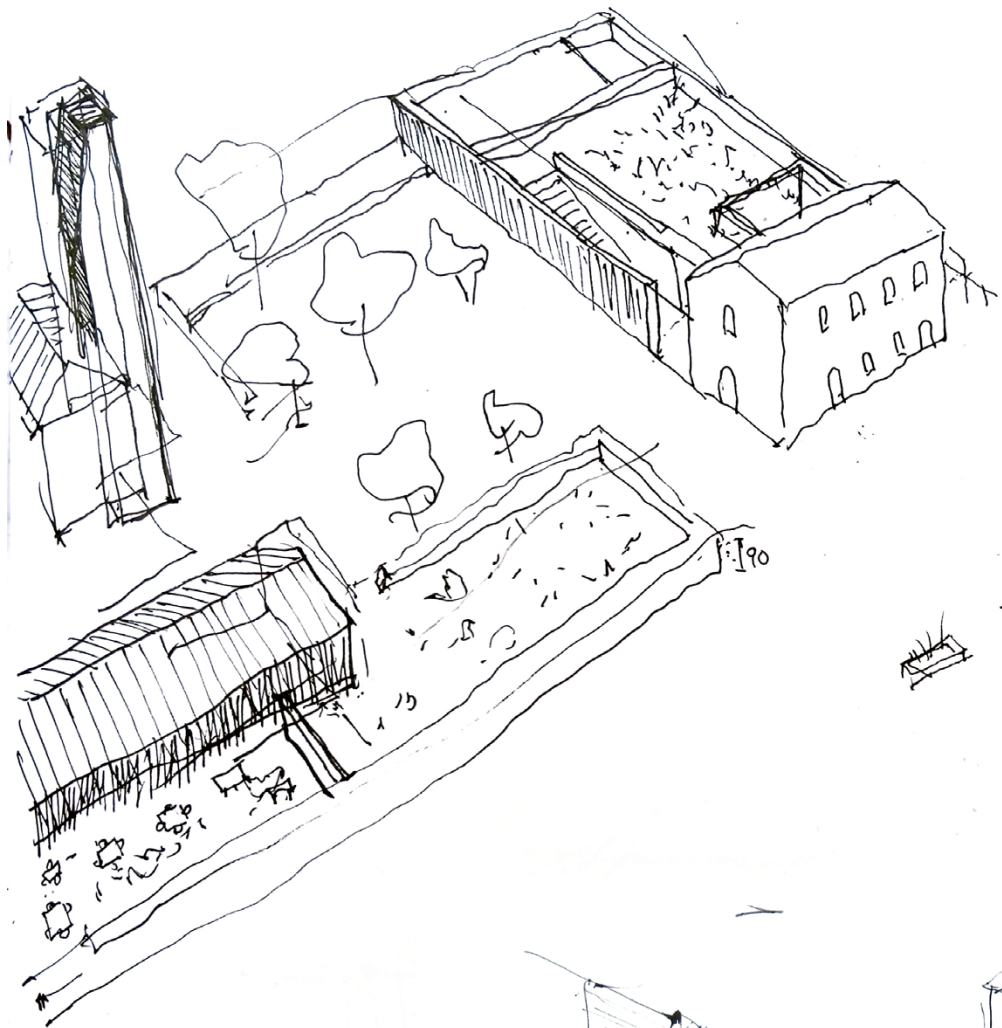
O respeito pelos elementos construtivos deste património edificado, e uso de materiais compatíveis e locais contribui para incrementar a sustentabilidade do processo construtivo, conferindo níveis de durabilidade e resistência, frequentemente superiores aos observados nas construções contemporâneas.

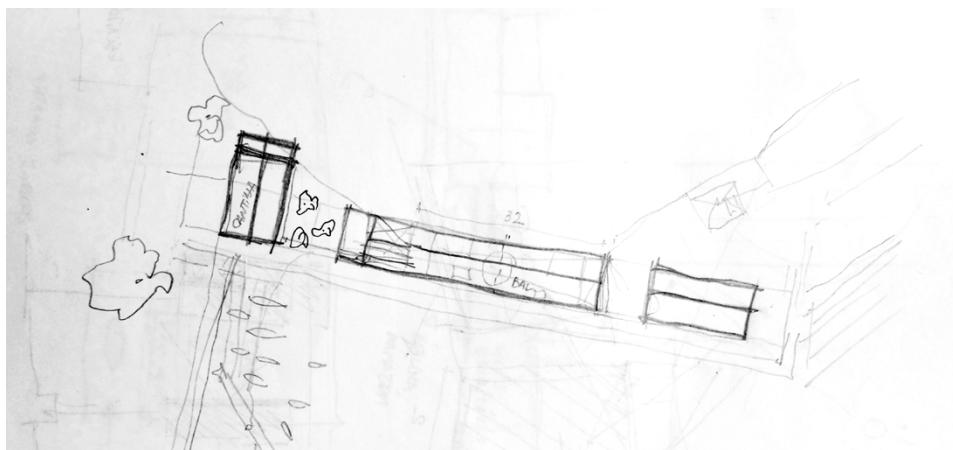
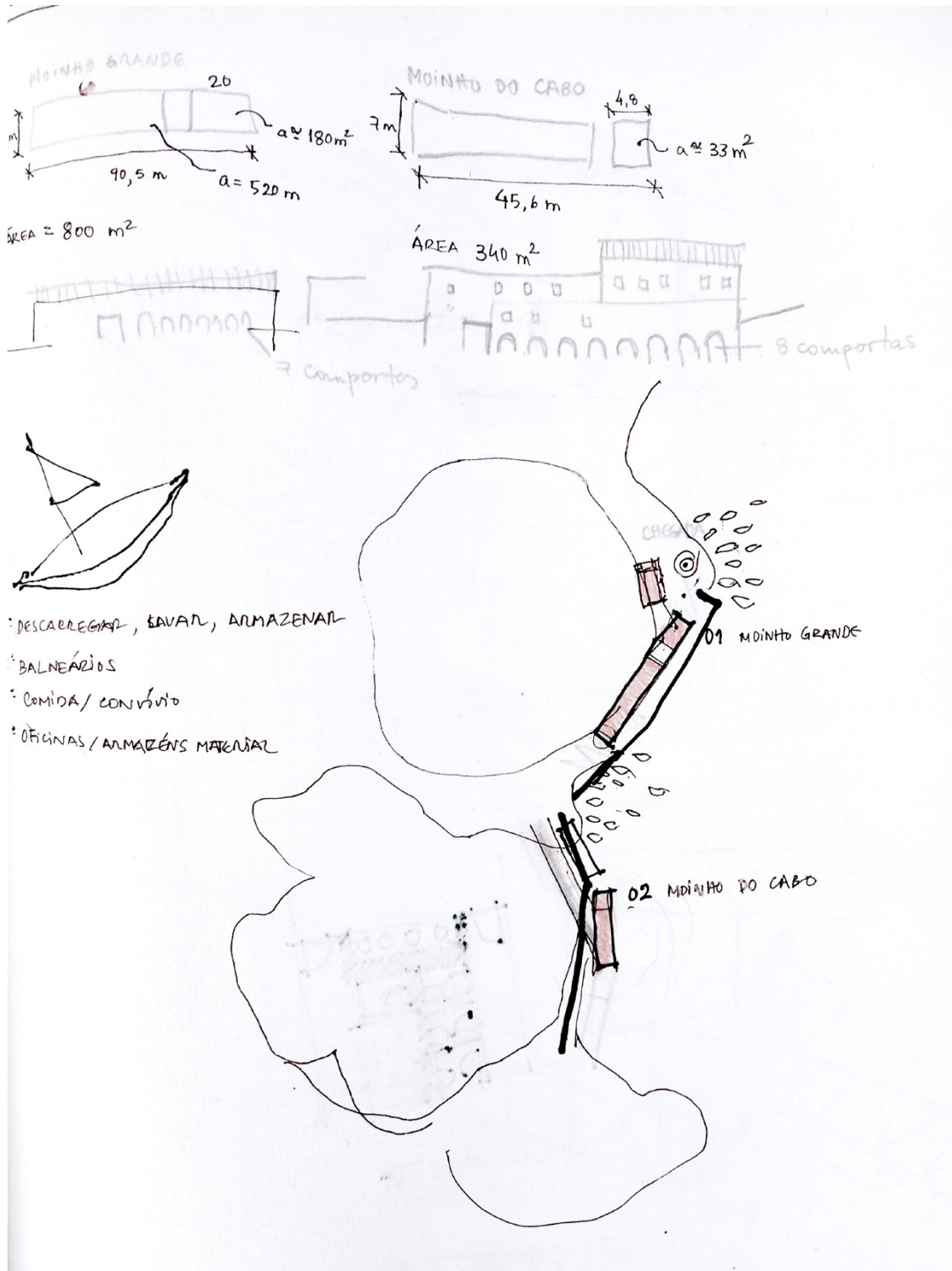


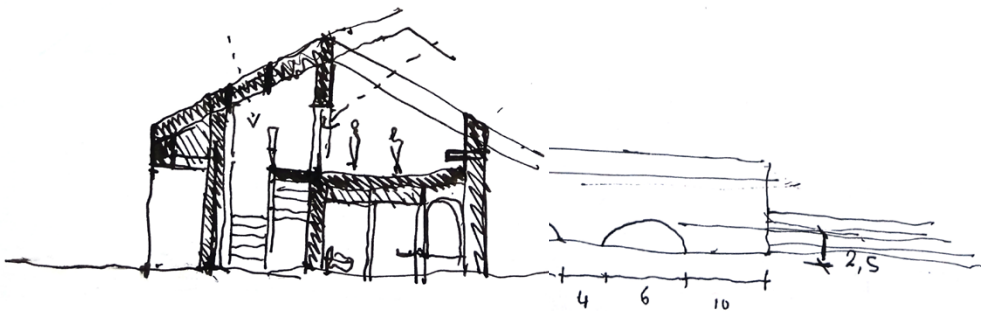
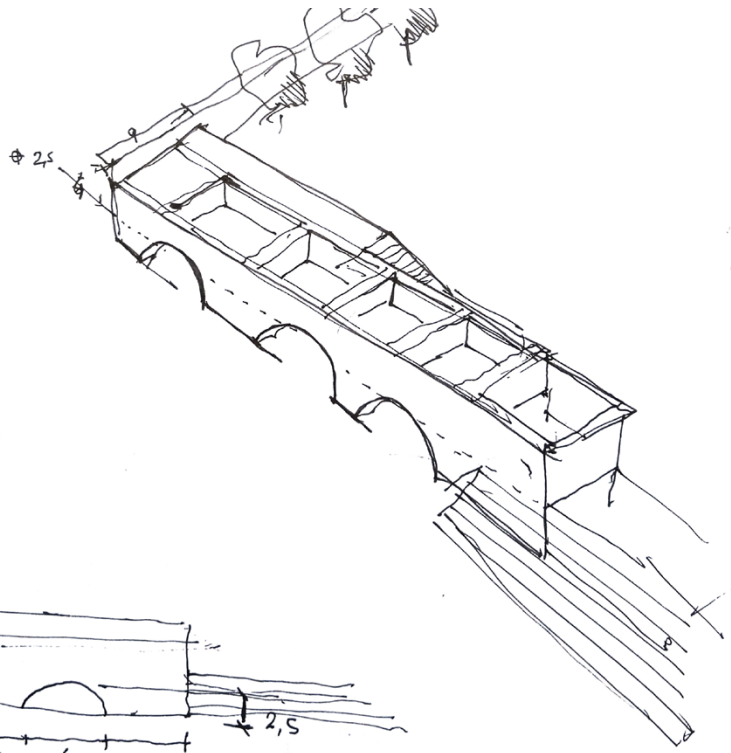
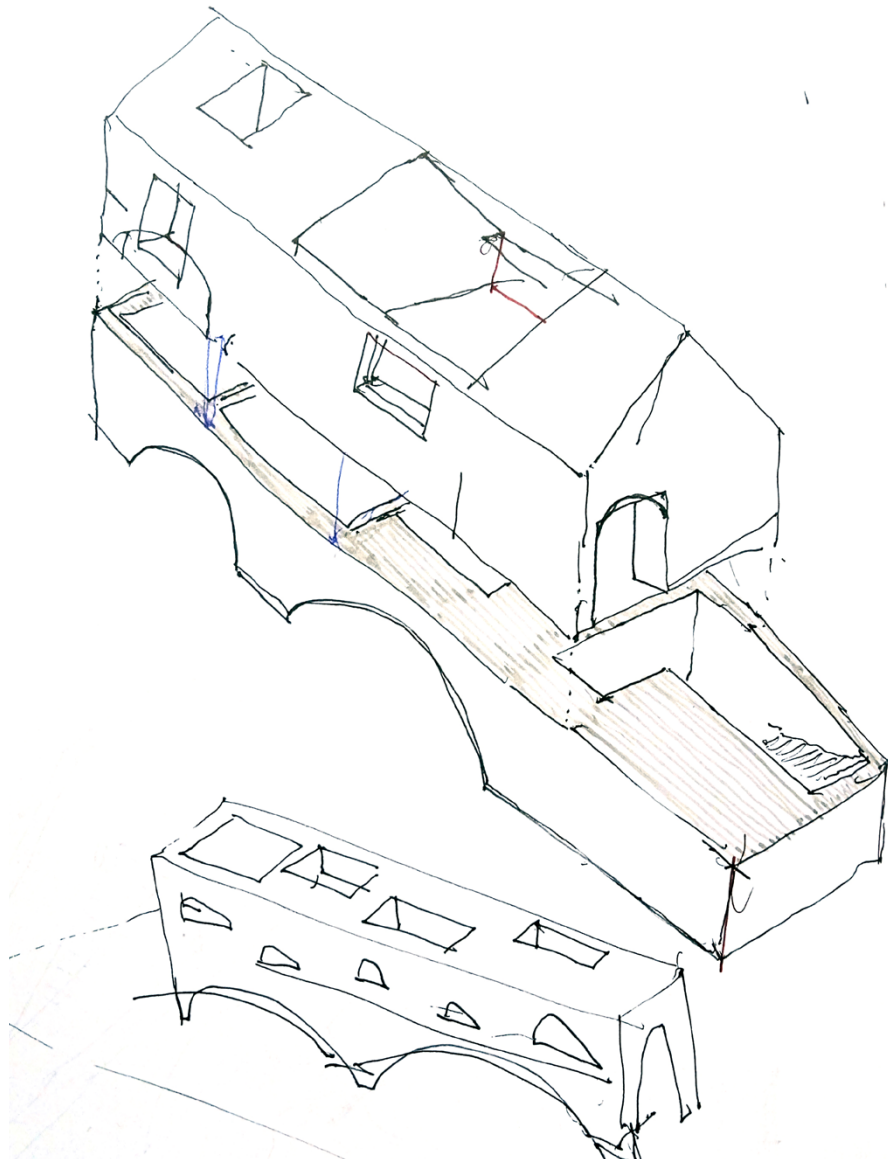


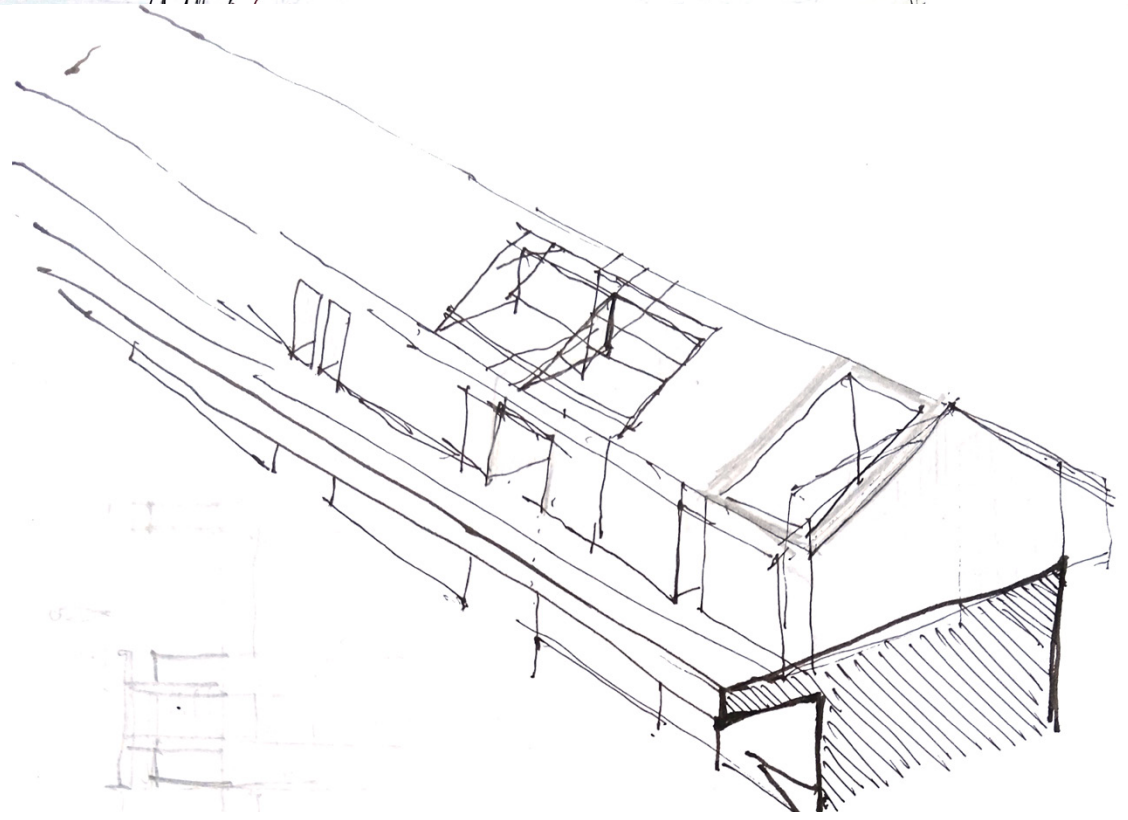
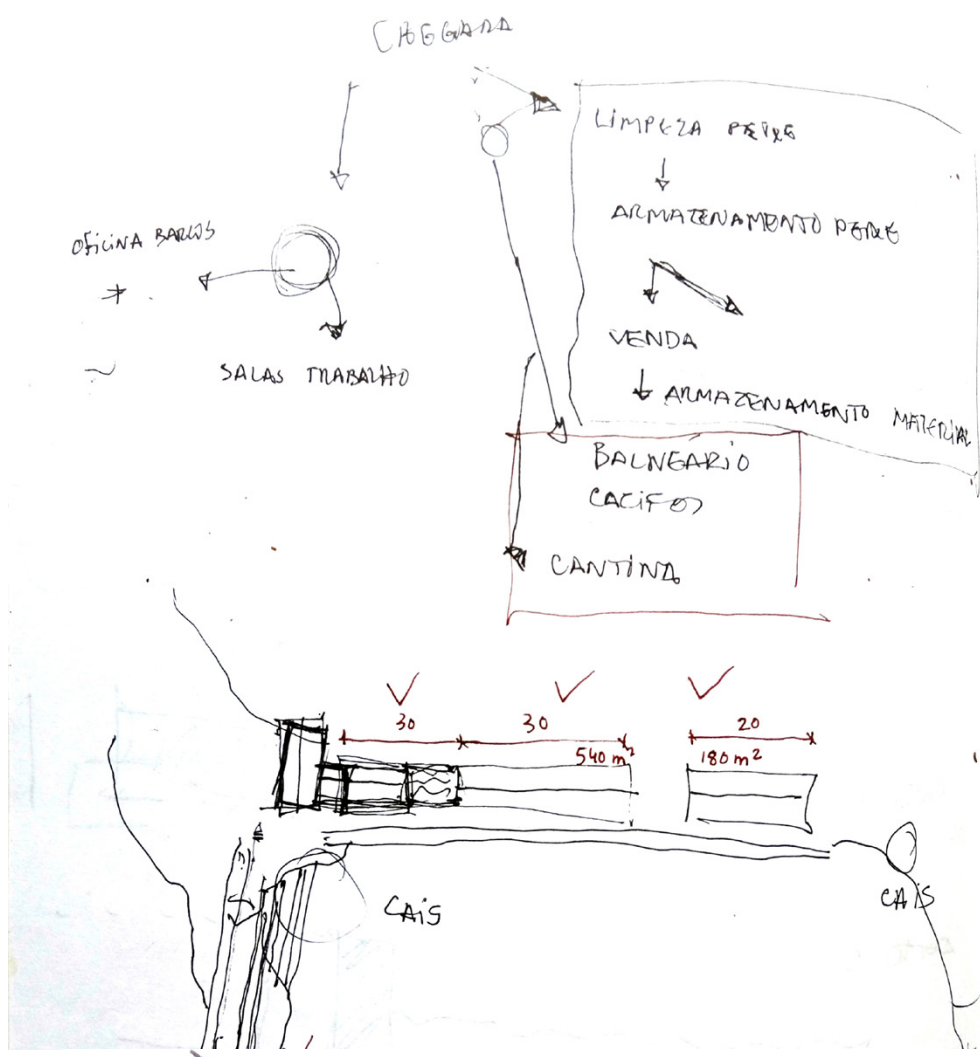


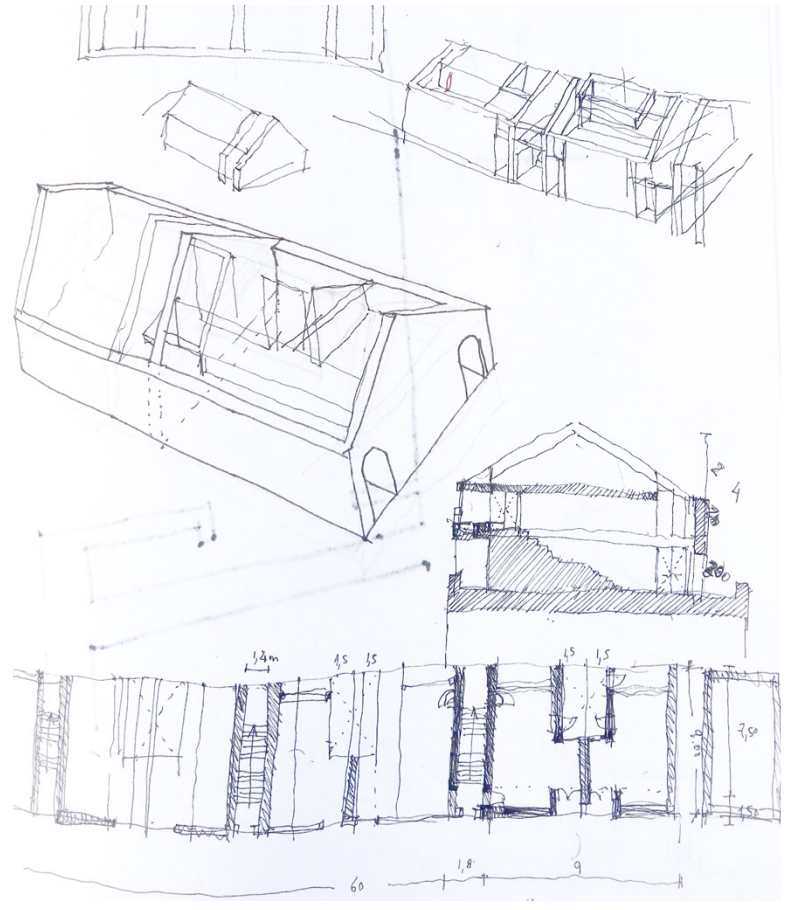
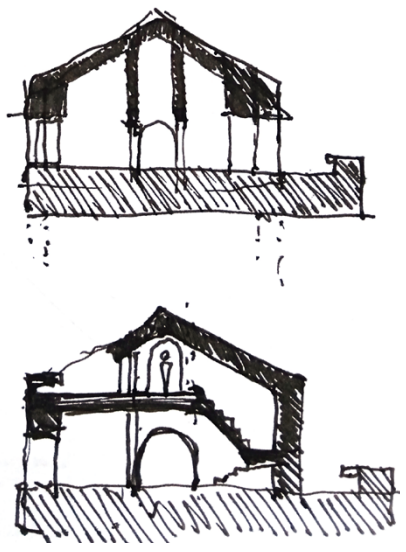
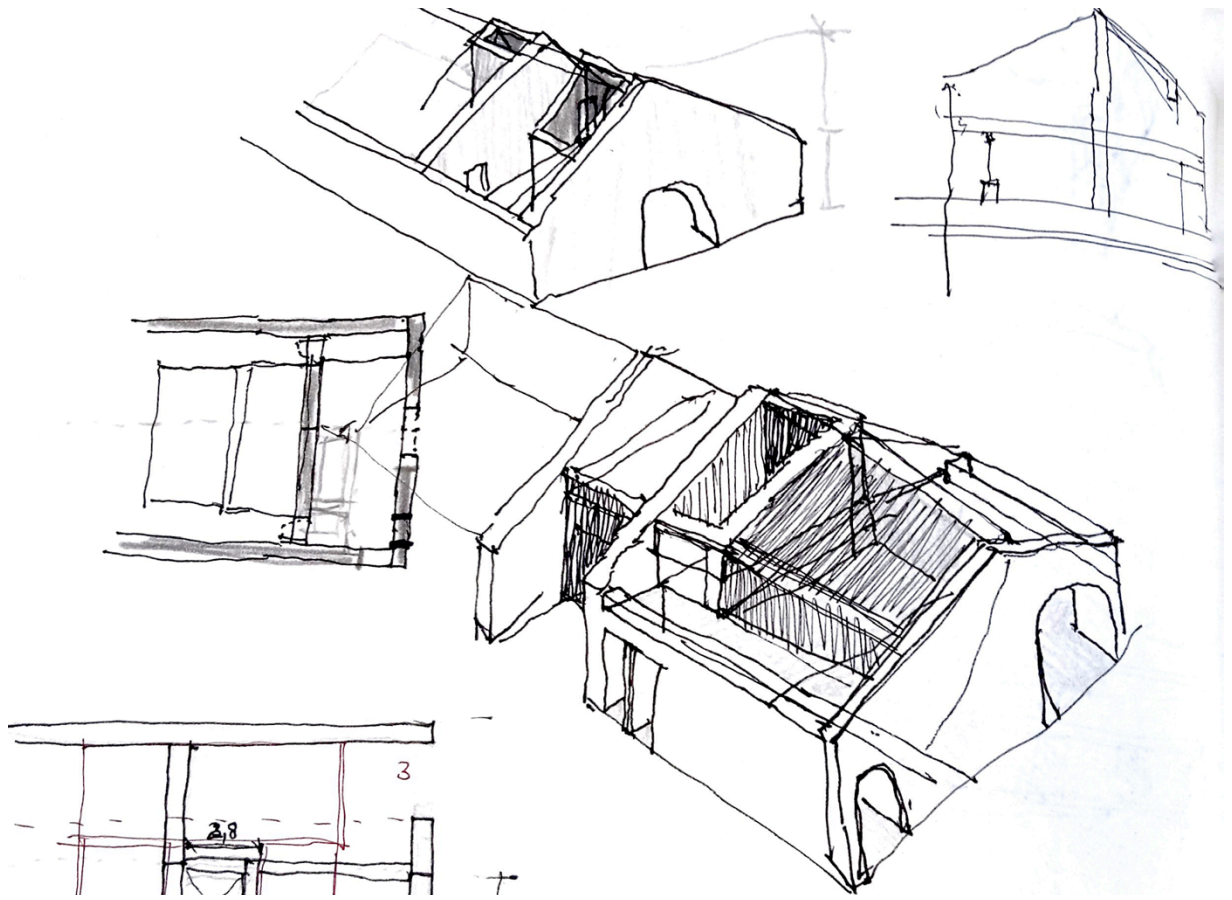


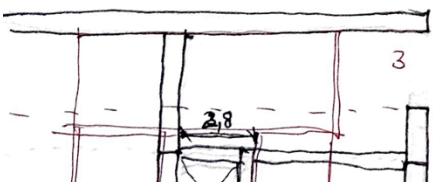
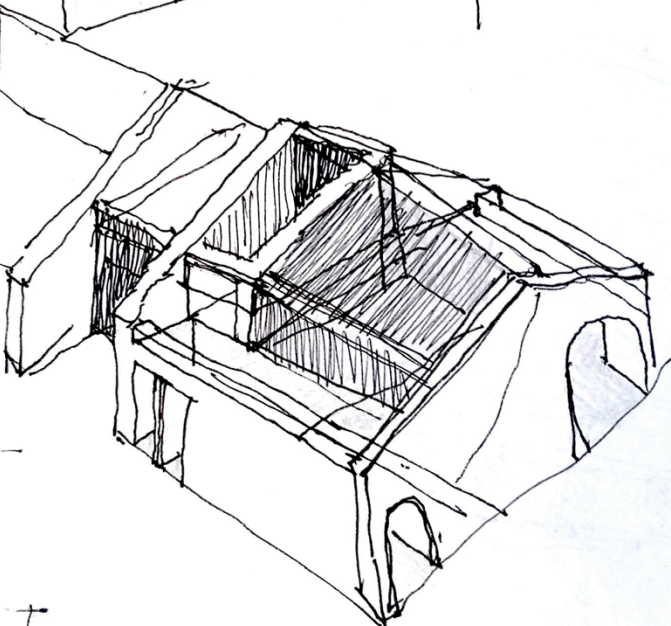
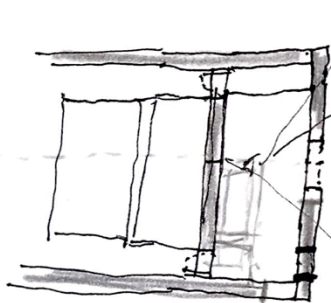
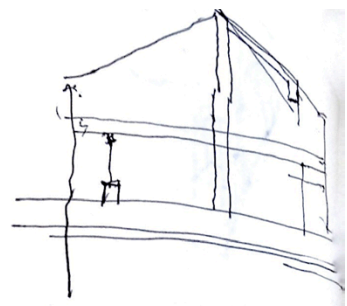
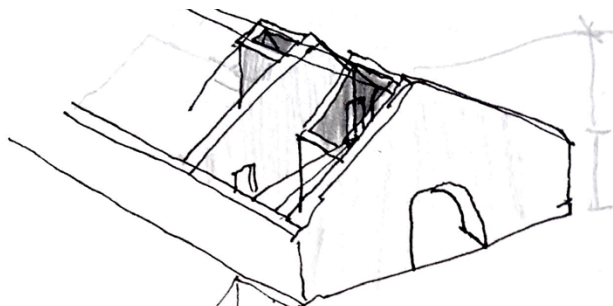
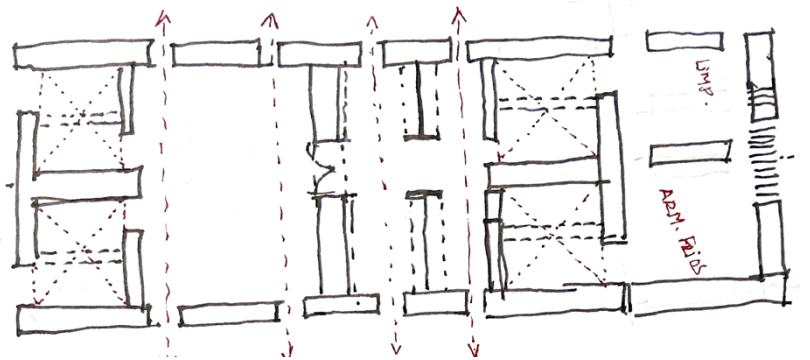
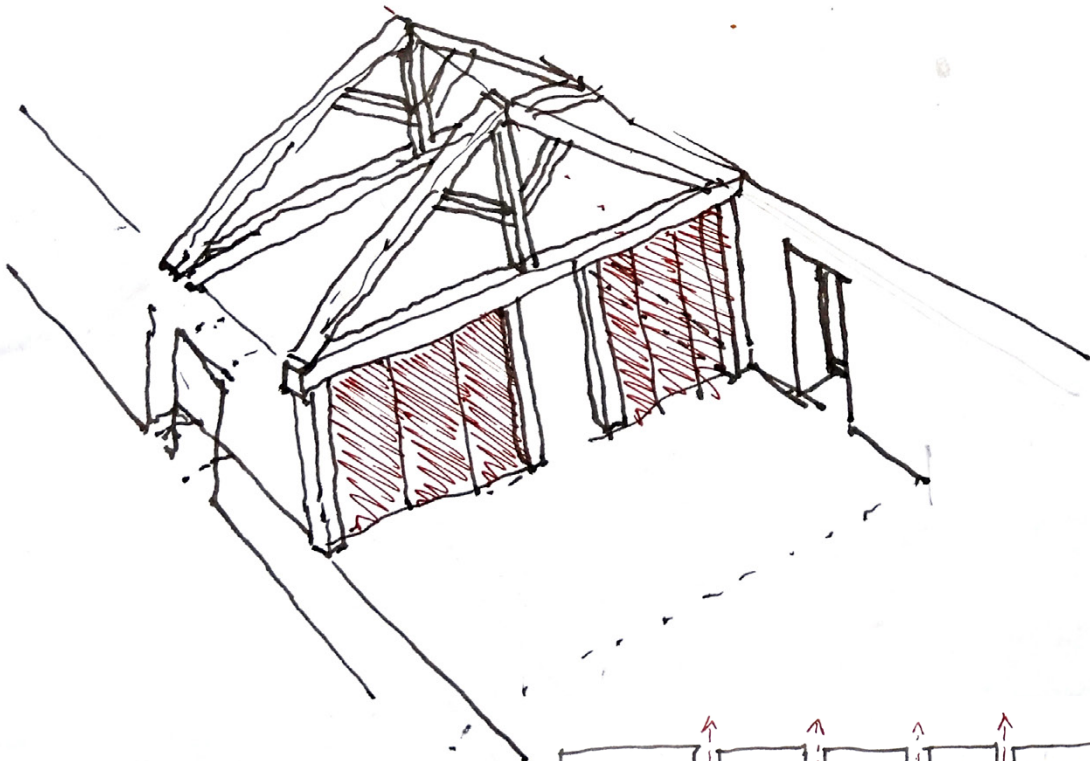


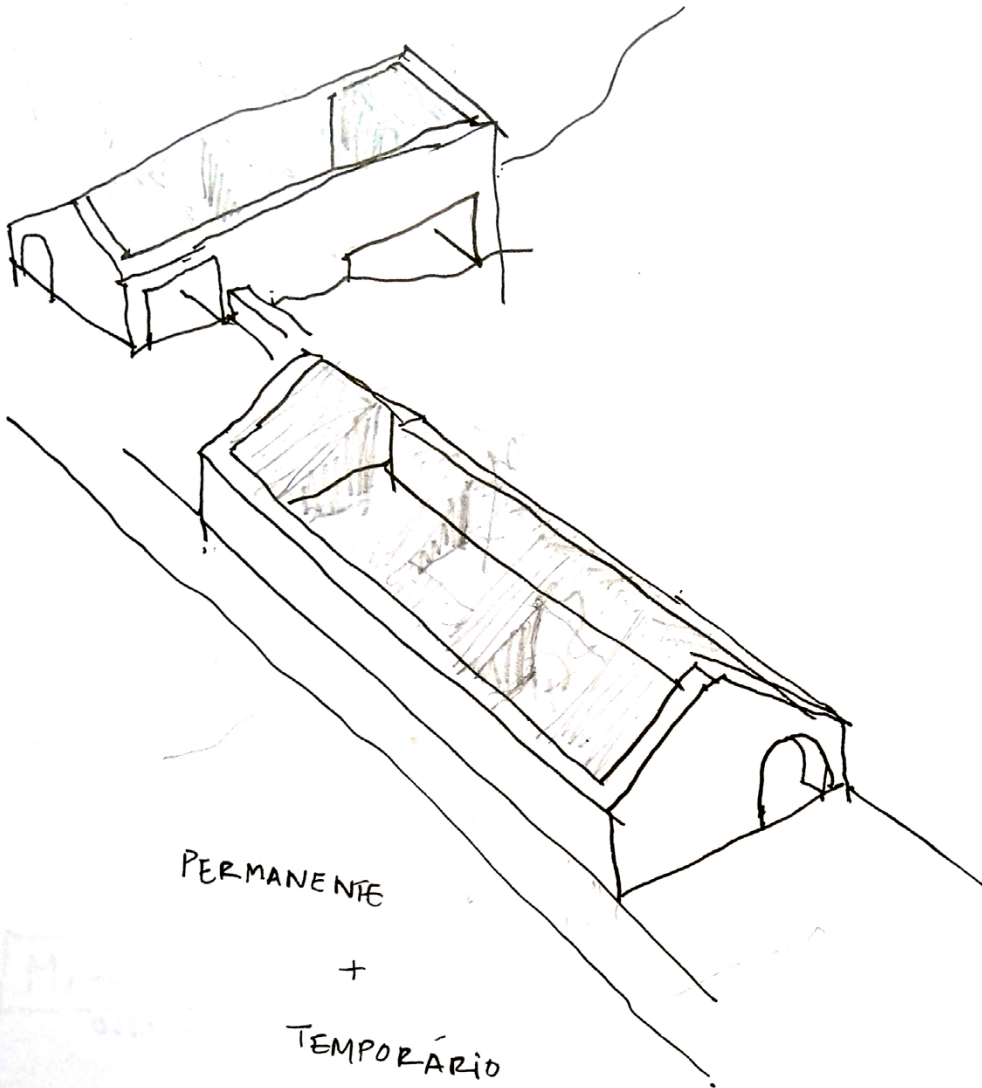
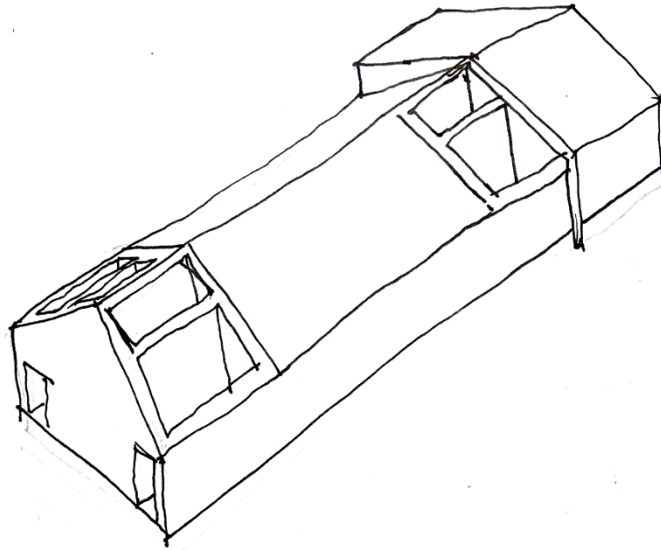








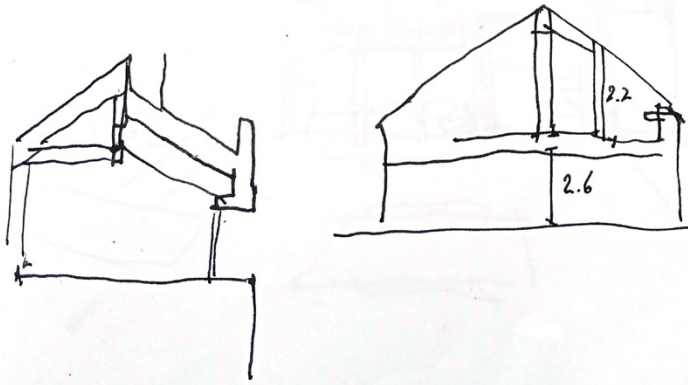
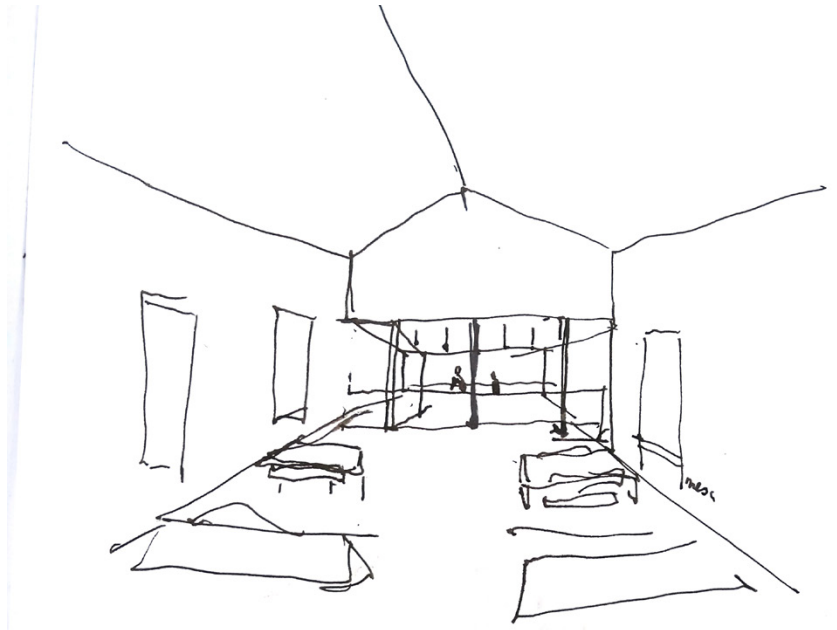


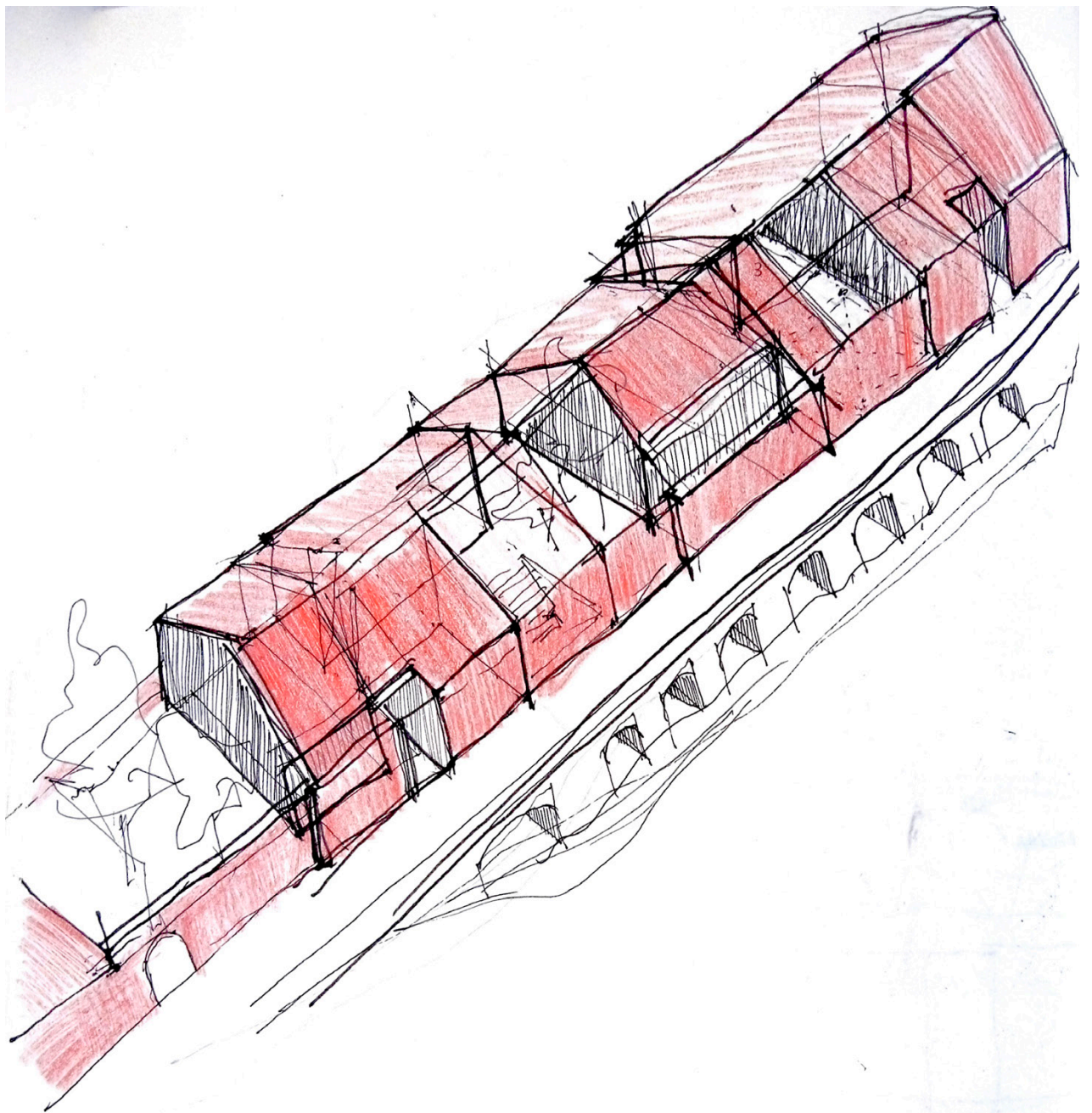


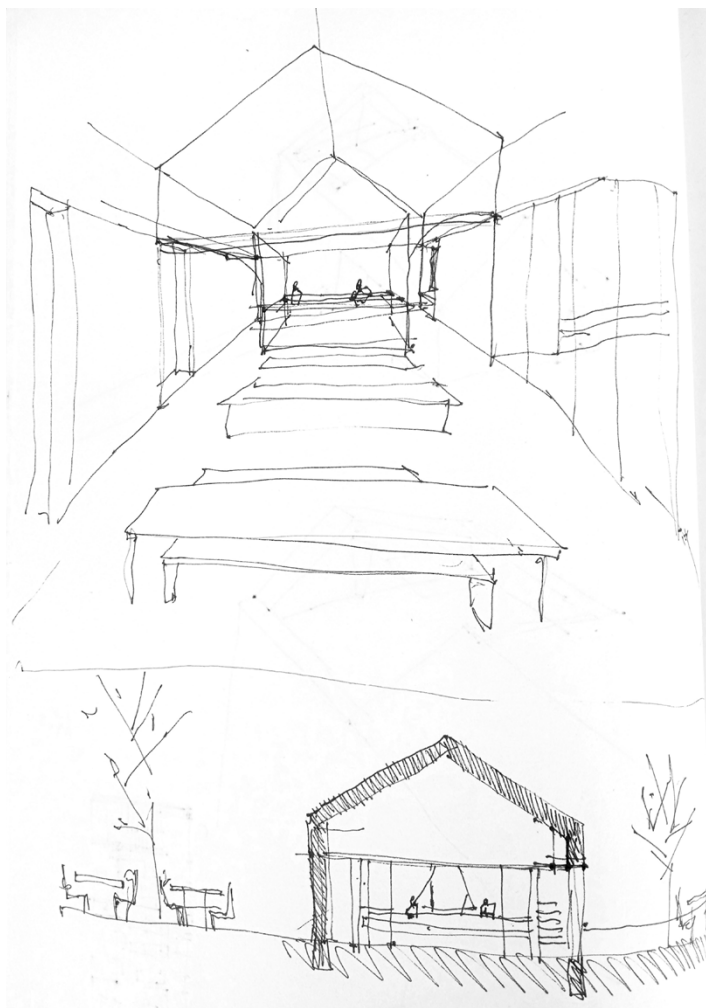
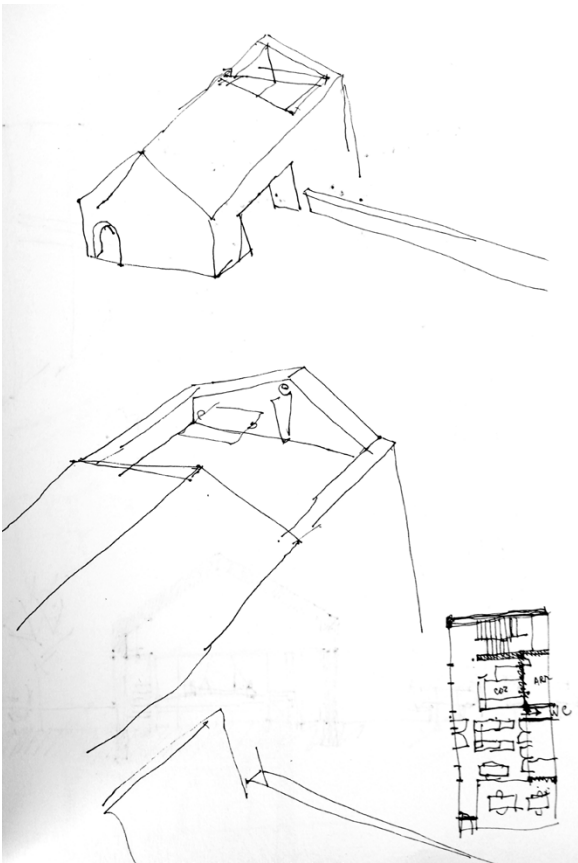
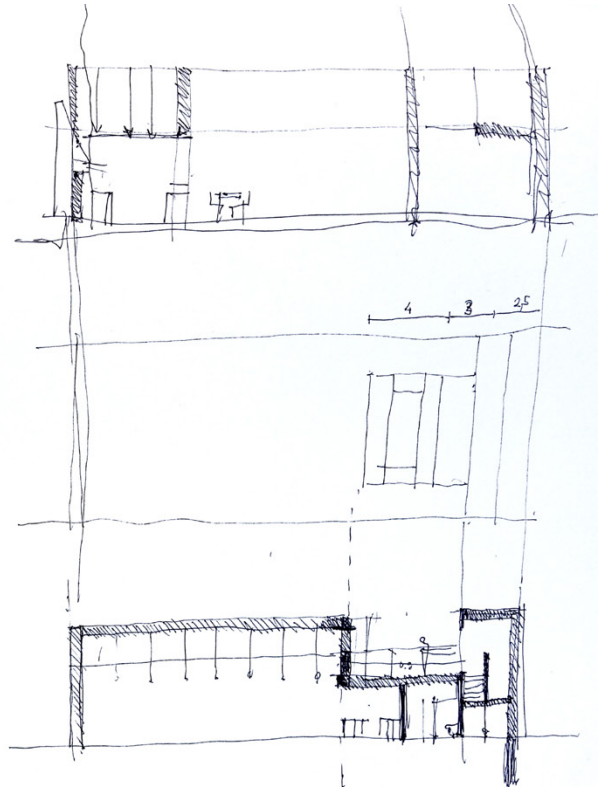
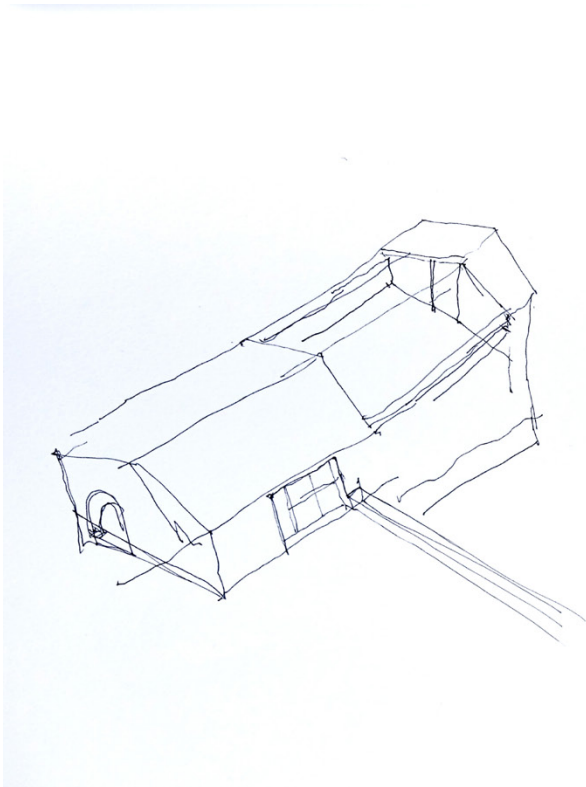
PERMANENTE

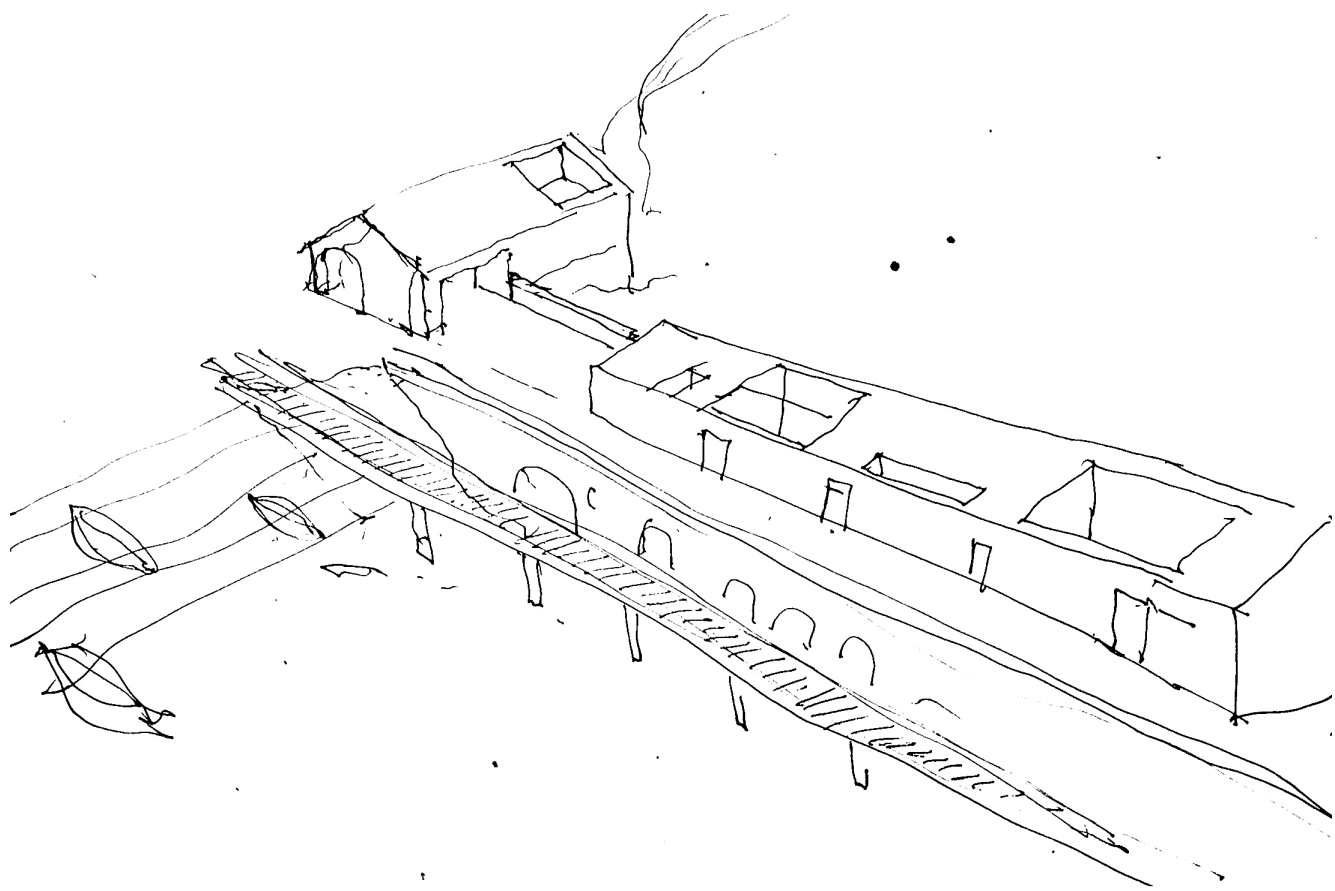
+

TEMPORÁRIO









c. Telas finais de projeto



Estuário do Tejo
 a) Barreiro
 b) Lisboa

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E CULTURAL



Quinta Braamcamp



Moinhos de Maré



Bico do Mexilhoeiro



Moinhos de Maré

PATRIMÓNIO ESTUARINO: ECOSISTEMAS E HABITATS



Sapal



Duna



Prado



Ostras

FRENTES RIBEIRINHAS



Frente ribeirinha do Tejo
Praia do Mexilhoeiro



Frente ribeirinha do Coia
Praia de Alburrica



1816



1845



1905



1940



1998



2022

ALBURRICA

Património Arquitectónico:

- A - Quinta Braamcamp
- B - Moinho de Maré Braamcamp
- C - Moinho de Maré Pequeno
- D - Moinho de Maré Grande
- E - Moinho de Maré do Cabo
- F - Bico do Mexilhoeiro

Praias fluviais:

- a - Praia do mexilhoeiro
- b - Praia de alburrica

Envolvente:

- 1 - Clube Naval
- 2 - Escola Secundária Alfredo da Silva
- 3 - Barreiro velho
- 4 - CUF
- 5 - Estação ferroviária do Barreiro



Estratégia de intervenção

O conceito de reabilitação e património adquiriram no âmbito da intervenção proposta, um significado mais amplo, abrangendo as diversas tipologias de edificações, e, simultaneamente, os sistemas ecológicos e a paisagem, as atividades produtivas existentes mas também os valores comunitários, simbólicos, lúdicos e culturais presentes neste território. Reabilitar assume-se assim enquanto acto que convoca a memória e enquanto matéria de construção do futuro - uma resposta à sua complexidade e aos desafios que coloca. No limite constitui um

simples instrumento de mediação que contrariando as tendências da velocidade, da obsolescência, e da degradação, vise o estabelecimento de novas vinculações entre o espaço, o suporte natural, o tempo e a sociedade, tornando iminentes as habitabilidades futuras. Tendo em consideração estes designios, a relevância deste lugar para a população envolvente, bem como a importância da cidade do Barreiro a nível metropolitano, estruturou-se o projeto de reabilitação em torno de duas escalas:

Reabilitação da paisagem (a e b)



a) Requalificação das frentes ribeirinhas. Neste âmbito propõe-se a reposição do sistema dunar enquanto importante ação de defesa da linha costeira face ao expectável avanço da água. Junto às praias do Mexilhoeiro (frente ao rio Tejo, zona A), nos terrenos que se encontram hoje aplanados, impermeabilizados e murados, e que outrora estiveram ocupados pelos edifícios fabris da corticeira da Quinta Braamcamp, propõe-se a criação de um parque dunar. Este parque dunar cumpre objetivos ecológicos e de proteção da paisagem, ao mesmo tempo que constitui um espaço de usufruto público. Neste âmbito destaca-se a definição de uma infraestrutura linear que se constitui simultaneamente enquanto passeio ribeirinho elevado, na sua cota mais elevada, e espaço disponível para diversos usos e atividades de lazer (instalações sanitárias públicas, armazéns de materiais náuticos, pequenos pontos de venda de bebidas, estacionamento, entre outros) na sua cota mais baixa. Salienta-se ainda a criação de um conjunto de passadicos que permitem o atravessamento do parque, sem comprometer o frágil metabolismo dunar. Junto à praia de Alburrica (frente ao rio Coia, zona B), a reposição do sistema dunar é realizada recorrendo à mesma lógica, assente na linha infraestrutural. Esta estratégia permite criar um sistema de defesa natural contra a subida da água, reforçar a acessibilidade dentro do território de Alburrica - conectando as diferentes estruturas arquitetónicas e as frentes ribeirinhas - e suportar um conjunto diversificado de funções, sem prejuízo das dinâmicas ecológicas.

b) Reabilitação do sapal e do sistema de caldeiras dos moinhos de maré. O sapal é um habitat natural estuarino da maior importância, como é descrito no capítulo anterior. Além de uma importante reserva de biodiversidade, atua como filtro natural de partículas poluentes, tanto do solo como do ar que o envolve. No contexto da cidade do Barreiro e da Área Metropolitana de Lisboa, é assim fundamental a sua preservação. Em simultâneo, a recuperação do sistema de caldeiras e respetivos moinhos - uma paisagem definida em torno do aproveitamento de uma energia renovável -, assume uma importância estratégica nos tempos atuais, onde os desafios das alterações climáticas exigem a redução de consumo de combustíveis fósseis.

Reabilitação da arquitetura (A e B):

Núcleo de Cultura e Lazer Braamcamp (A)

A proposta de projeto de reabilitação na Quinta Braamcamp, que envolve o corpo edificado principal e o moinho de maré adjacente, prevê uma nova utilização para fins culturais e de lazer, de caráter associativo. Esta opção teve em consideração a forte tradição associativa da cidade do Barreiro, bem como os vínculos estabelecidos entre os seus residentes e este território. Enquanto valores sociais e culturais de elevada importância, estes atributos justificam a criação, renovação, e nobilitação de espaços dedicados ao usufruto público e às formas de organização coletivas existentes.



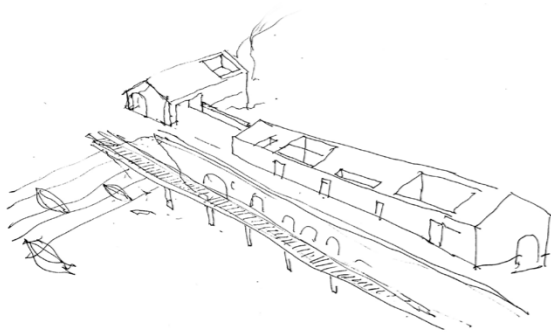
De forma a responder aos objetivos programáticos definidos e às necessidades de qualificação do património arquitectónico, introduzem-se novos elementos edificados pontuais que se distinguem claramente da pré-existência. Através de um conjunto de adições e subtrações (demolições) estabelece-se uma estratégia que visa a redefinição do espaço público envolvente e a clarificação formal do corpo original da quinta Braamcamp.

O acesso principal à quinta realiza-se por um portão junto à escola secundária Alfredo da Silva através de um caminho que estabelece a ligação entre este núcleo e a zona histórica do Barreiro. Neste percurso, é estabelecido o primeiro contacto com um corpo edificado de carácter industrial, cuja data de construção é posterior à do edifício principal. Entre os dois edifícios é criada uma praça de chegada, que gerando novas relações de intimidade e atribuindo uma escala humana ao lugar, se contrapõe à amplitude do território envolvente. Esta praça distribui todos os acessos do núcleo, criando uma relação visual previamente inexistente a norte com a caldeira e o moinho de maré, e a sul com as restantes paisagens. É ainda estabelecida uma gradação nos espaços exteriores, através da definição de espacialidades que adquirem níveis de interioridade crescente, desde a praça de chegada, ao pátio, até à entrada do edifício (acolhimento).

No nível térreo, estruturaram-se as dimensões programáticas relacionadas com o trabalho (labor): salas de workshops, sala polivalente, espaço de refeições, evocando na sua articulação com o pátio e a praça de acesso, a dimensão terrena das atividades humanas. No nível superior, a presença e o domínio sobre a vasta extensão do território de intervenção, determina o desenvolvimento de um programa mais relacionado com o acto de observar (observo), refletir e cuidar, constituindo o piso dedicado aos espaços expositivos.

Núcleo de Pesca Artesanal Moinho Grande (B)

Este núcleo localiza-se no sítio onde se encontrava o Moinho de maré Grande (antes da sua demolição) e as ruínas do Moinho do Cabo. São criadas três novas volumetrias, sendo que uma delas se situa no exato local onde existia previamente o moinho de maré Grande. Para isso recorreu-se à mesma escala altimétrica e características formais do edifício original. Os corpos propostos configuram o núcleo piscatório. O seu programa funcional teve em consideração a sequência das operações implicadas nesta actividade, bem como os gestos quotidianos e de convivência dos pescadores. Esta definição programática foi suportada nos contributos da antropóloga Sara Aranha, que estudou e descreveu as atividades diárias dos pescadores e apanhadores de bivalves informais no Barreiro, na sua tese de mestrado em estudos urbanos Terra do Nunca: uma etnografia sobre convivalidades, diversidade e (in)formalidade na cidade do Barreiro. A descrição lugares e



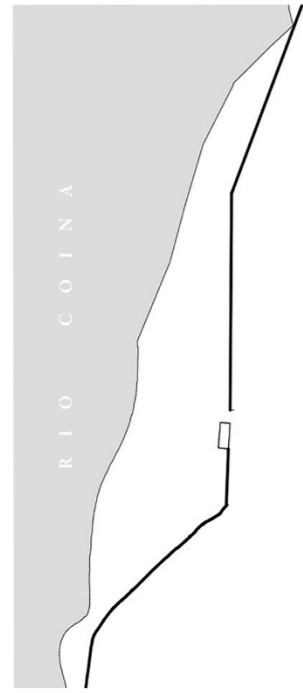
dade e (in)formalidade na cidade do Barreiro. A descrição lugares e das sociabilidades associadas às atividades da pesca realizada pela autora, permitiram evidenciar três elementos centrais - o 'bico de água', a 'mesa' e a 'casa', a partir dos quais se estruturou todo o projeto do núcleo piscatório:

O **Bico de Água** - Lugar de encontro quando os pescadores vêm da apanha e limpam os materiais e as roupas -, corresponde no projeto ao edifício destinado ao armazenamento e venda de pescado. Esta inclui a sala de limpeza do pescado, o armazém de frios e um espaço de loja e venda ao público.

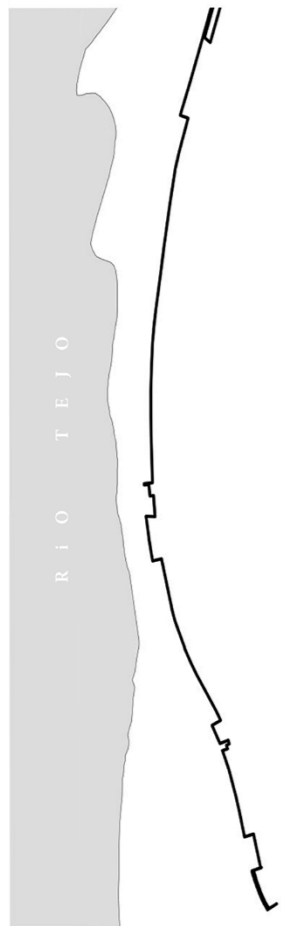
A **Mesa** - Lugar de refeições e de partilhas -, é materializada no edifício correspondente à cantina/convívio, que integra uma zona de refeições e uma área técnica.

A **Casa** - Lugar de abrigo, traduz-se a nível projectual no corpo edificado destinado aos espaços de trabalho. Funcionando como ponto de chegada e de acolhimento, este edifício é implantado entre os volumes anteriormente descritos, no local de passagem de água para a caldeira onde se situava o antigo moinho de maré Grande. As espacialidades deste novo elemento, que inclui também balneários, vestiários e instalações sanitárias, foram pensadas de modo a permitirem à máxima adaptabilidade e flexibilidade relativamente às necessidades dos seus utilizadores.



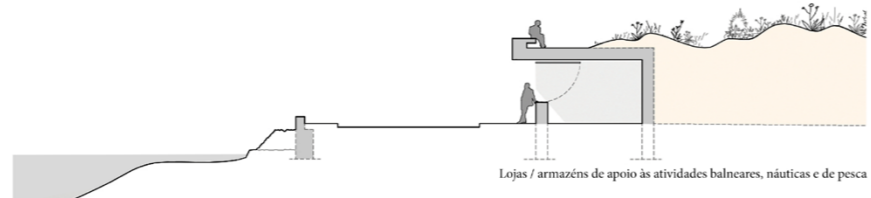
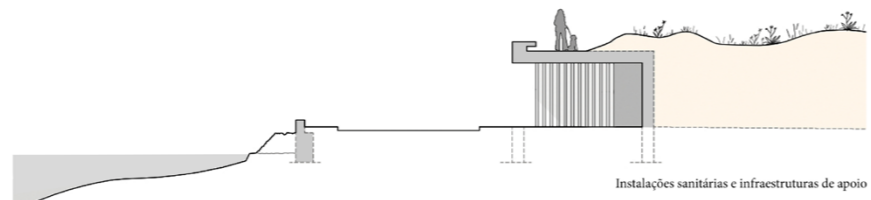
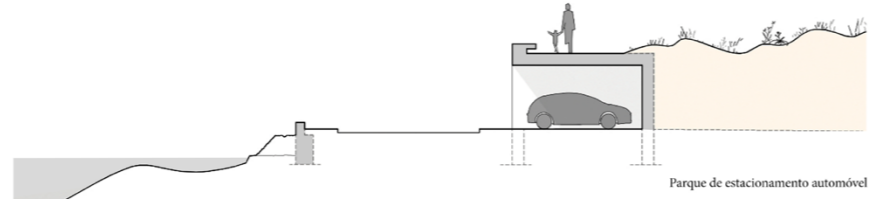
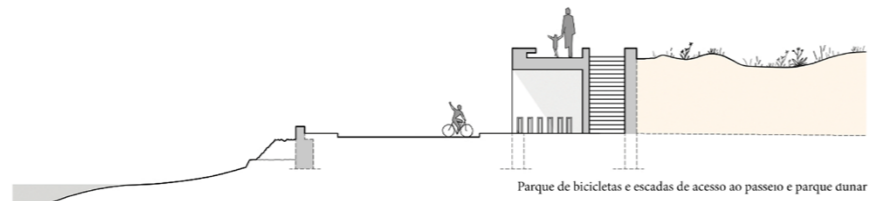
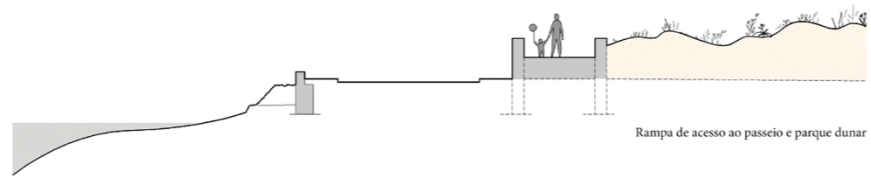


Frete ribeirinha do rio Coina

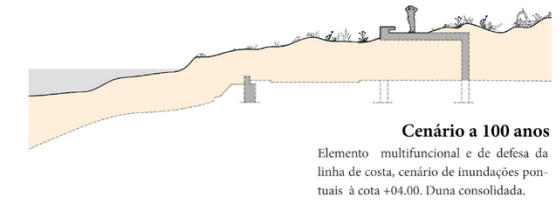
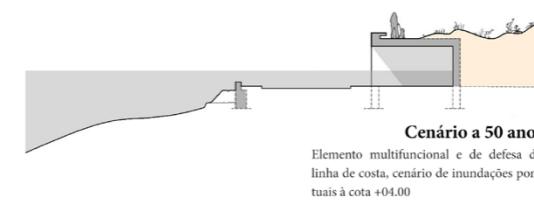
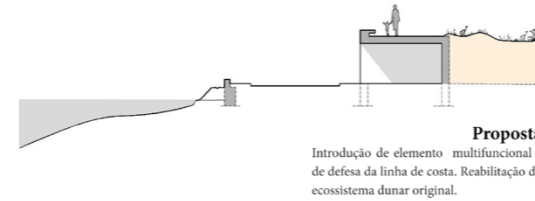
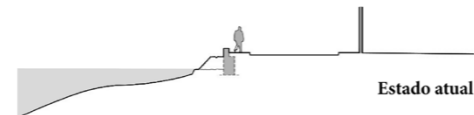


Frete ribeirinha do rio Tejo

Tipologias de uso

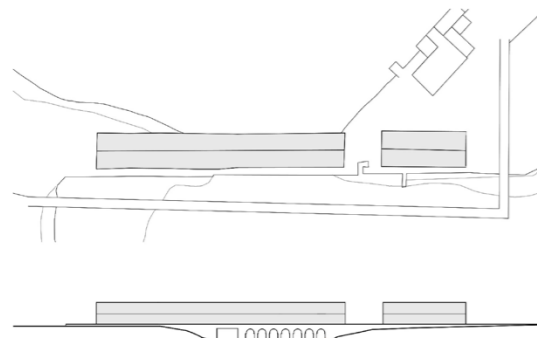


Evolução da Proposta

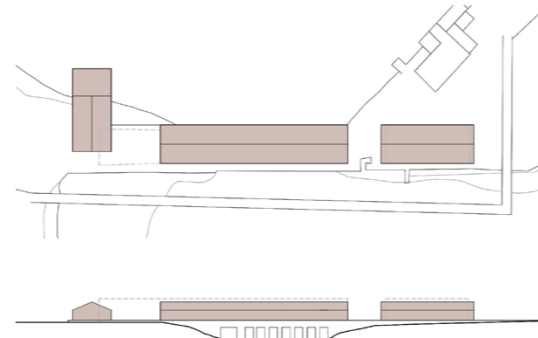


Cartografias à margem

Entre a informalidade e a ruína industrial: intervenção em territórios invisíveis da cidade contemporânea



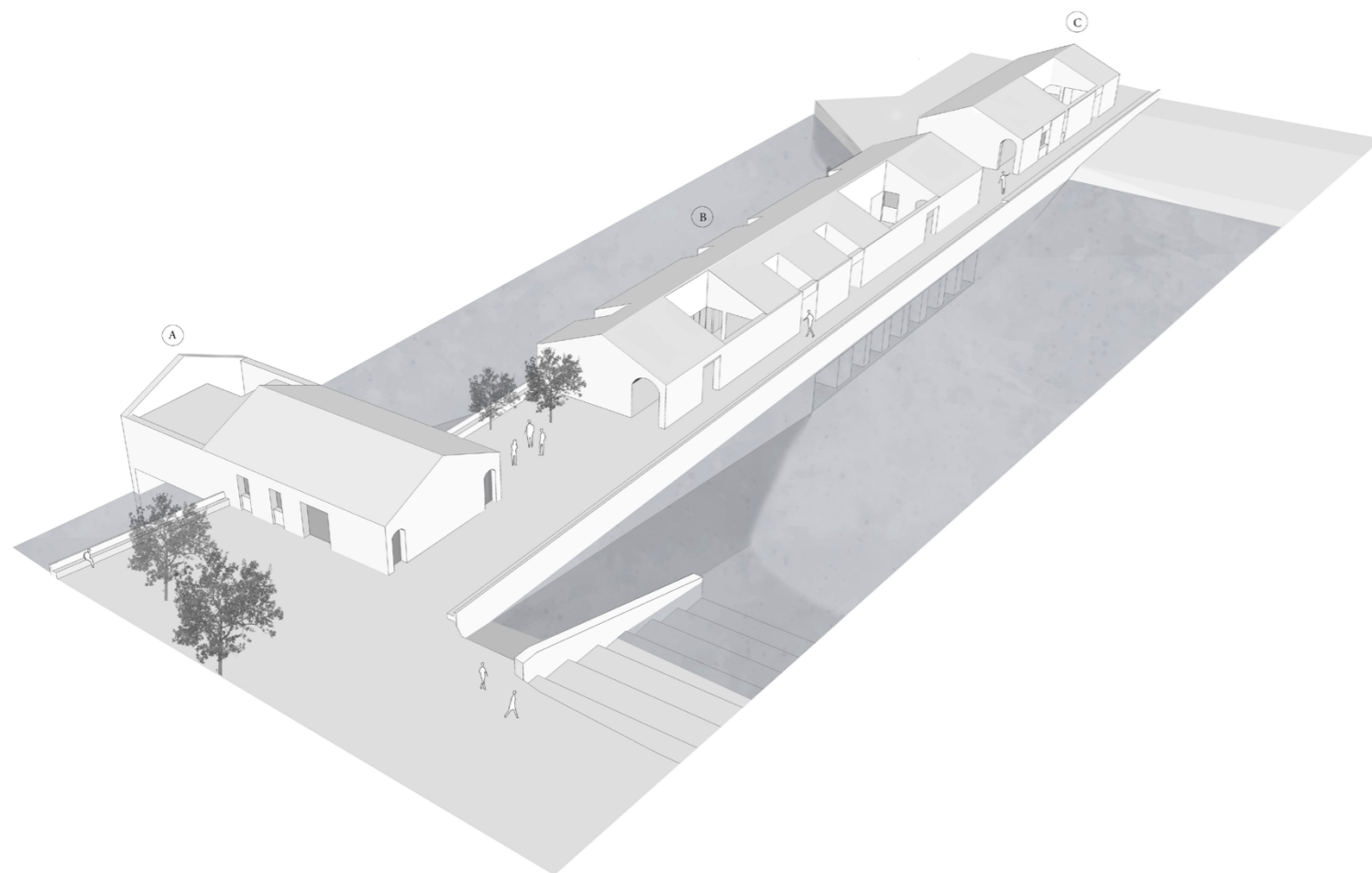
PRÉ-EXISTENTE (antes da demolição)

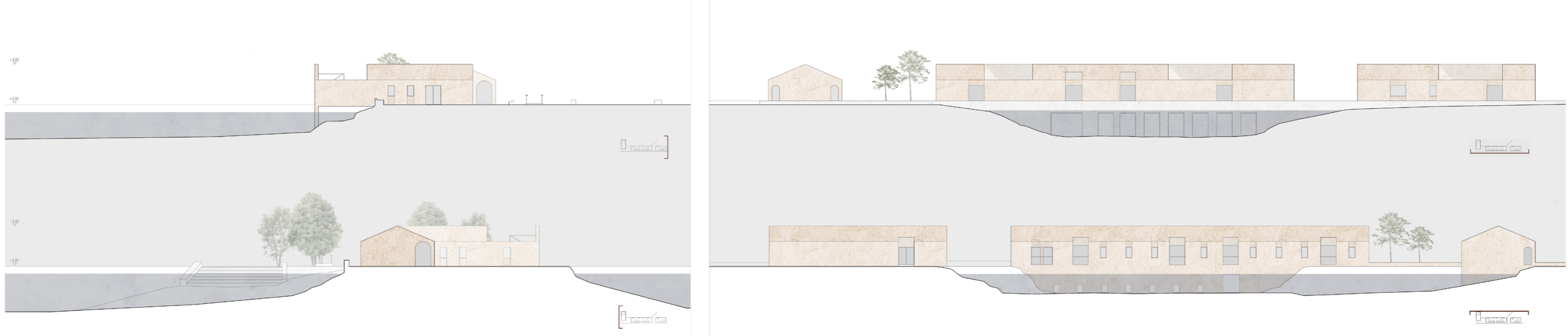
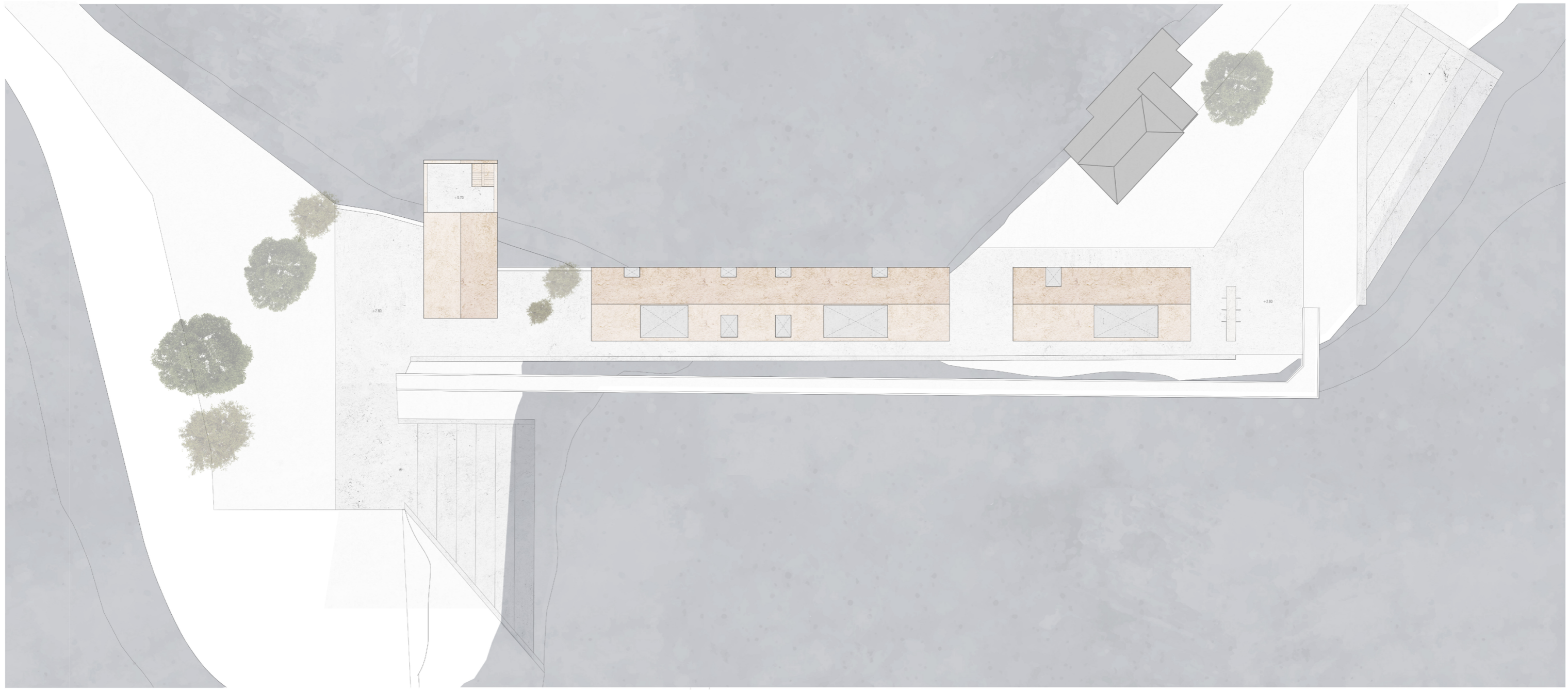


ADIÇÃO

PROGRAMA FUNCIONAL

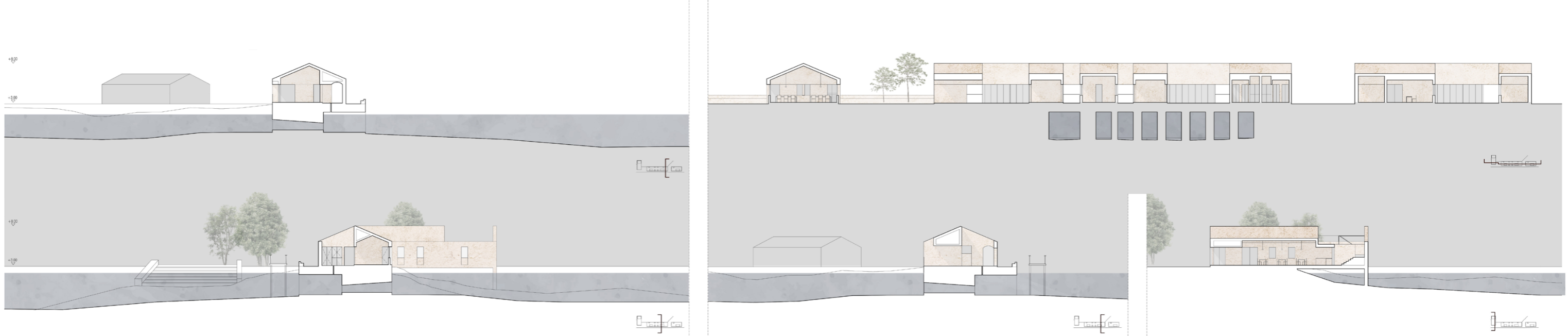
A CANTINA	191,70 m ²	B TRABALHO	182,60 m ²	C VENDA / ARMAZENAMENTO	104,20 m ²
Cozinha, copa e arrumos	38 m ²	Oficinas / Arrumos	122,30 m ²	Loja de venda + escritório	30,20 m ²
Instalações Sanitárias	25,20 m ²	Balneários / vestuários	60,30 m ²	Sala de depuração do pescado	50,70 m ²
				Armazéns de peixe	68,30 m ²

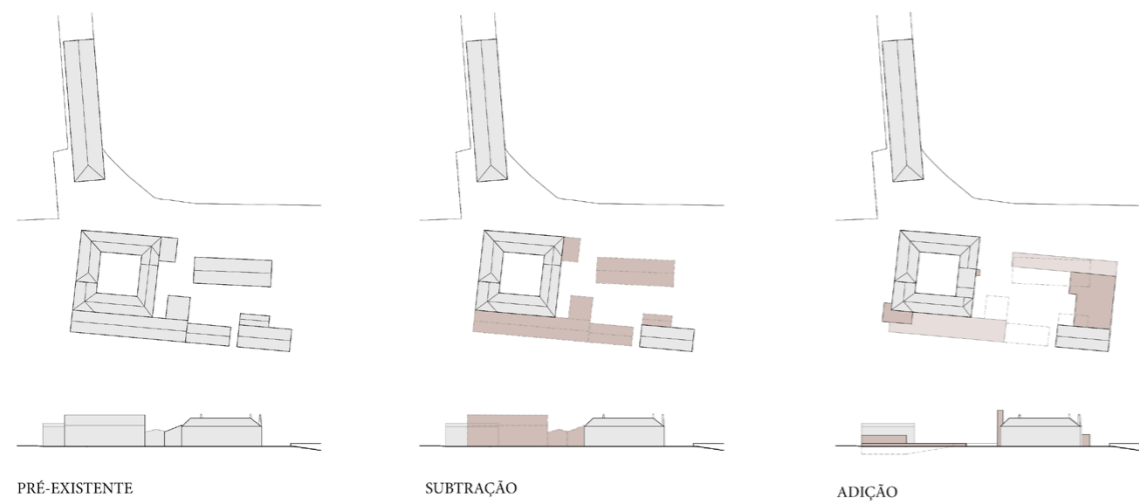






- LEGENDA**
- 1 Bar e Espaço de refeições
 - 2 Cozinha com acesso a arrumos e copa de sujos
 - 3 Espaços de trabalho / oficinas do material de pesca
 - 4 Arrumo de materiais de pesca
 - 5 Banheiros com vestuário e instalação sanitária
 - 6 Loja de venda do pescado com escritório
 - 7 Sala de limpeza / depuração do pescado
 - 8 Armazém
 - 9 Bica de água



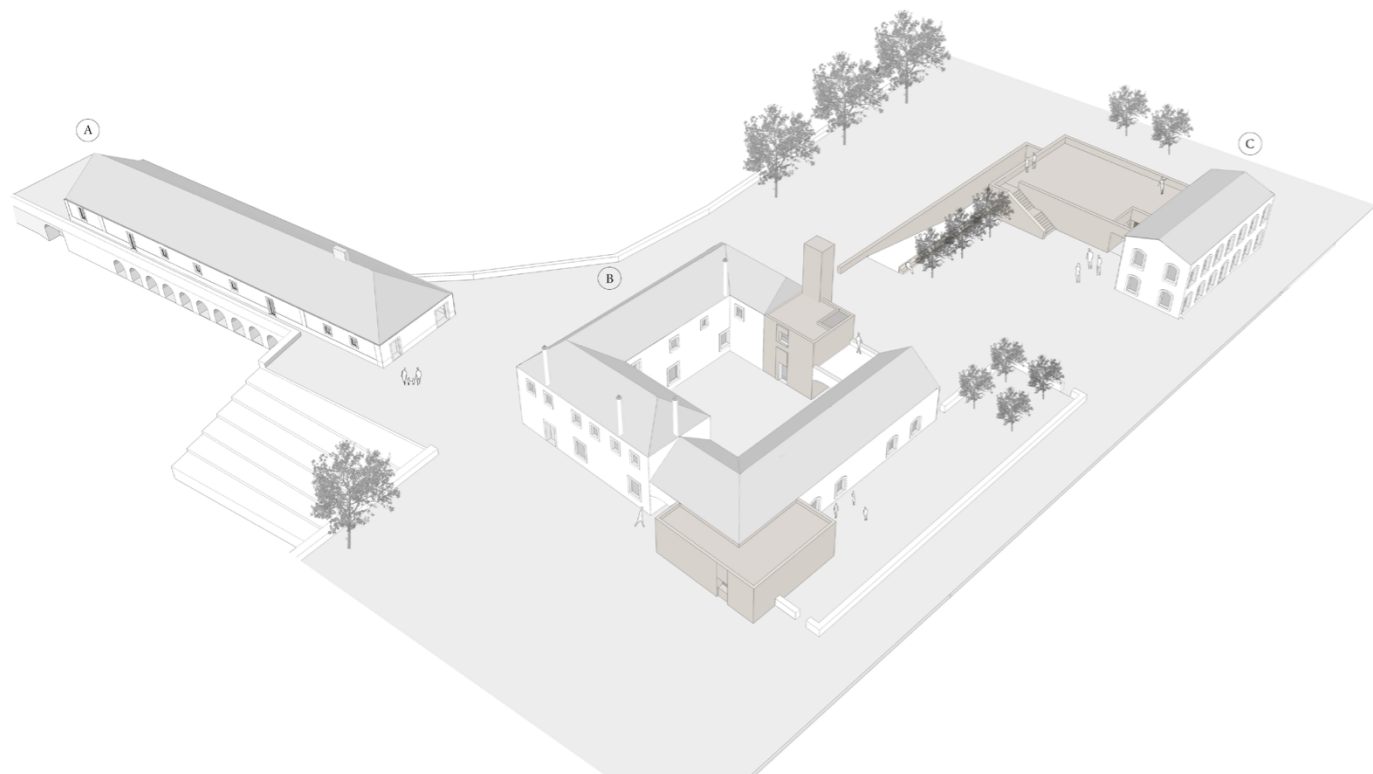


PROGRAMA FUNCIONAL

A	MERCADO / RESTAURANTE	642 m ²
	Instalações Sanitárias	83,15 m ²
	Instalações Sanitárias	29,60 m ²

B	PRODUÇÃO ARTÍSTICA / EXPOSIÇÕES	1138,30 m ²
	Salas de produção / workshops	239,40 m ²
	Sala polivalente	182,40 m ²
	Espaço de refeições / bar	145 m ²
	Exposições / Arquivo	349 m ²
	Instalações Sanitárias	30,50 m ²

C	AUDITÓRIO / ESCRITÓRIOS	662,40 m ²
	Auditório	152 m ²
	Vestuários	41,60 m ²
	Armazém	44 m ²
	Instalações sanitárias	36,90 m ²
	Escritórios / sala de reuniões	92,80 m ²
	Cafetaria	72,60 m ²





- LEGENDA**
- 1 Sala de arquivo
 - 2 Espaços expositivos
 - 3 Terraço exterior
 - 4 Escritórios para gestão da Associação de Cultura e Lazer Braamcamp, com pequena instalação sanitária
 - 5 Cafetaria de apoio ao auditório, com bar e copa de apoio
 - 6 Terraço exterior / miradouro para eventos ao ar livre



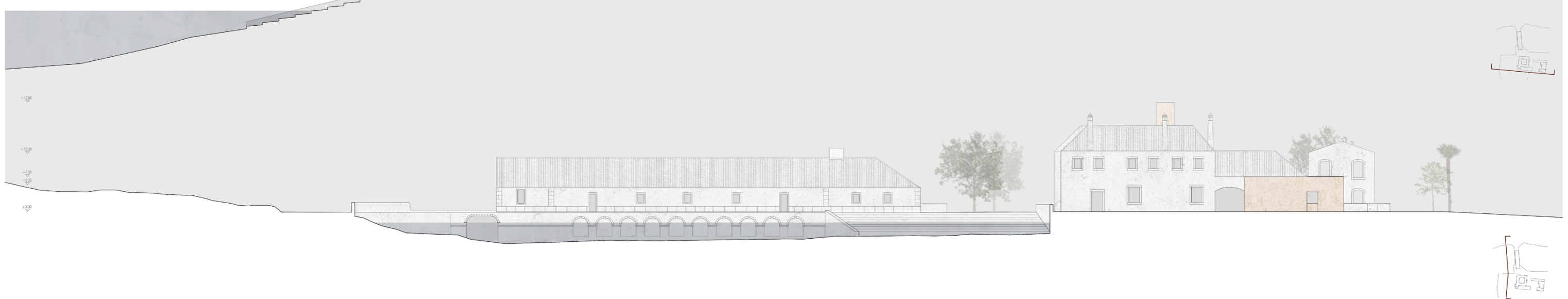
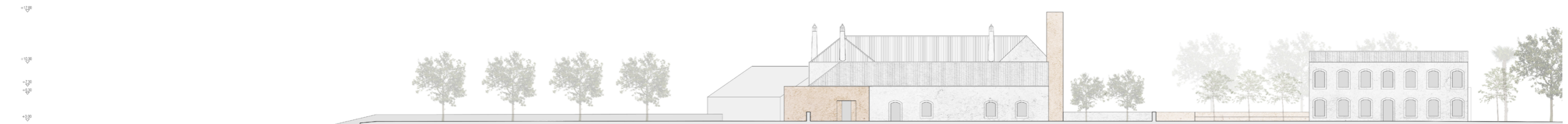
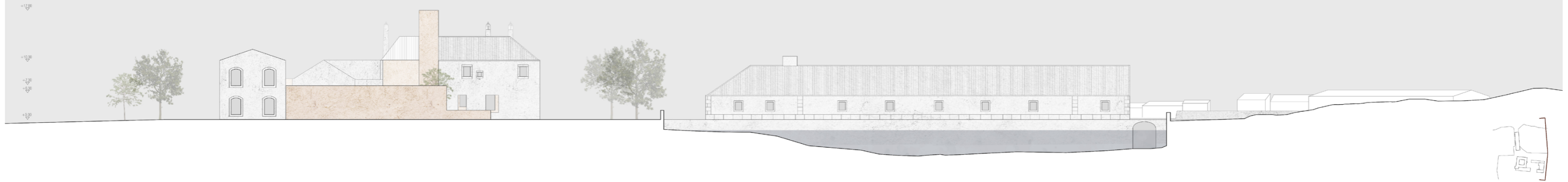
- LEGENDA**
- 1 Restaurante
 - 2 Copa de sujos com espaço de armazenamento, e ligação à zona de confeção
 - 3 Mercado informal de peixe
 - 4 Sala de preparação para venda
 - 5 Sala de recolha e armazenamento
 - 6 Oficinas / Salas de workshops
 - 7 Sala polivalente
 - 8 Bar
 - 9 Espaço de refeições
 - 10 Terraço exterior
 - 11 Horta comunitária com pequeno pomar
 - 12 Sala de reuniões e gabinetes de apoio à Associação de Cultura e Lazer Braamcamp
 - 13 Átrio de acesso ao auditório, com bilheteira e bengaleiro
 - 14 Auditório
 - 15 Camarins com instalações sanitárias
 - 16 Rampa de cargas e descargas de acesso ao palco e armazém

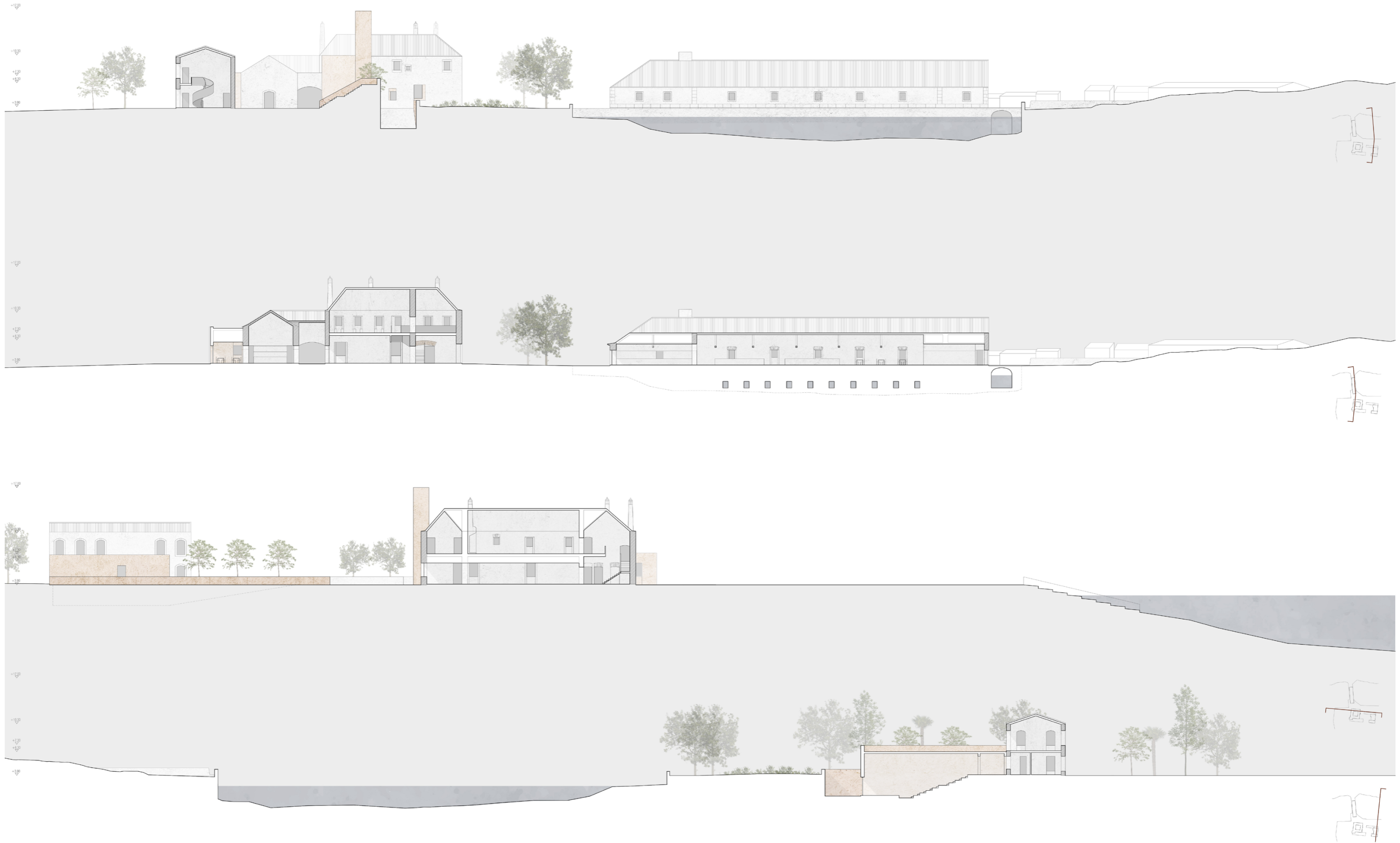




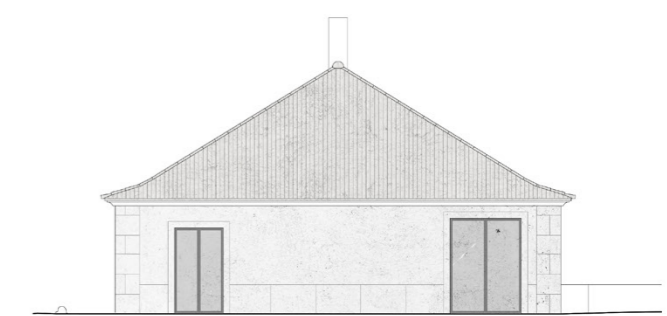
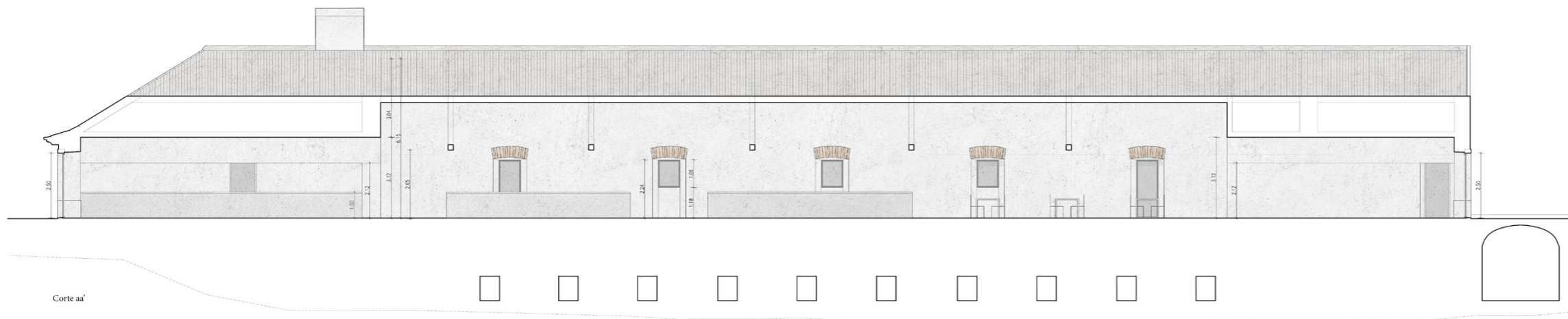
LEGENDA

- 1 Comporta de escoamento / retenção da água da caldeira
- 2 Setia (espaço de produção de energia à passagem da água)
- 3 Rampa de acesso a cargas e descargas
- 4 Armazém com acesso exterior
- 5 Auditório, palco

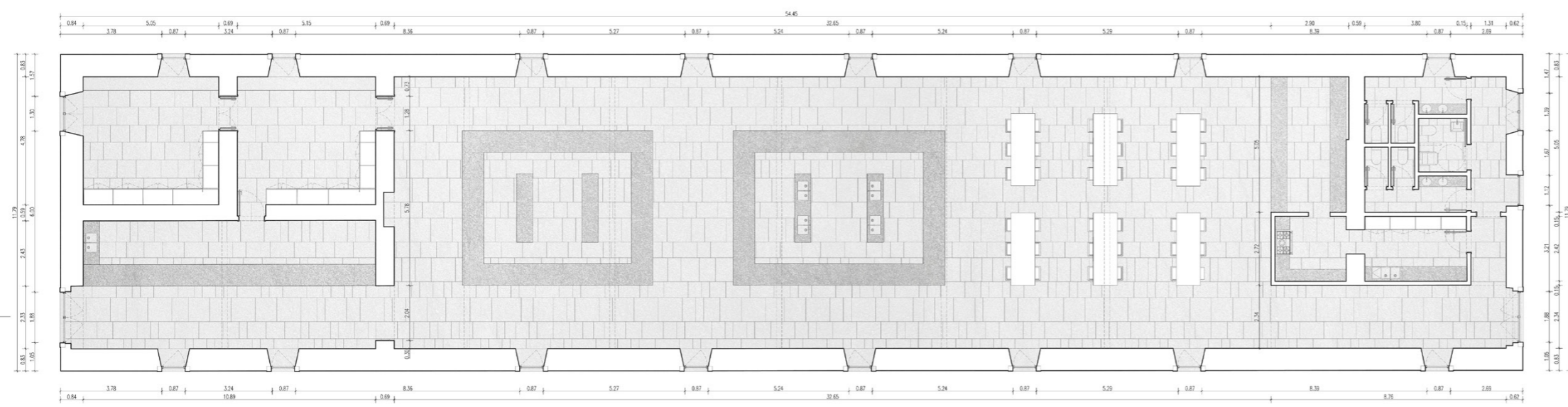




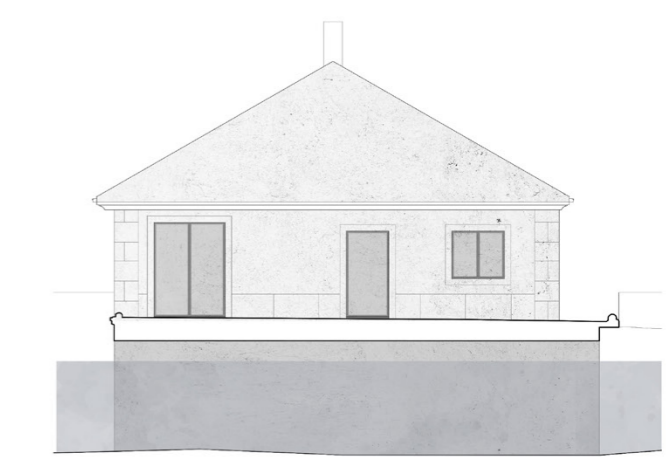




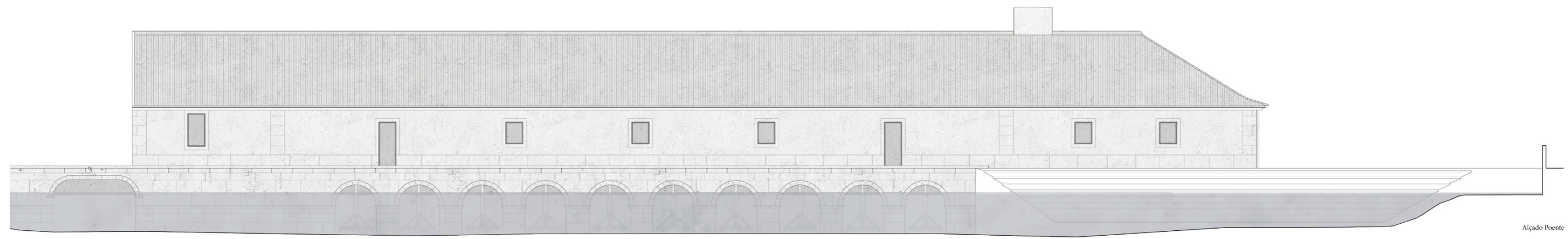
Alçado Sul



Planta do Piso Térreo

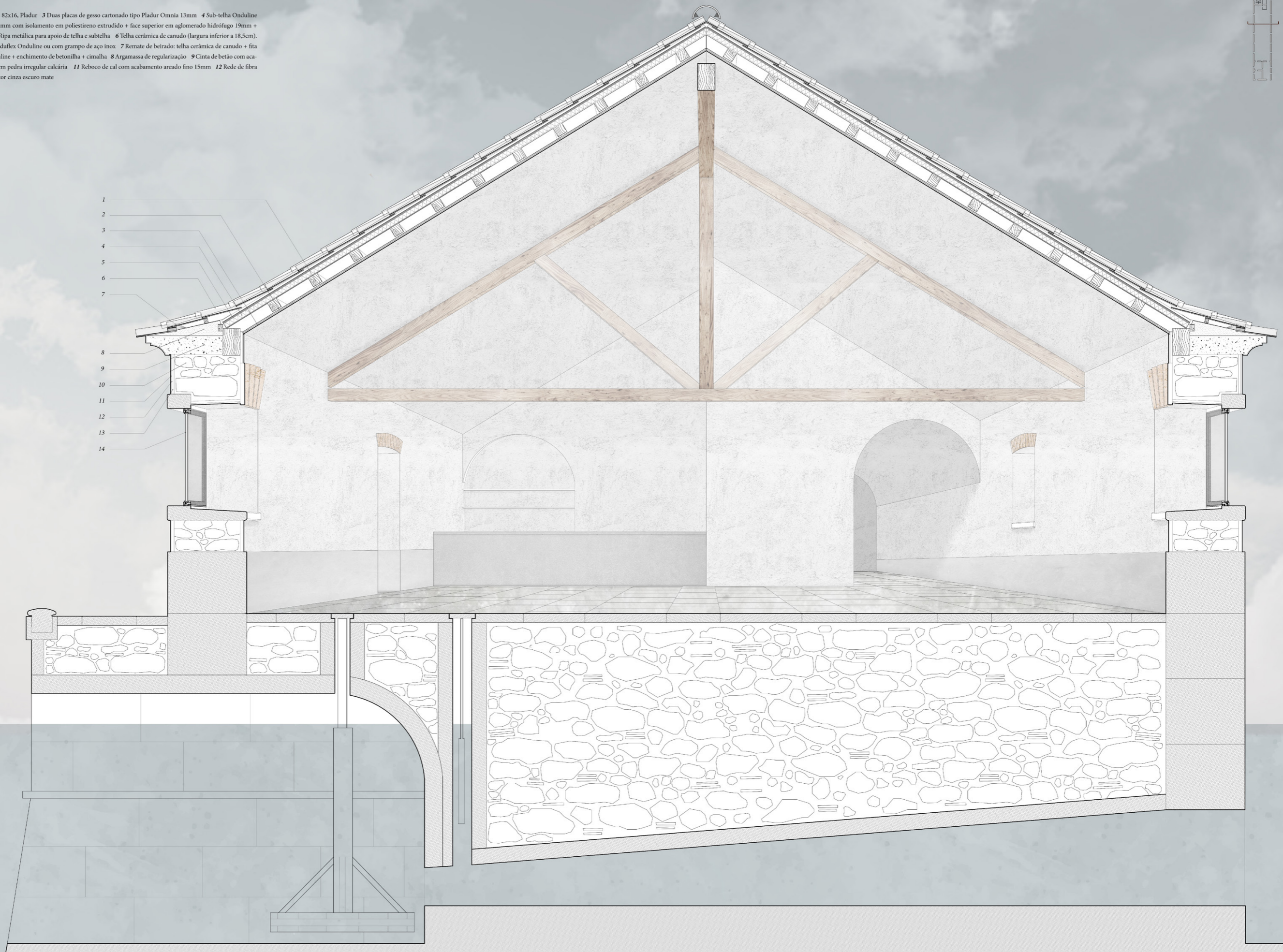


Alçado Nascente



Alçado Poente

1 Estrutura de madeira 2 Perfil metálico Maestra 82x16, Pladur 3 Duas placas de gesso cartonado tipo Pladur Omnia 13mm 4 Sub-telha Onduline ST200: painel sandwich Ondutherm-Onduline 80mm com isolamento em poliestireno extrudido + face superior em aglomerado hidrófugo 19mm + acabamento em aglomerado hidrófugo 10mm 5 Ripa metálica para apoio de telha e subtelha 6 Telha cerâmica de canudo (largura inferior a 18,5cm). Fixação de telha com mastique de poliuretano Onduflex Onduline ou com grampo de aço inox 7 Remate de beirado: telha cerâmica de canudo + fita asfáltica de transição ST200/ telha Ondufilm Onduline + enchimento de betonilha + cimalha 8 Argamassa de regularização 9 Cinta de betão com acabamento em reboco 10 Alvenaria pré-existente em pedra irregular calcária 11 Reboco de cal com acabamento areado fino 15mm 12 Rede de fibra 13 Reboco de cal 25mm 14 Caixilharia Navarra cor cinza escuro mate





Acesso à zona de exposições Núcleo Braamcamp



Auditório e rampa exterior Núcleo Braamcamp



Cantina Núcleo de Pesca Artesanal